

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

**A EXPERIÊNCIA DE SER TIPÓGRAFO E A AÇÃO DA  
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA NO MOVIMENTO  
OPERÁRIO DE BELO HORIZONTE (1897-1930)**

**Renata Garcia Campos Duarte**

**Uberlândia**  
**2011**

**Renata Garcia Campos Duarte**

**A EXPERIÊNCIA DE SER TIPÓGRAFO E A AÇÃO DA  
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA NO MOVIMENTO  
OPERÁRIO DE BELO HORIZONTE (1897-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Uberlândia, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Marta  
Emísia Jacinto Barbosa.

**Uberlândia  
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

D812e Duarte, Renata Garcia Campos, 1986-  
A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente  
Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930)  
[manuscrito]. / Renata Garcia Campos Duarte. - Uberlândia, 2011.  
150 f. : il.

Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Belo Horizonte (MG) - História - Teses.  
3. Impressores gráficos - Belo Horizonte (MG) - Teses. 4. Movimento  
operário - Belo Horizonte (MG) - História - Teses. 5. Associação  
Beneficente Tipográfica - História - Teses. I. Barbosa, Marta Emísia  
Jacinto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

---

Renata Garcia Campos Duarte

A EXPERIÊNCIA DE SER TIPÓGRAFO E A AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO  
BENEFICENTE TIPOGRÁFICA NO MOVIMENTO OPERÁRIO DE  
BELO HORIZONTE (1897-1930)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora  
do Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Uberlândia, Linha de  
Pesquisa *Trabalho e Movimentos Sociais*, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcellos – UFU

---

Dra. Laura Antunes Maciel – UFF

---

Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa – UFU (Orientadora)

Uberlândia  
2011

*AOS MEUS PAIS,  
NILO E ISABEL,  
PELO CARINHO E CONFIANÇA*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, avós, tios e irmão, amorosos e exemplares, por concorrerem imensamente para minha formação pessoal e acadêmica; foi com eles que compartilhei as dúvidas, os dilemas e as angústias vivenciadas nos anos do curso de Mestrado.

A minha orientadora, Professora Doutora Marta Emísia Jacinto Barbosa, dedicada e paciente, por nortear as propostas para essa dissertação, sem as quais esse texto não seria possível.

Aos professores do curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia por me apresentarem concepções de História que desconhecia, além do excelente acolhimento.

À Professora Doutora Heloísa Helena Pacheco Cardoso, e à Professora Doutora Regina Ilka Vieira Vasconcellos por suas valiosas contribuições e análises no exame de qualificação.

À Professora Doutora Laura Antunes Maciel (Universidade Federal Fluminense), e à Professora Doutora Regina Ilka Vieira Vasconcellos por aceitarem participar da banca examinadora desse trabalho.

Ao Professor Carlos Evangelista Veriano (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) por me incentivar nas propostas acadêmicas.

Aos queridos e velhos amigos que aceitaram as ausências e suportaram os aborrecimentos, e que em períodos nem sempre sossegados me confortaram com palavras de incentivo e confiança: Alessandro, Ester, Fabíola, Júlia, Laís, Lara, Leonardo, Lucas, Marina, Patrícia, Rafael, e Saulo.

Aos amigos que conquistei nessas idas e vindas, entre Belo Horizonte e Uberlândia, por compartilharem comigo as suas experiências, e pelo acolhimento quando foi necessário, sempre solícitos e prestativos: Amanda, Yangle e Renata.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, à Josiane Braga Soares em especial, do Arquivo Público Mineiro, e de demais instituições de pesquisa e bibliotecas, pela excelência no atendimento.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão de bolsa de Mestrado.

Ao colega Deivison Gonçalves Amaral pelas conversas concernentes ao movimento operário de Belo Horizonte.

Aos sócios da Associação Beneficente Tipográfica, é claro, um agradecimento especialíssimo. Do começo, momento que ainda escrevia o projeto de pesquisa e acanhada fui pela primeira vez à sede da Associação, até os últimos momentos, já de redação do texto final da dissertação, entusiásticamente me auxiliaram. Receptivos, atenciosos e bem-humorados, sem eles, e aqui incluo os que não estão mais entre nós, e suas vivências e experiências no movimento operário de Belo Horizonte, o desenvolvimento desse trabalho seria impraticável.

*“[...] que toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores [...].”*

*E. P. THOMPSON*

## RESUMO

*Faze e confia. Trabalhem por nós.* Com esse lema era estabelecida a Associação Beneficente Tipográfica em Belo Horizonte no ano de 1900. Criada com propósito de “trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe [dos tipógrafos], pela solidariedade entre seus membros e [...] pelo interesse coletivo da mesma [...]”. A Associação Beneficente Tipográfica e seus sócios, os tipógrafos, assim como as tensões, as disputas e os movimentos sociais recorrentes na cidade de Belo Horizonte até 1930, compõem as temáticas dessa dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. No primeiro capítulo, “O Ser Tipógrafo na Nova Capital do Estado de Minas Gerais: Cotidiano, Trabalho e Experiências”, apresentei os valores, experiências, vivências, condições de vida e trabalho, como se aprendia e o que era a profissão de tipógrafo etc. na nova capital, Belo Horizonte, e que possibilitaram a criação e desenvolvimento da Associação Beneficente Tipográfica. Já no segundo capítulo, “Belo Horizonte, a Associação Beneficente Tipográfica e as Revistas Comemorativas: Tensões, Disputas e Movimentos Sociais”, em um primeiro momento examinei a Associação e demais organizações operárias de Belo Horizonte, e relatei suas disputas (da Associação e da categoria tipográfica) às do operariado em geral. Aqui pude visualizar as particularidades do movimento operário e as conexões entre esse movimento, o poder público e a Igreja Católica, tríade imprescindível para a compreensão dos movimentos sociais em Belo Horizonte na Primeira República. Em outro momento, discuti a respeito da recorrência da memória nas revistas comemorativas da Associação, no exato momento em que contemplavam o seu passado, os caminhos pelos quais percorreu desde sua fundação. Aliás, questões referentes à imprensa permeiam a dissertação, afinal a categoria estudada é a dos tipógrafos. Para essas discussões analisei, além de bibliografias pertinentes, fontes de diversas tipologias – jornais, revistas, estatutos, anuários, recenseamentos etc. – e de grande contribuição para essa dissertação de Mestrado.

Palavras-chave: Tipógrafos, Associação Beneficente Tipográfica, Belo Horizonte, Imprensa e Memória, Movimento Operário.

## ABSTRACT

*Make and trust. Let us work for us.* With this motto was established Typographic Beneficent Association in Belo Horizonte in 1900. Built with purpose of "working for uplifting and social leveling of class [of typographers], for solidarity among its members and [...] for collective interest of same [...]". The Typographic Beneficent Association and its members, the typographers, as well as the tensions, disputes and social movements recurrent in Belo Horizonte city until 1930, compose the theme of this master's dissertation of Program Graduate in History of Federal Uberlândia's University. In first chapter, "Being Typographer in the New Capital of Minas Gerais: Everyday Life, Work and Experiences", I presented the values, experiences, life experiences, living and work conditions, as they learned and what was profession of typographers etc. in the new capital, Belo Horizonte, and that allowed the creation and development of Typographic Beneficent Association. In second chapter, "Belo Horizonte, the Typographic Beneficent Association and the Commemoratives Magazines: Tensions, Disputes and Social Movements", at first moment I examined the Association and other labor organizations in Belo Horizonte, and compared their disputes (of Association and typographic category) of working class in general. Here I could see the details of the labor movement and the connections between this movement, the government and the Catholic Church, triad essential for social movements understanding of Belo Horizonte in First Republic. At another point, I discussed about memory recurrence in the commemoratives magazines of Association, at exact moment when contemplated his past, the ways which traveled from its foundation. By the way, issues related to press permeate the dissertation; after all, the category studied is the pressmen. I analyzed for these discussions, beyond relevant bibliographies, documentation of various types - newspapers, magazines, statutes, yearbooks, census, etc. – and of great contribution to this master's dissertation.

Keywords: Typographers, Typographic Beneficent Association, Belo Horizonte, Press and Memory, Labor Movement.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PLANTA GERAL DA CIDADE DE MINAS ..... 35

FIGURA 2 – OS BAIRROS OPERÁRIOS NA PLANTA GERAL DA CIDADE DE  
MINAS ..... 39

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1 – DIRETORIAS DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA<br>POR PERÍODO ..... | 84 |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – LANÇAMENTO DE PERÍODICOS EM BELO HORIZONTE POR PERÍODO ..... 48

TABELA 2 – NÚMERO DE SÓCIOS DA ABT POR PERÍODO ..... 83

## **LISTA DE SIGLAS**

ABT – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

COB – CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                         | <b>15</b>  |
| <b>1 O SER TIPÓGRAFO NA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS:<br/>COTIDIANO, TRABALHO E EXPERIÊNCIAS .....</b>                                | <b>32</b>  |
| 1.1 Os Tipógrafos em Belo Horizonte: da Mudança da Capital às Condições de<br>Vida e Trabalho .....                                             | 32         |
| 1.2 A Profissão e a Arte Tipográfica .....                                                                                                      | 54         |
| <b>2 BELO HORIZONTE, A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA E AS<br/>REVISTAS COMEMORATIVAS: TENSÕES, DISPUTAS E MOVIMENTOS<br/>SOCIAIS .....</b> | <b>74</b>  |
| 2.1 A Associação Beneficente Tipográfica e o Movimento Operário em Belo<br>Horizonte .....                                                      | 74         |
| 2.2 As Revistas Comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica: Memória e<br>Comemoração .....                                             | 113        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                               | <b>124</b> |
| <b>FONTES .....</b>                                                                                                                             | <b>127</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                                                                                                       | <b>136</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                             | <b>143</b> |

## INTRODUÇÃO

É prudente mencionarmos a História como um processo complexo, meandroso e abundante em sentidos; mas é também a pesquisa, percurso em que alcançamos a História ou Histórias, um processo intrincado, no qual quase sempre o retrocesso é necessário para redefinir e/ou enunciar velhas ou recentes problemáticas, repensar e re-elaborar enfoques e objetivos, enxergar as evidências com novos olhares, enfim, o caminho de retorno à pesquisa que é bastante produtivo, e envolve, por sua vez, crescimento e amadurecimento intelectual.

Essa parte introdutória da dissertação é escrita com esse propósito: não somente apontarmos os capítulos e marcos teóricos, mas apresentar o enredado percurso da pesquisa, importante e necessário para dimensionar a redação do texto da dissertação de Mestrado; sem o qual a dissertação permaneceria solta, sem quaisquer amarrações, como se simplório fosse esse processo.

As leituras e debates em sala de aula ao longo das disciplinas de Mestrado possibilitaram a mim novos olhares e perspectivas no que se refere à pesquisa, outros questionamentos e percepções acerca dos tipógrafos e da Associação Beneficente Tipográfica em Belo Horizonte no início do século XX, minhas temáticas de pesquisa. Com esse desígnio percorrerei os caminhos e retomarei aspectos da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia até a proposição dos capítulos dessa dissertação, com o intento de dialogar e relacioná-los às leituras, debates e análises realizadas nessa curta, porém rica trajetória; e, também, refletir retrospectivamente a pesquisa tendo-se em vista as inquietações do presente e um olhar político, como menciona Cruz, Fenelon e Peixoto na “Introdução” de *Muitas Memórias, Outras Histórias*:

*Para muitas correntes, voltar-se para o presente significa tomá-lo como objeto de estudo e ainda [...] considerá-lo mero desdobramento do passado no qual já estava, de certa maneira, inscrito.*

*[...] a nossa abordagem é diversa: seguramente é muito mais do que só falar de temas atuais. Propomos a construção de um olhar político, segundo o qual o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico (mesmo remoto) em que situamos a nossa investigação. [...] orienta-se para o futuro, já que a nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia.<sup>1</sup>*

Esse movimento presente-passado-futuro, de acordo com as autoras, é mais do que abordar temas atuais, é construir um olhar político a partir do presente, mas não se esquecendo de modo algum do passado que investigamos e do futuro desejado. Esse mesmo movimento pode e deve ser aplicado às nossas pesquisas, e é aí que questionamos: Como a Associação Beneficente Tipográfica se manteve e atravessou mais de um século até os dias de hoje? Quais seriam suas funções e os benefícios atuais para os tipógrafos? Por quais motivos se preocuparam e ainda se preocupam em preservar os materiais, as revistas comemorativas, por exemplo? Porque as pessoas se mobilizam na Associação ainda hoje, levando-se em consideração a quase extinção da profissão? São essas e outras inquietações realizadas no tempo presente que “é uma dimensão que nos impulsiona”,<sup>2</sup> que cobiçamos e perseguimos a reconstrução do passado, ao mesmo tempo em que nos orientamos a um futuro aspirado.

O Congresso Mineiro optou pela transferência da capital de Minas Gerais no ano de 1893: da antiga Ouro Preto para o Curral del Rei, conhecido como o Belo Horizonte; que foi inaugurada quatro anos mais tarde com a nomenclatura de Cidade de Minas, e depois, em 1901, oficializada com o nome de Belo Horizonte.

Foi necessário para a construção dessa nova cidade mão-de-obra hábil e suficiente, donde percebemos a importância dos operários, muitos dos quais, migrantes de outras regiões do Estado, do país e de demais nações. A crise cafeeira foi responsável por disponibilizar um contingente de mão-de-obra que migrou de áreas em decadência econômica para locais mais promissores, em desenvolvimento, como era o caso da nova capital de Minas Gerais.

Os imigrantes europeus foram importantes elementos para o povoamento da nova capital, que residiam em núcleos coloniais agrícolas (próximos da área urbana),

---

<sup>1</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; FENELON, Déa Ribeiro; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas Memórias, Outras Histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 12.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

abastecendo a cidade de mercadorias e mão-de-obra. Carlos Veriano menciona que “pela lei n.º 32, de 20 de julho de 1896, o Estado de Minas, procurando intensificar o povoamento da nova capital, começou a criar o sistema de núcleos coloniais agrícolas, urbanos e rurais, dando origem inclusive aos primeiros bairros da *Cidade de Minas*”.<sup>3</sup> É interessante salientar que Belo Horizonte não era composta apenas de operários imigrantes, conforme observamos através dos membros da Associação Beneficente Tipográfica e, por isso, visamos na pesquisa, igualmente, os trabalhadores nacionais.

Essa concepção respalda-se à vista da dissertação de José Ferreira dos Santos, *Nem Tudo era Italiano*, na qual traz à tona as disputas e tensões pela e na cidade de São Paulo (1890-1915), os diferentes espaços e os modos de vida ali constituídos. Questiona a concepção corrente de trabalhador urbano – comumente o imigrante italiano consciente – e a existência de um discurso hegemônico que tendia a enxergar como trabalhadores apenas os estrangeiros, excluindo ou desmerecendo os nacionais pobres, seus modos de vida e de trabalho; eram caipiras, ervanários, lavadeiras, curandeiros etc., descritos por vezes como “vagabundos” e desqualificados pelas autoridades públicas, lideranças populares, entre outros.<sup>4</sup>

É a partir da lógica da construção da cidade, suas tensões e disputas, e da precisão de mão-de-obra que entendemos a organização do operariado em associações. E é nesse entendimento que reside o propósito das minhas reflexões: o estudo do movimento operário de Belo Horizonte, particularmente sobre os tipógrafos e a Associação Beneficente Tipográfica, desde a inauguração da nova capital, em 1897, até o final da Primeira República, quando a ação católica sofreu um refluxo entre o operariado da cidade.

Questiono aqui a necessidade por parte de alguns estudos de se enquadrar o movimento operário a modelos fixos e pré-estabelecidos por uma historiografia um tanto quanto ortodoxa, que dividia o movimento operário em anarquistas, comunistas e reformistas, basicamente. Nesse sentido, o movimento operário de Belo Horizonte corresponderia a uma tendência reformista ou “amarela”, fortalecendo, por assim dizer, o conceito “reformismo”, de Cláudio Batalha, em artigo denominado *Uma Outra Consciência de Classe?: o Sindicalismo Reformista na Primeira República*:

---

<sup>3</sup> VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: Cidade e Política (1897-1920)*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 74.

<sup>4</sup> SANTOS, José Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

*[...] não representa uma corrente política determinada, mas um conjunto de correntes ideológicas - muitas vezes adversárias uma das outras -, sustentando uma prática sindical, ou melhor, uma série de práticas sindicais idênticas ou muito semelhantes [...] tem em comum concepções sindicais marcadas por uma visão da greve como “último recurso”; por buscar consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; por apelar para os serviços de intermediários [...]; por sustentar a idéia de sindicatos fortes e ricos, recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos; e por tentar conquistar espaços de participação institucional lançando candidatos próprios nas eleições [...].<sup>5</sup>*

O autor admite a diversidade de concepções ideológicas, algumas oponentes umas das outras, mas ao mesmo tempo, retrocede quando demonstra a necessidade de agrupá-las e classificá-las em um corpo, apontando certas semelhanças que identifica, e a partir daí, determina uma nomenclatura, ao que parece, bastante estática: “reformismo”.

Esses questionamentos foram proporcionados, em grande medida, a partir das reflexões de Edward Thompson no texto *A Lógica Histórica*. De acordo com Thompson, a lógica histórica seria a forma de discurso próprio da História, e decorre através do diálogo construído pelo historiador entre os conceitos históricos e as evidências.

*Nem pode a lógica histórica ser submetida aos mesmos critérios da lógica analítica, o discurso da demonstração do filósofo. As razões para isso estão não na falta de lógica do historiador, mas em sua necessidade de um tipo diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas.<sup>6</sup>*

O autor percebe a História e seus fenômenos em movimento e em contextos particulares, e por isso, a lógica histórica é peculiar. O que seria, então, essa lógica histórica? Thompson a define do seguinte modo:

<sup>5</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma Outra Consciência de Classe?: o Sindicalismo Reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1990. p. 120-121.

<sup>6</sup> THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 48.

*Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores [...]. O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas.<sup>7</sup>*

Nota-se a existência de um diálogo entre a teoria e a pesquisa, ou em outros termos, entre conceito e evidência, e não uma relação hierárquica. Apreende-se os conceitos enquanto um ponto de partida que orienta as investigações, mas esses não podem ser compreendidos como camisas de força, ou fins em si mesmo; uma vez que correspondem, conforme Thompson, mais a “expectativas” e menos a “modelos” e “não impõem uma regra, mas apressam e facilitam a indagação das evidências, embora se verifique com frequência que cada caso se afasta da regra, sob este ou aquele aspecto”.<sup>8</sup> Assim, a lógica histórica, segundo Thompson, consiste no processo social dinâmico no qual o historiador propõe questões, promove um diálogo entre conceito e evidência.

Acrescenta que o conhecimento histórico é provisório, incompleto, seletivo e “definido pelas perguntas feitas à evidência”.<sup>9</sup> Além disso, salienta que quaisquer perguntas podem ser formuladas à evidência, porém nem todas serão adequadas, pois “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência”,<sup>10</sup> e explica:

---

<sup>7</sup> THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

*Na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe “lá fora”, na história real. É claro que não existe realmente, como um plasma que adere aos fatos, ou como um caroço invisível dentro da casca das aparências. O que estamos dizendo é que a noção (conceito, hipótese relativa à causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional; isto é, não foi desconfirmada por evidências contrárias, e que organiza com êxito, ou “explica”, evidências até então inexplicáveis. Por isto é uma representação adequada (embora aproximativa) da sequência causal, ou da racionalidade, desses acontecimentos, e conforma-se (dentro da lógica da disciplina histórica) a um processo que de fato ocorreu no passado. Por isto essa noção existe simultaneamente como um conhecimento “verdadeiro”, tanto como uma representação adequada de uma propriedade real desses acontecimentos.<sup>11</sup>*

Reconstituir, explicar, compreender, investigar, narrar: são essas as tarefas do historiador e os objetivos da História citados por Thompson; encargos nada fáceis, mas intrínsecos à construção da História, o seu ir e vir no movimento, muitas vezes necessário, de retrospectção e prospecção. Levando-se em consideração esses apontamentos de Thompson sobre a lógica histórica, é quase que imediata a reflexão sobre a minha pesquisa.

No momento em que realizei o levantamento da documentação da Associação Beneficente Tipográfica, por exemplo, não a enxerguei enquanto evidência, ou em outros termos, não percebi as fontes em diálogo; longe disso, conduzi uma concepção de História e movimento operário não muito distantes da ortodoxia, a partir da qual qualquer questionamento realizado às evidências não me atenderia: o de um movimento operário que apresentasse uma consciência de classe revolucionária. Esse suposto teórico, além de estanque, não se conformava a possível trajetória da Associação contida nas fontes. Busquei, então, outras possibilidades, outros supostos na tentativa de dialogar com as evidências – a concepção de “reformismo” ou a ideia de “uma outra consciência de classe”, baseado nas análises de Cláudio Batalha, foi o escolhido.

Mas ainda assim, com as discussões realizadas em disciplinas do curso de Mestrado, percebi que o diálogo necessário à lógica histórica não foi satisfatório, já que desconsidere quase que por completo os sujeitos históricos (no caso, os tipógrafos) no processo social, bem como as particularidades do processo histórico de Belo Horizonte: assim como no marxismo ortodoxo, o termo ausente – a experiência – continuou perdido.

---

<sup>11</sup> THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 54.

Ciente, agora, de que certas categorias às vezes mais atrapalham que auxiliam, anseio problematizá-las e discutir suas dinâmicas ao longo desse texto da dissertação, o processo próprio e único desse movimento operário – ao contrário de buscar comparações – e entender a unicidade da cidade, que cada movimento é único e apresenta dinâmica própria; apreendendo os valores e as necessidades dos tipógrafos, como Thompson explica:

*[...] que toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores [...].*<sup>12</sup>

Não devemos esconder a existência de uma propensão a homogeneização do processo como, por exemplo, presumir – e generalizar – que os tipógrafos pensavam e agiam do mesmo modo, mas é interessante perceber que “certas formações sociais não obedecem a uma ‘lei’, nem são os ‘efeitos’ de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular do processo”.<sup>13</sup>

Em *A Miséria da Teoria*, no qual encontram-se os capítulos “A Lógica Histórica” e “O Termo Ausente: Experiência”, ao mesmo tempo em que disserta sobre a experiência e a lógica histórica, Thompson promove debate em oposição a uma prática teórica marxista, a qual considera responsável pela retirada da tradição marxista da História. A crítica baseia-se principalmente na transformação desta em “ismos”, teoremas propostos por militantes de uma prática teórica ortodoxa que pretendiam legitimar partidos políticos e dirigentes comunistas no poder. Para ele, devemos resgatar a tradição marxista à História, e desenvolver conceitos que não foram possíveis à Marx, como “cultura”, “arte” e “religião”, por exemplo.

Para Thompson, a Economia Política, em Marx, não apresentava em seu repertório qualquer conceito para o valor normativo, os quais são “essenciais para que compreendamos as sociedades e as histórias”.<sup>14</sup> E, ainda mais, a ortodoxia marxista enxergava esses conceitos, a moral e os valores, como ideologia ou matérias, e por isso eram suprimidos ou diminuídos. É nesse viés que Thompson explana sobre a experiência, o conceito ausente em Marx e soterrado pelos “ismos”.

<sup>12</sup> THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189-190.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 181.

*O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Altusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>15</sup>*

Thompson resgata os sujeitos na História, que experimentam situações e relações como necessidades e interesses. As experiências não são vistas apenas como meras “ideias”, mas “como sentimentos e [os sujeitos] lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas”.<sup>16</sup> Valores que são vividos e “tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de *contradição*, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos”.<sup>17</sup> E acrescenta:

*Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão “sujeitos” (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. [...] Porque consciência afetiva e moral se desvela a si mesma na história e nas lutas de classes, por vezes como uma inércia mal articulada (costumes, superstição), por vezes como um conflito articulado entre sistema de valores de classe alternativos [...], por vezes ainda como um embate deslocado, confuso, mas ainda assim “real” e apaixonado, no âmbito das formas religiosas [...], por vezes como a imposição brutal de um “moralismo” pela Igreja ou pelo Estado [...], e por vezes como uma das mais rigorosas e complexas disciplinas conhecidas da cultura intelectual [...].<sup>18</sup>*

É desse modo que procurei inserir os sujeitos na História, os tipógrafos da cidade de Belo Horizonte nessa pesquisa e escrita da dissertação, percebendo-os em suas experiências, as necessidades, os interesses e valores no seu *fazer-se* enquanto operários, utilizando-se para isso a lógica histórica proposta por Thompson e seu intrínseco diálogo entre supostos teóricos e evidências.

<sup>15</sup> THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 194-195.

A partir dessas reflexões novos questionamentos foram produzidos e outros reformulados: Como os tipógrafos participavam e vivenciavam a cidade de Belo Horizonte? Foram os operários que edificaram e constituíram a cidade ou o inverso? Quais os pactos estabelecidos entre trabalhadores e dirigentes? Por quais razões a documentação dos tipógrafos da Associação Beneficente Tipográfica foi preservada e a de outras associações não? Qual era a natureza desse material? Quais eram as finalidades das revistas da Associação, em especial as comemorativas dos aniversários desta? De que modo os tipógrafos se auto-retratavam e projetavam suas experiências nessas publicações?

É relevante retomar (resumidamente) a trajetória da Associação, assim como expor interessantes considerações sobre a fonte impressa, levando-se em consideração as publicações da Associação Beneficente Tipográfica.

Constituída em Belo Horizonte, no mês de abril do ano de 1900, por estímulo do jornalista José Maria de Azevedo Júnior, a Associação sobreveio com o intuito de suprir os tipógrafos da cidade de lamentáveis situações, comuns nos últimos decênios do século XIX: a constante necessidade de cotizarem entre si para socorrerem companheiros que passavam por difíceis momentos financeiros, doenças ou mesmo morte (para execução de enterro), por exemplo.

Pretendia, assim, a Associação auxiliar os trabalhadores em caso de doença e morte. De acordo com os estatutos, a organização apresentava as seguintes finalidades: 1) auxiliar o sócio enfermo que pela gravidade da doença não pudesse trabalhar; 2) concorrer com auxílios para o enterramento do sócio efetivo que falecesse; 3) trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da categoria, para solidariedade entre seus membros e também para seus interesses.<sup>19</sup>

A partir do trecho dos estatutos percebe-se que além do amparo material aos sócios, a Associação pretendia nivelar socialmente e buscar seus interesses enquanto categoria. Isso nos direcionou para um universo bem mais amplo como, por exemplo, as discussões sobre descanso dominical, acidentes de trabalho, entre outras, que possibilitaram pensar a Associação no interior da dinâmica do movimento operário da cidade.

Abílio Barreto, ao descrever a trajetória de constituição da Associação, a qualificava como “paradigma a todas as outras que se vão fundando no Estado e em

---

<sup>19</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 03.

alguns pontos do Brasil”, e mencionava a sua importância não somente em relação aos auxílios materiais, mas também como organização responsável pela vitalidade moral da categoria tipográfica.<sup>20</sup>

Em meio às atividades desenvolvidas pela Associação Beneficente Tipográfica podemos notabilizar suas publicações, um importante conjunto documental para além de outras fontes – estatutos da Associação e de outras organizações operárias, legislação estadual, municipal e documentos oficiais, anuários estatísticos do Estado de Minas Gerais, jornais operários, entre outras, que evidenciam alianças e contendas entre trabalhadores e outros setores na cidade.

A coleção das revistas comemorativas dos aniversários da Associação Beneficente Tipográfica,<sup>21</sup> e o jornal *O Graphico Mineiro*,<sup>22</sup> proporcionaram diversas pistas à pesquisa. Apresentam poesias, crônicas, textos sobre a arte de imprimir, e vários artigos concernentes à Associação (fundação, sócios, diretorias, balancetes), movimento operário (salários, descanso dominical, acidentes de trabalho, cooperativismo, comunismo), demonstrações de respeito a personalidades mineiras – muitas das quais descritas como “amigas” da Associação – etc.

Essas temáticas são em si mesmas relevantes. Não obstante, para além dos assuntos, devemos compreender as publicações como linguagens, evidências a serem interrogadas – e estarmos atentos ao não-dito; e devem ser examinadas como um modo de inserção dos operários em uma cultura letrada, que aglutinava as experiências cotidianas dos tipógrafos no *fazer-se* de sua categoria. Nesse sentido, apreende-se linguagem não como simples reflexo da realidade, mero produto social mas, conforme as proposições de Raymond Williams, como ativa e constitutiva, atividade indissolúvel da auto-criação humana, uma prática social e, por conseguinte, dependente de relações sociais dinâmicas.<sup>23</sup>

Marta Emísia Barbosa nos chama à atenção a respeito de se aceitar a imprensa como “se esta fosse o espelho do mundo, a solução para o entendimento sobre o que

---

<sup>20</sup> BARRETO, Abílio. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 03-04.

<sup>21</sup> As edições comemorativas do 11º, 25º, 30º e 36º aniversário se encontram no arquivo da Associação Beneficente Tipográfica, e as do 6º, 8º e 20º no Arquivo Público Mineiro.

<sup>22</sup> O jornal principiou em 30 de outubro de 1929 e, ao que parece, extinguiu-se com a edição de número nove, em agosto de 1930. No entanto, conhecemos apenas a quinta edição, que se encontra no arquivo da Associação Beneficente Tipográfica.

<sup>23</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 27-49.

está acontecendo, uma fonte secundária, um apoio”.<sup>24</sup> Como alternativa, a mesma sugere que a tomemos como objeto, “agente social que produz ações, intervenções”, problematizada em seus diversos ângulos: “sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição”.<sup>25</sup>

Em um exame às múltiplas concepções e representações dos brancos em relação aos negros, Lilia M. Schwarcz compreende a fonte jornalística como “produto social”, resultado de “um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. Propõe, desse modo, descobrir nos periódicos a “linguagem do silêncio”, apreendida “como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época”.<sup>26</sup>

*As notícias, os fatos selecionados serão entendidos e recuperados, então, não enquanto situações que “realmente” aconteceram e cuja veracidade iremos comprovar, mas antes enquanto situações plenas de significação, sendo nesse sentido mais relevante apreender como se produziram, difundiram e repercutiram às vezes diversas interpretações de um mesmo fato do que buscar uma concepção única, onde se operaria uma síntese empobrecedora das diferentes visões.*<sup>27</sup>

Um importante estudo de Robert Darnton apresenta novas abordagens ao estudo da Revolução Francesa a partir da ênfase da imprensa como agente, um ingrediente do acontecimento. Ao esboçar o papel das tipografias naquele contexto revolucionário Darnton menciona que historiadores ocupam-se da imprensa como registro dos acontecimentos, quando, ao contrário, era ela que dava forma a esses. Logo, a imprensa deve ser redescoberta em sua dimensão constitutiva, pois é agente dos acontecimentos.

*Qual o papel que a tipografia desempenhou na Revolução Francesa? Os historiadores tratam em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Mas a prensa tipográfica ajudou a dar formas aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história, especialmente durante a década de 1789-1799, quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública.*<sup>28</sup>

<sup>24</sup> BARBOSA, Marta Emília Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 267.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>26</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 15-17.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 15-16.

<sup>28</sup> DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: a Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15.

Heloísa de Faria Cruz, em estudo concernente a cultura letrada e periodismo nas primeiras décadas de formação da cidade de São Paulo, aborda novas formas de periodismo que deram voz a setores e personagens da cidade antes ignorados ou excluídos, e que passaram a compor cada vez mais a cultura letrada da capital. No território da História Social e “portanto, no interior de uma perspectiva que entende a imprensa como prática social e momento de constituição/instituição dos modos de viver e pensar”,<sup>29</sup> percebe revistas e jornais de bairros ou operários, por exemplo, como projeção de demandas de vários grupos, que revelaram um processo de ocupação/invenção da cidade e expansão/transformação da imprensa periódica paulistana, na transição do século XIX para o XX.

*O contato com esses materiais e a identificação de sua crescente articulação com as experiências sociais que constituem a metrópole parecia propor que a expansão/redefinição da cultura impressa, concretizada principalmente pela difusão da imprensa periódica, constituía-se como dimensão importante daquela experiência social. A partir da última década do século XIX, seja através da incorporação das novas formas de produção e representação, seja através da construção de temáticas e formas de contar, o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa.*<sup>30</sup>

Em oposição a um discurso elitista que qualificava a nação como não afeita ao letramento, Cruz apresenta diversos projetos e concepções (e seus significados sociais) de setores à margem da sociedade que disputavam um lugar na cultura letrada da cidade, já que segundo a visão elitista: “o domínio dos códigos letrados, ‘habilidade fornecida pelos bancos acadêmicos’, permeia o ‘discurso competente’ das elites e articula argumentos preconceituosos de desqualificação de lideranças populares”.<sup>31</sup>

A propósito, nesse contexto de inserção de novos sujeitos na cultura letrada das cidades, os tipógrafos merecem consideração, uma vez que eram esses trabalhadores que dominavam as técnicas tipográficas e, através de seus serviços, também faziam a imprensa. Maria Nazareth Ferreira afirma que:

---

<sup>29</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000. p. 20.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 17.

*Toda a extraordinária movimentação que se desenvolveu no seio do operariado brasileiro, do final do século passado até as duas primeiras décadas do atual, foi marcada pela presença do operário gráfico. Justamente por ser esta categoria profissional a vanguarda da organização operária no mundo todo, no Brasil não seria diferente.*<sup>32</sup>

Ferreira avalia a categoria dos gráficos enquanto “elite”, “vanguarda” do movimento operário, que precocemente apresentou consciência de classe, o que entendia como uma consequência do caráter da própria profissão: a exigência que soubessem ler e escrever, quando parte significativa da população brasileira era analfabeta, remuneração superior a de outras profissões e, por isso, eram “considerado[s] como uma elite entre os trabalhadores”.<sup>33</sup> Essas assertivas serão suscitadas nessa dissertação, mas foram questionadas, levando-se em consideração as evidências para essa mesma categoria em Belo Horizonte.

*É de considerável importância, principalmente no estudo das comunicações, esta particularidade do trabalhador gráfico, isto é, o fato de ser alfabetizado. Tanto foi importante nos albores do desenvolvimento da imprensa – ele se desenvolve justamente com ela – como foi imprescindível elemento de comunicação na popularização das idéias políticas, que vinham no bojo da questão social, ao despontar do século XIX. Desde muito cedo tinha acesso a várias informações, que outros trabalhadores dificilmente teriam, e o que lhe facilitava a tomada de consciência era justamente a possibilidade de acesso diários aos textos nas tipografias e às novas idéias que se avolumavam em forma impressa por todo o século XIX.*<sup>34</sup>

De acordo com Ferreira, essa “elite” operária consciente sem demora se organizou em sindicatos e associações, igualmente “vanguardistas”: no século XVI, gráficos ingleses e franceses já se comunicavam e demonstravam serem bastante ativos, estes promoveram a Greve de Lião, em 1539, aqueles conquistaram uma regulamentação que limitava o número de exemplares produzidos com cada jogo de tipos, em 1587; na América, gráficos de Nova Iorque decretaram greve em 1776, e duas décadas depois fundaram a “International Typographic Union”.<sup>35</sup> Darnton menciona a fundação da associação de ajuda mútua dos impressores tipográficos de Paris em 1790,

<sup>32</sup> FERREIRA, Maria N. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1910*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 109.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 109-110.

que publicava semanalmente seu informativo, o *Club Typographique et Philanthropique*.<sup>36</sup>

Já em 1858 existia no Brasil a Associação Tipográfica Fluminense, e os trabalhadores de alguns jornais cariocas organizaram uma greve exigindo aumento salarial.<sup>37</sup> Essa foi a primeira greve operária no Brasil e revelava que associações qualificadas como mutualistas – caso da Associação Tipográfica Fluminense – extrapolavam as suas funções beneficentes e se envolviam em movimentos grevistas.

A partir de certos textos concernentes ao movimento operário, os tipógrafos eram considerados “elite letrada”, pelo acesso a escrita e a leitura, exigências profissionais, e por ser uma categoria organizada, da qual experiências, reivindicações e contendas na cidade serviriam de modelos para as demais categorias em suas associações e sindicatos. Ao invés de me apropriar desse pensamento enquanto verdade incontestável para a categoria tipográfica de Belo Horizonte, busquei dialogar com as evidências, questionando mesmo essas afirmativas.

Apreende-se, então, para além de seu papel informativo, a imprensa enquanto constitutiva, agente dos acontecimentos, que evidencia alianças, disputas, conflitos, pressões e limites experimentados pelos tipógrafos nas suas relações sociais. Compete ao historiador, no que se refere à imprensa, indagá-la não somente como produto de homens em determinado tempo, mas também como agente do processo social, rica em significados; e deve, ainda, considerar o não-dito, o que e por que foi silenciado, o modo como os sujeitos compreendiam a sociedade, buscavam espaços e apresentavam projetos alternativos.

Atentos a essas considerações, reflexões e questionamentos foram construídos sobre os tipógrafos, a Associação Beneficente Tipográfica em Belo Horizonte e as revistas comemorativas.

Quem eram os escritores e leitores das revistas da Associação? Eram unicamente tipógrafos? Quais matérias eram debatidas? Em referência aos textos, quais eram e como manifestavam valores, concepções e práticas políticas e sociais? Os tipógrafos enxergavam-se como “elite letrada” do operariado? Que valor possuía a educação, formal ou profissional, para os mesmos? Suas publicações desejavam e/ou alcançavam amplitude na classe operária em geral?

---

<sup>36</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: a Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 171.

<sup>37</sup> FERREIRA, Maria N. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1910*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 111.

Para além desses questionamentos, devemos considerar a questão da memória e da comemoração: as revistas comemorativas revelavam a preocupação em resgatar a trajetória da Associação; é o olhar voltado para o passado ao mesmo tempo em que se repensava e se atualizava, em um movimento retrospectivo e prospectivo, simultaneamente.

A partir dessas considerações estruturei a dissertação de Mestrado em dois capítulos: o *fazer-se* e as experiências dos tipógrafos em Belo Horizonte; e as tensões e disputas no movimento operário da cidade, enxergando a formação da Associação e as propostas de suas revistas comemorativas nesse contexto. A opção por essa divisão ocorreu a partir de discussões em sala de aula, e também devido à investigação em arquivos; mormente por meio das pesquisas que melhor visualisei as problemáticas e os contornos desses capítulos.

É interessante, nesse sentido, recordar o modo como Sidney Chalhoub construiu sua problemática no momento em que pesquisava os processos criminais no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri do Rio de Janeiro: a própria pesquisa levou o historiador a visualizar a problemática, que seria o entendimento da escravidão e o que era ser escravo nas últimas décadas de escravidão na Corte.

*O procedimento inicial foi, digamos, ambicioso e aleatório: estava decidido a pesquisar todos os processos criminais que encontrasse nos maços ímpares do arquivo do júri. Desempenhava minha tarefa cabalística de análise dos ímpares com disciplina espartana: descia os maços das estantes, abria-os, espanava o pó, esmagava implacavelmente as traças e baratas que encontrava pelo caminho, e fichava os processos conforme eles iam aparecendo. Como ainda não sabia bem aonde queria chegar, os dias no arquivo eram longos e sonolentos. Mas fui percebendo, aos poucos, que algumas histórias sacudiam a letargia [...]. Resolvi então dar uma olhada também nos maços pares. Lá estavam o escravo Bonifácio e seus parceiros, a quitandeira Maria de São Pedro, a preta Francelina... Eram processos incríveis, protagonizados por suas personagens densas e envolventes, e que me obrigaram a contar sua história. Surgira, então, um norte para a pesquisa. Passei a abrir todos os maços referentes às décadas de 1870 e 1880, e decidi fichar daí em diante apenas os processos que comprovadamente envolvessem negros – fossem livres ou escravos, aparecessem na condição de réus, ofendidos ou testemunhas.<sup>38</sup>*

Assim sendo, no primeiro capítulo, “O Ser Tipógrafo na Nova Capital do Estado de Minas Gerais: Cotidiano, Trabalho e Experiências”, apresentei os valores, experiências, vivências, cotidiano etc. dos tipógrafos – e demais operários – na nova

---

<sup>38</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 20-21.

capital, e que possibilitaram a fundação da Associação Beneficente Tipográfica e o seu desenvolvimento. Compreendi a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, observando a dinâmica própria dessa nova cidade, não apenas a partir do aspecto urbano, de seu planejamento e posterior construção, mas do mesmo modo as disputas e tensões que nela ocorriam; pois que os trabalhadores que por lá viveram – mais especificamente no seu entorno – não eram avistados por aqueles que a administravam como pessoas permanentes à capital mineira, ao contrário, eram seres descartáveis e provisórios, proveitosos apenas no momento de sua construção. Além das questões concernentes à moradia, discuti acerca de salários, imprensa e jornais existentes no início do século – pois eram esses trabalhadores importantes para a realização da imprensa de modo geral, e estabelecimentos gráficos, quantidade de empregados e condições de trabalho, compreendendo as possíveis razões para a criação de uma associação para os tipógrafos em Belo Horizonte.

Igualmente, abordei a profissão e a arte tipográfica nessa parte do texto: o que era, como era, de que modo se aprendia o ofício, os avanços tecnológicos, e como isso ocorria na cidade, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, por exemplo; todavia, sem a preocupação em definir e qualificar os trabalhadores pelo tipo de máquina que utilizavam,<sup>39</sup> se eram tipógrafos ou linotipistas, uma vez que os sócios da Associação Beneficente Tipográfica declaravam-se tipógrafos (de acordo com a documentação examinada), e isso será respeitado. Questionei também a concepção dos tipógrafos enquanto “elite” do movimento operário, apresentando a visão que esses trabalhadores tinham de si mesmos.

No segundo capítulo, “Belo Horizonte, a Associação Beneficente Tipográfica e as Revistas Comemorativas: Tensões, Disputas e Movimentos Sociais”, examinei a Associação (trajetória, como e por que foi constituída, conquistas, questões normativas, diretorias, tensões, concepções e práticas da Associação e de seus sócios etc.) e outras associações operárias de Belo Horizonte, e relacionei as disputas daquela (e da categoria tipográfica) às do operariado em geral. Aqui enxerguei as particularidades do movimento operário e as conexões entre esse movimento, o poder público e a Igreja Católica, indispensáveis para a compreensão dos movimentos sociais em Belo Horizonte na Primeira República. Não obstante, certos padrões conceituais foram

---

<sup>39</sup> Esse pensamento é proveniente de análise da dissertação de Artur José Renda Vitorino, “*Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o Caso dos Trabalhadores Gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*”, o qual aparentemente não discrimina as profissões: ora menciona “tipógrafos”, ora “linotipistas”.

evitados, já que é interessante observar o processo próprio desse movimento na cidade, sem apego a esquemas estanques e pré-definidos do que consiste movimento operário.

As publicações comemorativas da Associação foram analisadas para compreender as relações entre memória e comemoração, no exato momento em que contemplavam o seu passado, os caminhos pelos quais a Associação percorreu desde sua criação. É o processo em que enxergava como era no passado, como é no presente e, ainda, planeja o porvir. Alistair Thomson explica com propriedade as memórias e o “processo de recordar”, o que pode ser aplicado ao caso da Associação:

*O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.*<sup>40</sup>

Afora as temáticas particulares a cada parte dessa dissertação, aspiro “produzir e articular outras histórias para além daquela que se valida e se torna visível no mundo acadêmico” e que através das narrativas em História assume “uma pretensão de intervenção, buscando em outros ambientes e com outros pactos sociais, constituir outras referências para produção, validação e socialização da escrita da história”.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> THOMSON, Alistair. Recompondo a Memória: Questões sobre a Relação entre História Oral e as Memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997. p. 57.

<sup>41</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 21.

## **1 O SER TIPÓGRAFO NA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: COTIDIANO, TRABALHO E EXPERIÊNCIAS**

### **1.1 Os Tipógrafos em Belo Horizonte: da Mudança da Capital às Condições de Vida e Trabalho**

No ano de 1893, o Congresso Mineiro, reunido em Sabará, decidiu pela mudança da capital de Minas Gerais, que se localizava na cidade de Ouro Preto. As alegações para essa transferência eram as mais variadas: desde a inadequação geográfica da antiga capital, até a necessidade de ajustamento ao novo regime político nacional, visto que Ouro Preto era símbolo do “escravismo, [d]o antigo Império, [...] uma cidade do atraso”.<sup>42</sup>

Mais que o rompimento com o passado imperial e escravista de Ouro Preto, a mudança da capital era uma decisão que vislumbrava solucionar questões econômicas e outras relativas à emergência de novas forças sociais e econômicas que anseavam alcançar e estabelecer poder político nas Minas;<sup>43</sup> e, concomitantemente, conferia a velha capital novos significados: uma cidade inviolável e símbolo dos esforços dos inconfidentes que granjeavam a liberdade.<sup>44</sup> Com o estabelecimento de uma nova capital, “a República criava a um só tempo duplo movimento. Um ao futuro, Belo Horizonte [...] e outro que, ao reconhecer Ouro Preto como o solo sagrado da pátria, criava o panteão da pátria”.<sup>45</sup>

Várias cidades foram indicadas, e após vigorosos debates e acirradas disputas, o Congresso Mineiro optou pelo Curral Del Rei, conhecido também como o Belo Horizonte.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 58.

<sup>43</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 52.

<sup>44</sup> MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A Noiva do Trabalho: Uma Capital Para a República. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et al. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 33.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>46</sup> Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora eram as localidades indicadas para sediarem a capital do Estado de Minas Gerais.

*Art. 1º – Fica designado o Belo Horizonte para ali se construir a Capital do Estado.*

*Art. 6º – Fica determinado o prazo mínimo de quatro (4) anos para a definitiva transferência do Governo para a Nova Capital.<sup>47</sup>*

Em fevereiro de 1894 era nomeada a Comissão Construtora da Nova Capital, a qual iniciou as obras da cobiçada nova capital em março. Em dezembro de 1897, durante o governo Bias Fortes, estabeleceu-se a capital na então chamada Cidade de Minas. Somente com a Lei 302, de 11 de julho de 1901, seria oficializada como Belo Horizonte.<sup>48</sup>

As repartições públicas e seus funcionários deslocaram-se para os novos e modernos edifícios, os quais amparados por eletricidade e outras novidades aspiradas à nova capital, que havia sido fundamentada a partir de modelos arquitetônicos de metrópoles europeias e norte-americanas. As construções existentes no arraial do Curral Del Rei foram demolidas, e “pouco ou quase nada restou”.<sup>49</sup> Do ponto de vista social, não obstante, a modernidade atribuída à nova cidade era aparente: Belo Horizonte caracterizava-se por um paradoxo, afinal, porque a construção de largas avenidas, boulevards e belas praças se a maior parte da população concentrava-se fora do perímetro urbano? O subúrbio, aliás, não foi arquitetado; as modernas e novas técnicas (água, esgoto e luz elétrica, por exemplo) lá não foram instauradas, e nesse sentido “a capital não passava de um cenário fundado na miragem do progresso, monumento de uma sociedade empenhada numa modernização superficial, na qual deveriam permanecer intocados seus alicerces sócio-políticos”.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> MINAS GERAIS. *Anais do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária*. Barbacena, 1893.

<sup>48</sup> MINAS GERAIS. Lei 302, de 01 jul. 1901. Muda para "Belo Horizonte" a denominação da Capital do Estado de Minas Gerais. *Livro da Lei Mineira*, Cidade de Minas, 01 jul. 1891.

<sup>49</sup> IGLÉSIAS *apud* MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: A Cidade Planejada e a Metrópole em Construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo et al. *Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte; CEDEPLAR, 1994. p. 14-15.

<sup>50</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et al. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 62.

*O espaço urbano idealizado pelos técnicos construtores da Capital era constituído, basicamente, por três áreas distintas, mas interligadas: a urbana (dentro dos limites internos da Avenida do Contorno), a suburbana (fora daqueles limites) e a área rural. A idéia básica era fazer com que a cidade crescesse de “dentro” para “fora”, ou seja, que valores e normas da área central, sintonizados com o modelo de urbanidade e civilidade dos países desenvolvidos, se expandissem para as áreas periféricas. No plano geral, não reservaram áreas no espaço urbano para as camadas populares, excluindo, assim, de antemão, os operários construtores da Capital e outros que para cá vieram a partir da fundação da cidade.*<sup>51</sup>

A exclusão dos pobres e operários que para Belo Horizonte vieram era visível na própria dinâmica e arquitetura da cidade, a qual dividia-se em três partes – urbana, suburbana e rural,<sup>52</sup> e estabelecia quem ocuparia quais lugares: cidade símbolo do progresso, do pensamento positivista e da ruptura com o passado por um lado, demarcava uma ordem excludente e segregacionista do ponto de vista social, por outro.

A Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno, era a responsável por separar o centro da periferia (ou a zona urbana da suburbana e rural), a elite da classe trabalhadora. O trabalhador era morador/ocupante, morava além do perímetro urbano, mas era a mão-de-obra empregada nas obras da capital, “o trabalhador de Belo Horizonte é, ao mesmo tempo, seu construtor e morador/ocupante, portanto um segmento temporário no decorrer do desenvolvimento da cidade, na visão do poder público”.<sup>53</sup>

Na Figura 1 (Planta Geral da Cidade de Minas) enxergamos essa Avenida que dividia a área urbana – centralizada, com traçado simétrico, ruas, avenidas, lotes e quarteirões bem distribuídos – da área suburbana, com vias estreitas e lotes irregulares, “localizava-se em terreno mais acidentado, de recorte irregular, apresentando sete praças, três avenidas e 168 ruas”.<sup>54</sup> A área rural, reservada para a composição do “cinturão verde” de Belo Horizonte, não era nem visualizada na Planta Geral.

<sup>51</sup> LE VEN *apud* BUÉRE, Júlio César. Belo Horizonte: A Apropriação do Espaço Urbano. In: PAIVA, Eduardo França et al. *Belo Horizonte: Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 75.

<sup>52</sup> A “Fazenda do Barreiro”, e as colônias agrícolas “Carlos Prates”, “Américo Werneck”, “Afonso Pena”, “Bias Fortes” e “Adalberto Ferraz” localizavam-se na área rural de Belo Horizonte.

<sup>53</sup> VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: Cidade e Política (1897-1920)*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 74.

<sup>54</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: A Construção de Belo Horizonte em Fins do Século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 109.

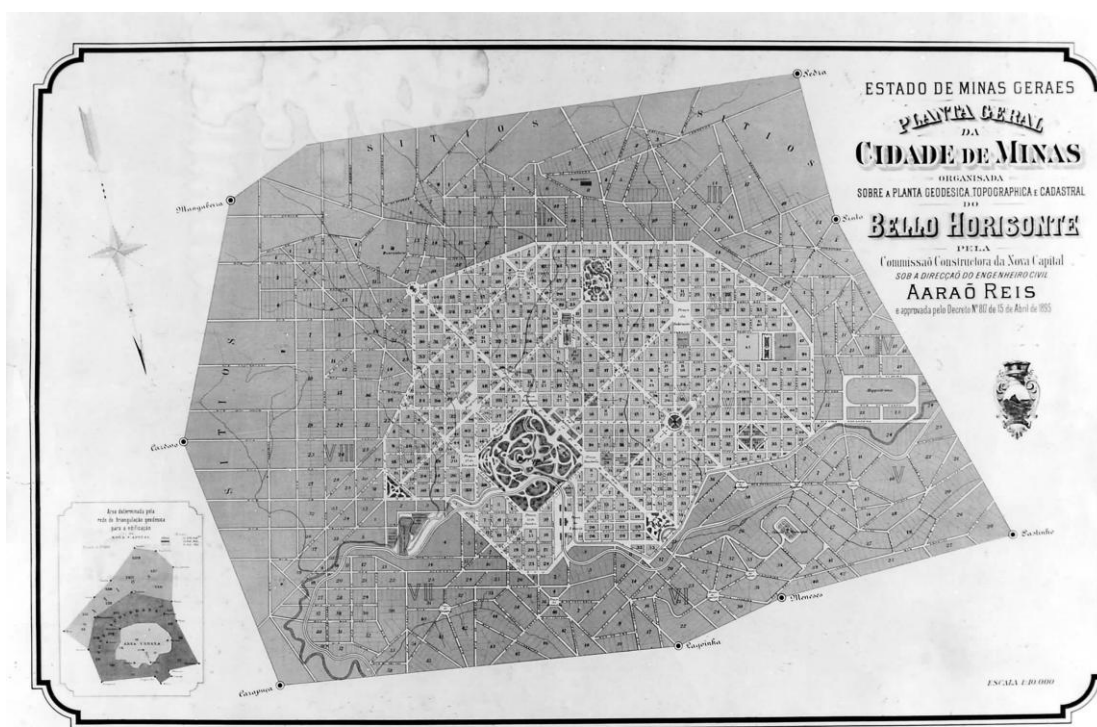


Figura 1: Planta Geral da Cidade de Minas  
 Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895.

Aos pobres e operários não era possível, *a priori*, residir na zona urbana, por isso, ao contrário do funcionalismo público, não foram contemplados com lotes na área central da cidade. Os funcionários públicos, por sua vez, eram avaliados como sujeitos que apresentavam perfil adequado à fixação de suas residências na área urbana:

*Diversos estudos que abordam a fase inicial de constituição da cidade apontam, nos discursos da época, referências ao tipo de população que seria considerada adequada e condizente com a imagem de cidade que se queria cunhar. Assim, por exemplo, os habitantes do Curral Del Rey, bem como os que trabalhavam na construção da cidade, ou os pobres em geral não se enquadravam na categoria acima. Já aos funcionários públicos seriam desenvolvidos projetos habitacionais segundo uma tipologia que variava de acordo com a própria hierarquia do funcionalismo.*<sup>55</sup>

A questão era que, independente dessa hierarquia existente para concessão de lotes aos diversos níveis do funcionalismo, aos funcionários públicos que vieram transferidos para a nova capital foi reservado um bairro inteiro na zona urbana, cujo nome bastante esclarecedor era “Funcionários”. Novamente asseverava-se a exclusão

<sup>55</sup> MOURA, Heloísa Soares de. Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo et al. *Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte; CEDEPLAR, 1994. p. 51.

operária, 1.143 lotes foram doados na área urbana aos funcionários públicos, e ex-proprietários no Curral Del Rei e em Ouro Preto.<sup>56</sup>

Esse padrão arquitetônico de urbes tão caro às elites, e assentado na higiene, no progresso e na modernidade, pretendia não apenas a ordenação e fixação de espaços destinados ou não à classe trabalhadora, mas também a imposição e o controle de normas e padrões de comportamento com o propósito de formar um modelo ideal de trabalhador para a cidade.

Um sinal de tensões e disputas pela espacialidade foi justamente o crescimento da cidade ao contrário do aspirado: ao invés da área urbana, juntamente com seus “bons” costumes, crescer em direção às áreas suburbana e rural, essas zonas foram rapidamente e densamente povoadas, afinal seus terrenos apresentavam preços mais acessíveis à classe trabalhadora, e empurraram o crescimento em direção à área urbana, cara e esvaziada. A propósito, os núcleos agrícolas pertencentes à área rural nem sequer se desenvolveram, pois brevemente reuniram-se e adensaram o subúrbio.<sup>57</sup>

O minucioso planejamento da nova capital de Minas Gerais não impediu as práticas e pressões populares: a classe trabalhadora ocupou pouco a pouco a zona urbana de Belo Horizonte, mais próxima dos seus locais de serviços. Um exemplo dessa ocupação ocorreu na Barroca e “em 1902, havia cerca de 2.000 pessoas vivendo em favelas no interior da zona urbana”.<sup>58</sup>

O poder público, perante essa “invasão”, precisou readequar o projeto inicial. Removeram as cafuas (casas de barro cobertas por capim) e os barracos (casas de tábuas cobertas por capim ou zinco) do centro, tipos de moradias características dos operários no início do século XX em Belo Horizonte.<sup>59</sup> Esses moradores foram realocados para novas áreas. Mesmo que eliminados da região a eles obstada a moradia, a postura de encontrar uma área própria para a residência da classe trabalhadora por parte dos governos denotava uma conquista, em virtude das tensões por eles produzidas no exato momento que ocuparam a zona urbana.

<sup>56</sup> LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho, Sindicato e Cidadania. In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida. *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 78.

<sup>57</sup> GOUGH, Philip Fox-Drummond. *O Contrapeso da Ordem: O Desenvolvimento Espacial de Belo Horizonte (1897-1964)*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte. p. 42.

<sup>58</sup> MOURA, Heloísa Soares de. *Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte*. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo et al. *Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte; CEDEPLAR, 1994. p. 54.

<sup>59</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, Barracos e Barracões*. Belo Horizonte, Cidade Planejada. 1991. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 64.

*A mobilização de todo esse aparato “regenerador” e repressivo demonstra a capacidade de resistência das camadas populares frente ao projeto modernizador em curso. Elas, desde os primeiros anos de existência da Capital, não se limitaram aos espaços determinados pela Comissão Construtora. A implementação da modernidade vai construindo-se de forma tensa e conflituosa, porque assentada sobre novas relações sociais e em novos sujeitos – em sua maioria, setores populares – que dela emergiram. Sujeitos que insistiram em fazerem-se partícipes de um projeto, que, a priori, os havia excluído.<sup>60</sup>*

Para mais que enxergar as tensões e as disputas decorrentes da modernidade desejada, forjada e imposta pelas elites, questiono até que ponto teve sucesso esse moderno projeto da nova capital. A “invasão” das camadas populares em locais que não eram delimitados como seus, indicava uma resistência à ideia de modernização e ordem vinculada às elites e a cidade que queriam instituir. Por mais que desejassem a unicidade na cidade e que seu plano fosse único e hegemônico, ele não o era: a população pobre e operária resistiu com seus valores, modos de vida e experiências, e ao mesmo tempo, procurou seu espaço e afirmou a multiplicidade na cidade.

As medidas governamentais para a solução definitiva da questão de habitação operária eram constantemente proteladas, e quando alguma providência era tomada ocorria de modo débil e provisório. Aliás, veremos adiante que essa mesma orientação se deu com a questão operária em geral.

Assim sendo, nos locais ou bairros periféricos<sup>61</sup> que a classe operária morava a característica marcante era a ausência de infra-estrutura básica; as moradias eram precárias, não existiam água, luz, esgoto e transportes disponíveis, por exemplo. Isso porque a questão da moradia dos trabalhadores, que para a nova capital migraram, não foi uma preocupação do poder público durante o planejamento de Belo Horizonte.

A questão da moradia operária era assunto complexo e que produzia diversas reclamações na classe. Em parecer, o engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital em 1896, Francisco Bicalho, assestava um possível desenlace:

<sup>60</sup> BUÉRE, Júlio César. Belo Horizonte: A Apropriação do Espaço Urbano. In: PAIVA, Eduardo França et al. *Belo Horizonte: Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 81-82.

<sup>61</sup> Calafate, Barro Preto, Pampulha, Menezes, Pastinho, Lagoinha, Navio, Cardosos, Bom Sucesso, Cercado, Córrego do Leitão, Vila Bressane, Favela, Floresta, Carácará, Engenho Nogueira, Concórdia, e Maria Brasilina, eram alguns povoados operários em Belo Horizonte.

*Sendo absolutamente insuficientes as casas aqui existentes e, apesar do contínuo levantamento de cafuas e pequenas barracas pelos próprios operários para sua residência, tornava-se isto causa de grandes embaraços, originando queixas nessa classe. Por esse motivo, foram construídas pela Comissão pequenas casas de pau-a-pique, cobertas de zinco, com acomodação para famílias e solteiros, as quais se acham todas alugadas por módica mensalidade.*<sup>62</sup>

A partir da fala do engenheiro é possível perceber as contradições com o próprio projeto da Comissão para elaboração de uma cidade moderna, as tensões dos operários no que dizia respeito à habitação, e a negligência do poder público que não pensou nos operários, os quais lançaram mão de mecanismos provisórios para morar, construíam humildes barracos ou pagavam aluguéis, mesmo que seus salários fossem reduzidos e insuficientes. Esses últimos eram mão-de-obra essencial para a construção e desenvolvimento de Belo Horizonte, mas estavam à margem de quaisquer benefícios públicos.

A maneira como Abílio Barreto<sup>63</sup> visualizava a disposição espacial da nova capital era esclarecedora das condições de moradia da classe:

*[...] ao ser instalada a capital, contava esta com umas duzentas casas de funcionários, umas 300 particulares, os edifícios públicos, as vilas referidas, muitas casas velhas ainda habitadas, e além de grande número de cafuas e barracões nos grandes e barulhentos bairros provisórios – Leitão e Favela ou Alto da Estação.*<sup>64</sup>

As palavras “cafuas”, “barracões”, “grandes”, “barulhentos” e “provisórios” eram mencionadas por Barreto ao apresentar suas impressões concernentes ao morar e viver, e inculca a precariedade dos bairros habitados por operários no início de Belo Horizonte, entre os quais Córrego do Leitão e Favela ou Alto da Estação, que corresponderiam, anos mais tarde, aos bairros Barro Preto e Santa Tereza, os quais se

<sup>62</sup> BICALHO *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p. 399.

<sup>63</sup> Abílio Barreto, quando jovem, trabalhou como tipógrafo e, naquela época, foi um dos fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, além de grande contribuidor nas publicações e em outras atividades da mesma. Escreveu diversos livros sobre Belo Horizonte, e quando era diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1935, foi convidado a organizar o Arquivo Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, que originou, no ano de 1943, o Museu Histórico de Belo Horizonte. Em 1967, dez anos após a morte de Barreto, o Museu recebeu nova denominação, Museu Histórico Abílio Barreto, em homenagem ao primeiro diretor e idealizador da instituição. De tipógrafo a diretor de museu, Abílio Barreto é nome conhecido na cidade.

<sup>64</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p. 638.

localizavam na área urbana. Avistamos esses e outros bairros operários na planta de Belo Horizonte abaixo reproduzida (ver Figura 2).

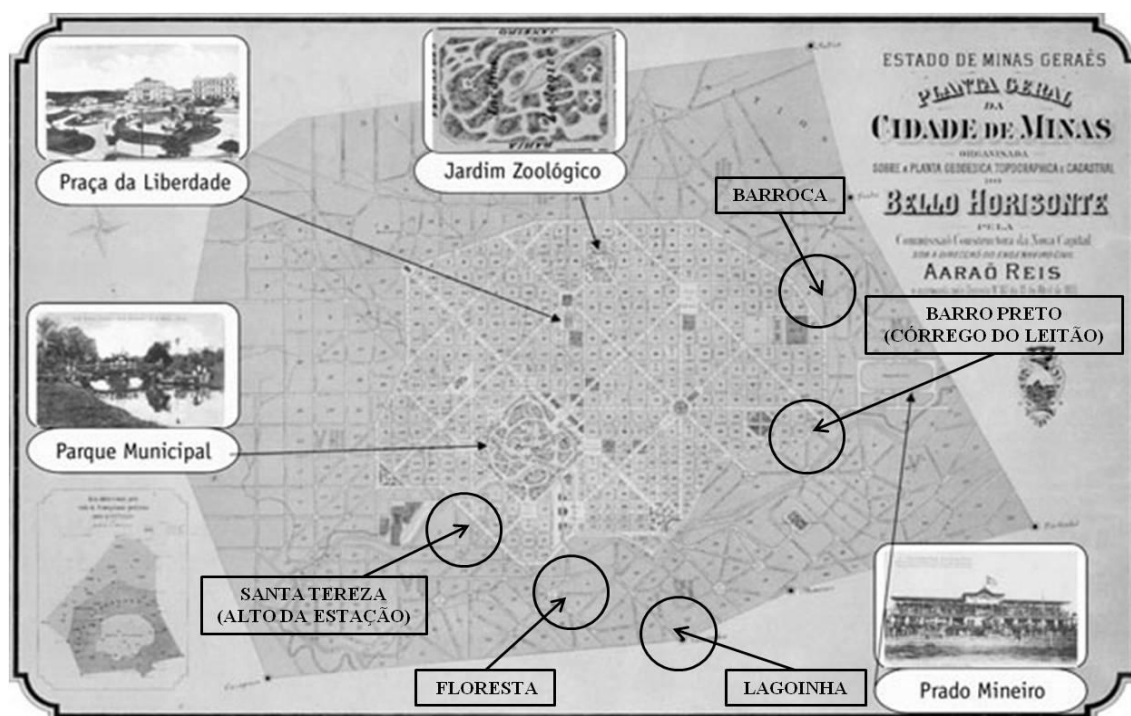


Figura 2: Os Bairros Operários na Planta Geral da Cidade de Minas  
Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895.

Não apenas o traçado da nova capital desfavorecia os trabalhadores; os terrenos vendidos na zona urbana eram inacessíveis não somente pelas exigências aos seus compradores, mas também, pelo alto preço alcançado em leilões públicos, o que duplamente inviabilizava a aquisição por parte da classe trabalhadora que se formava na cidade. Áreas mais afastadas do centro urbano eram reservadas para essa classe, o que reforçava a segregação e exclusão social, “o governo desde o início da construção da cidade estabeleceu áreas separadas para moradia de *operários, inferiores e praças da Brigada Policial do Estado*”.<sup>65</sup>

O descaso governamental era tal que a questão habitacional compôs, já nos últimos anos do século XIX, por meio de estratégia da iniciativa particular, mero negócio para obtenção de lucros. Proprietários de terrenos solicitavam, assim, autorização do governo para a construção de pequenas casas de aluguel para residência

<sup>65</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 56-57.

de trabalhadores. Uma dessas iniciativas foi realizada por Alberto Bressane Lopes que propôs a construção de 100 casas com preços mensais entre 25\$000 e 80\$000.<sup>66</sup>

Esse era o quadro vivenciado e experimentado pelos tipógrafos, os que vieram para a nova capital a partir de 1898, quando transferida a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais,<sup>67</sup> e os que trabalhavam em comércios tipográficos ou em oficinas de periódicos já em funcionamento na cidade. Com escassos salários viviam em residências simplórias nos subúrbios ou em aglomerações “proibidas” na zona urbana. Os solteiros se uniam e criavam “repúblicas”, ao passo que os casados moravam com as suas famílias, às vezes bastante numerosas, em casas arrendadas “formando todos elles um bando homogeneo, solidario, constituíam uma força na vida inicial da *urbs* nascente”.<sup>68</sup> O mesmo Abílio Barreto que descrevia como “grandes e barulhentos” os bairros provisórios operários, lamentava-se dos embaraços enfrentados por essa categoria:

*Foi um periodo ruidoso aquelle! Removidos de Ouro Preto para a Nova Capital em formação, os typographos e mais empregados solteiros da Imprensa Official aqui installaram republicas, emquanto que os casados iam habitar modestas casinhas de aluguer, geralmente nos suburbios.[...].*

*A extincta Favella, o desaparecido Corrego do Leitão – densos agrupamentos de casinhas provisórias no alto da Estação e alli para os fundos da Secretaria das Finanças, e onde fervilhava dia e noite uma vida intensa de gente operaria, contariam, se existissem, interessantes façanhas da rapaziada alegre daquelle tempo, hoje reduzida a um grupo bem pequeno.*<sup>69</sup>

Como os demais operários, moravam ou na Favela, ou no Córrego do Leitão, ou em áreas suburbanas. A primeira medida pública para a eliminação de aglomerados da zona urbana ocorreu exatamente nos dois primeiros lugares, afinal eles comprometiam a estética da nova cidade.<sup>70</sup> Em 1920, Abílio Barreto recordava que esses locais não mais existiam.

<sup>66</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p. 638.

<sup>67</sup> Foi a Lei Número 08 (escrita em 06 de novembro de 1891 e somente promulgada em 27 do mesmo mês e ano pelo Presidente do Estado de Minas Gerais José Cesário de Faria Alvim) a responsável por criar a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto. Em 1898 a Imprensa Oficial foi transferida para o novo prédio-sede situado à Avenida Paraopeba, que corresponde recentemente a Avenida Augusto de Lima. A primeira edição do *Minas Gerais* em Belo Horizonte foi publicada em 12 de junho de 1898.

<sup>68</sup> BARRETO, Abílio. Mais um Triunpho. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 05.

<sup>69</sup> *Ibidem*.

<sup>70</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, Barracos e Barracões*: Belo Horizonte, Cidade Planejada. 1991. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 100.

O Prefeito Adalberto Ferraz, em 1898, na tentativa de removê-los consentiu aos trabalhadores terrenos na Lagoinha, localizada na zona suburbana, que foram vendidos a dez réis o metro quadrado.<sup>71</sup> As condições básicas para a efetivação da venda eram a celeridade na construção de casas e a demolição de cafuas.

A resolução de Adalberto Ferraz não foi suficiente para o total desaparecimento de cafuas e barracos na zona urbana da nova capital, tanto que dois anos mais tarde outra tentativa seria promovida.

Em 1900, o Prefeito Bernardo Monteiro revelou ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte<sup>72</sup> que “a extinta Comissão Construtora teve necessidade de permitir que os operários estabelecessem na zona suburbana grandes núcleos de cafuas” desde que fossem demolidas na inauguração da cidade em 1897. Assim passados três anos da inauguração, o prefeito gabava-se de ter conseguido “com a maior prudência e critério” a remoção das favelas existentes, “menos uma grande parte das do Córrego do Leitão”, e acrescentava:

*Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção na zona suburbana, de casas dos tipos adotados pela Prefeitura, para construções congêneres, vi-me obrigado a ceder-lhes, gratuitamente, lotes, em ponto afastado, na vasta esplanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos. Para esse fim é dado ao operário um título provisório do lote [...].<sup>73</sup>*

“Dignos de todas as atenções do poder público”? O próprio discurso de Bernardo Monteiro negava essa afirmativa e apresentava ideias paradoxais que caracterizavam o posicionamento da administração pública. Reconheceu as dificuldades dos operários, porém não vacilou ao eliminar os casebres que com suor foram erguidos; e mais, era “obrigado” a doar terrenos para que a destruição das favelas fosse efetivada, em contrapartida os operários deveriam cumprir normas para as construções. O Prefeito parecia ignorar que se os salários já eram reduzidos para viver com suas famílias, construir casas conforme normas não era prioridade. O poder público afora demarcar os locais que os operários deveriam se fixar, estabelecia uma série de exigências e padrões para a construção.

<sup>71</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, Barracos e Barracões*: Belo Horizonte, Cidade Planejada. 1991. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 91.

<sup>72</sup> No ano de 1899 era criado o Conselho Deliberativo da Prefeitura de Belo Horizonte, composto por sete membros encarregados dos exercícios de fiscalização e orçamento concernentes à cidade.

<sup>73</sup> MONTEIRO *apud* SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade*: Domínios de Construção do Espaço Público. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 25. Grifo Nosso.

No periódico *O Operário*, órgão da Liga Operária, a opinião dos redatores, que eram também trabalhadores, era que as medidas legais fomentadas por Bernardo Monteiro pouco serviam, visto que novas cafuas eram erguidas em outras partes da cidade.

*O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o acto do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas deffinitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.*<sup>74</sup>

Assim, já que o Prefeito não solucionava a questão, era mais plausível deixar as cafuas que se encontravam no Córrego do Leitão. Até que ponto foram as pressões populares não sabemos. Certo era a existência de tensões e disputas pelo espaço, caso contrário quais seriam as razões para o Prefeito não conseguir a total eliminação de habitações existentes no Córrego do Leitão?

No ano de 1909, no Conselho Deliberativo, o conselheiro Alcides Batista Ferreira<sup>75</sup> propôs projeto que autorizava o Prefeito Benjamin Jacob a cessão gratuita de lotes aos operários que os quisessem mediante requerimento, e “à Prefeitura cabia demarcar a área e adotar um *tipo modesto* de casas para operários mas que estas respeitassem a *estética e a higiene*”.<sup>76</sup>

*Em março de 1909, o Governo do Estado, através do decreto nº 2.486, designa a área para habitações operárias. A área é demarcada pelas avenidas Paraopeba, Cristovão Colombo e 17 de Dezembro, e as ruas Rio Grande do Sul e Barbacena, ou seja, a região conhecida como Barro Preto. Esta área passa a ser destinada exclusivamente a operários.*<sup>77</sup>

Quase uma década após o estabelecimento da nova capital finalmente era criada a primeira vila operária pública, no lugar conhecido como Barro Preto, na zona suburbana.

<sup>74</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 02 set. 1900. p. 2.

<sup>75</sup> Um dos membros do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, Alcides Batista Ferreira foi tipógrafo-compositor do *Minas Gerais* (até se formar em Direito) e sócio-fundador da Associação Beneficente Tipográfica, na qual participou ativamente e por várias vezes foi eleito para cargos administrativos. É notável e relevante a existência de um ex-operário (tipógrafo) como conselheiro da Prefeitura. A respeito da atuação e posicionamento do conselheiro na Associação e no movimento operário de Belo Horizonte veremos adiante, no próximo capítulo.

<sup>76</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade: Domínios de Construção do Espaço Público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 27.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

Para a concessão gratuita dos lotes era exigência a comprovação de que eram operários, de residência em Belo Horizonte por no mínimo dois anos antes da data do requerimento e o exercício do ofício durante esse mesmo período, e apresentarem bons costumes e dedicação ao trabalho, corroboradas a partir de atestados de pessoas idôneas e de autoridade policial, itens imprescindíveis.<sup>78</sup>

Mesmo que à margem da zona urbana de Belo Horizonte essa era uma relevante conquista operária, uma vez que esses moravam em barracos e cafuas em regiões impróprias e a eles impedidas. Concorro, assim, com o pensamento de Regina Helena Alves da Silva que a partir do Decreto Número 2.486 o poder público revelava como “necessária a alteração do projeto original da cidade para que se pudessem estabelecer em Belo Horizonte os operários que para cá vieram desde o período da construção”.<sup>79</sup>

Novamente a iniciativa privada aparecia em cena para a construção de casas populares para a classe operária. As discussões que se iniciaram em 1909 no Conselho Deliberativo originaram uma proposta no ano de 1910, aprovada em 1911, que dava incentivos diversos às empresas que edificassem essas moradias, entre os quais a isenção de impostos, a concessão gratuita dos terrenos para a construção etc. Decorridos dois anos, Artur Joviano obteve aprovação de requerimento, Lei Número 63,<sup>80</sup> para construção de vila operária em suas propriedades no Calafate, sem cobranças de impostos e taxas por período de dez anos. A proposta que era para a construção de 100 casas foi ampliada para 250 casas.<sup>81</sup>

O Prefeito Afonso Vaz de Melo foi autorizado, em 1919, a criar vilas operárias em áreas mais adequadas e preestabelecidas na capital mineira através da Lei Número 178.<sup>82</sup> As cafuas foram permitidas desde que substituídas por moradias definitivas em quatro anos. Todavia, em 1921 eram proibidas cafuas e demais construções que não satisfizessem as exigências estabelecidas, na área urbana e suburbana, e “nas áreas

---

<sup>78</sup> BUÉRE, Júlio César. Belo Horizonte: A Apropriação do Espaço Urbano. In: PAIVA, Eduardo França et al. *Belo Horizonte: Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 76-77.

<sup>79</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade: Domínios de Construção do Espaço Público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 28.

<sup>80</sup> BELO HORIZONTE. Lei 63, de 10 fev. 1913. Concede ao cidadão Arthur Joviano isenção do imposto predial e taxas. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 fev. 1913.

<sup>81</sup> BELO HORIZONTE. Lei 69, de 10 out. 1913. Eleva a duzentos e cinquenta o número de casas a que se obrigou o concessionário Arthur Joviano, de acordo com a Lei nº 63, de 10 de fevereiro deste ano e contém outras modificações à referida lei. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 out. 1913.

<sup>82</sup> BELO HORIZONTE. Lei 178, de 06 out. 1919. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 06 out. 1919.

operárias fora do perímetro suburbano, o Prefeito ainda poderia conceder licença para construções provisórias desde que fosse observada a legislação existente”.<sup>83</sup>

Já no ano de 1923 era promulgada norma que consentia a realização de construções mais simples e com custo menor nos subúrbios; as exigências anteriores eram impossíveis de serem realizadas pelos operários devido ao alto preço.

Tais decisões eram conquistas operárias provenientes de pressões de trabalhadores e campanhas executadas por organizações sindicais, chefiadas pela Confederação Católica do Trabalho, que na década de 1920 “fizeram intensa campanha visando a garantir a posse dos terrenos doados pela prefeitura nas vilas operárias [...] para que o trabalhador pudesse construir sua moradia [...]”.<sup>84</sup>

Essas sucessivas leis e decretos manifestavam o pequeno, ou inexistente, domínio das autoridades públicas em relação ao rápido e desordenado crescimento de Belo Horizonte, por isso “a falta de verbas, a pobreza da população, a falta de condições para a instalação de uma infra-estrutura [...] acabou por gerar legislações que se sobrepunham umas às outras e não conseguiam controlar o crescimento da cidade”.<sup>85</sup>

Outra opção para domicílio de operários eram as casas de aluguel. Abílio Barreto mencionava que os tipógrafos “iam habitar modestas casinhas de aluguer”,<sup>86</sup> o que comprometia consideravelmente seus salários: “mal accommodados, em cafuas caríssimas, cujos filhos são privados de todo conforto”.<sup>87</sup>

Os aluguéis mensais das casas edificadas por Alberto Bressane Lopes no final do século XIX eram de 25\$000 a 80\$000;<sup>88</sup> em 1912, o valor médio e anual de um aluguel nos subúrbios era 497\$127, aproximadamente 41\$000 por mês;<sup>89</sup> e em 1921, o valor diário era cerca de 1\$000, 30\$000 mensais.<sup>90</sup> Assim, a média dos aluguéis mensais de casas simples para residência dos operários, dos últimos anos do século XIX até a

<sup>83</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade: Domínios de Construção do Espaço Público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 29.

<sup>84</sup> AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte. p. 103.

<sup>85</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade: Domínios de Construção do Espaço Público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 30.

<sup>86</sup> BARRETO, Abílio. Mais um Triunpho. *Revista Comemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 05.

<sup>87</sup> DIÁRIO DO COMMERCIO, Belo Horizonte, 13 dez. 1927. p. 02.

<sup>88</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p. 638.

<sup>89</sup> GOUGH, Philip Fox-Drummond. *O Contrapeso da Ordem: O Desenvolvimento Espacial de Belo Horizonte (1897-1964)*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte. p. 51.

<sup>90</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 16 jun. 1921. p. 2.

década de 1920, variavam entre 25\$000 e 41\$000. O dispêndio com aluguéis era elevado, especialmente se examinamos a média salarial do trabalhador brasileiro que em 1917 era 150\$000, “e as necessidades vitais de uma família operária de quatro pessoas orçava em 207\$000, o que corresponde a um deficit orçamentário de 31%”.<sup>91</sup>

Raras são as informações referentes aos salários de operários de Belo Horizonte na Primeira República, e especificamente de tipógrafos os dados são mais escassos. Mas de acordo com o Anuário Estatístico (1922-1925) a jornada dos tipógrafos valia, em 1923, aproximadamente 6\$000, o equivalente a 180\$000 ao mês. Valor bastante reduzido se comparado ao recebido por pedreiros e carpinteiros que ganhavam 10\$000, e pintores, marceneiros, serralheiros e bombeiros que recebiam 12\$000. Já os cabeleireiros, esses recebiam o mesmo valor que os tipógrafos.<sup>92</sup>

Para que esses valores fossem pagos perfaziam os operários uma jornada estipulada de horas nos serviços; os operários alcançaram jornada de nove horas em 1909, e de oito horas em 1912, o que não quer dizer que patrões não burlassem as normas e forçassem os mesmos a jornadas de 10 a 12 horas diárias. No ano de 1920, oito anos após a conquista da jornada de oito horas, os patrões teimavam em não cumprir a legislação e empregavam artifícios “para obrigar os operários a trabalhar mais de 8 horas, pagam-lhes remuneração mesquinha [...] os trabalhadores se vêm na dura necessidade de pedir e trabalhar até 9, 10 e 11 horas da noite”.<sup>93</sup>

Os tipógrafos empregados em jornais, a maior parte da categoria, exerciam seus trabalhos à noite, e nem eram pagos a mais por isso. Abílio Barreto recordava esse cotidiano exaustivo, o qual na “faina de todas as noites, só alta madrugada abalavamos para casa, moidos e famintos para, no dia seguinte, às 12 horas, voltarmos à Imprensa, afim de distribuir os typos, encher as caixas para os trabalhos da noite”.<sup>94</sup>

Somava-se às extensas jornadas noturnas a possibilidade de intoxicação decorrente da proximidade de produtos químicos – chumbo e antimônio, por exemplo – que proporcionavam aos tipógrafos um ambiente de trabalho bastante insalubre. Em *Artes Gráficas* era revelada a existência de estabelecimentos gráficos, em Belo

<sup>91</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 170.

<sup>92</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatistico: Anno II (1922-1925)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 947.

<sup>93</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. p. 04.

<sup>94</sup> BARRETO, Abílio. Documento Precioso. *Revista Commemorativa do 25º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 27.

Horizonte, que não forneciam aos seus empregados a necessária porção diária de leite, conforme crença popular, para que essas intoxicações fossem evitadas, e acrescentava:

*As nossas leis, a exemplo, do que ocorre em outros países, não obrigam os empregadores ao fornecimento diário de, pelo menos, meio litro de leite para cada funcionário, leite este que é fornecido não como alimento mas como fator preponderante no sentido de evitar intoxicações [...]. É verdade, que muitos estabelecimentos gráficos proporcionam esse benefício aos seus operários. Aqui mesmo em Belo Horizonte, na Imprensa Oficial, na “Folha de Minas” e em “O Diário” o leite é fornecido gratuitamente.<sup>95</sup>*

A princípio soava estranho uma categoria como a tipográfica, profissão que exigia especialização e domínio da escrita, e tolerância a um ambiente insalubre, receber salário menor que o de um pintor, por exemplo. Contudo, devemos salientar que Belo Horizonte era uma cidade em pleno desenvolvimento, logo entendemos que serviços relacionados à construção civil eram mais procurados e valorizados, por conseguinte, os vencimentos eram mais elevados. Não obstante, o salário dos tipógrafos era maior do que a média nacional que era de 150\$000.

No ano de 1921 o jornal *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho, denunciava a deficiência na relação custo de vida e salários dos operários. Segundo a publicação, era dramática a situação experimentada por operários na capital mineira, os quais majoritariamente “não chega[m] a perceber o salario quotidiano de 4\$000”, sendo que para viver minimamente o operário necessitava receber por jornada o valor de 7\$000. Essa quantia baseava-se em análise que calculava os gastos mínimos diários com alimentação (\$692 por pessoa), vestuário (homem \$380, mulher \$350 e criança \$200), habitação (1\$000), e educação e beneficência (\$200 por pessoa).<sup>96</sup>

*Podemos, pois, calcular a despesa diaria de uma familia de cinco pessoas, para alimento e vestuario:*

|                      |                            |
|----------------------|----------------------------|
| <i>Homem.....</i>    | <i>1\$072</i>              |
| <i>Mulher.....</i>   | <i>1\$050</i>              |
| <i>3 filhos.....</i> | <i><u>2\$676</u></i>       |
| <i>Somma.....</i>    | <i>4\$798<sup>97</sup></i> |

Se adicionarmos a essa somatória as despesas com habitação (1\$000) e educação e beneficência (1\$000) de família com cinco pessoas a soma passava para 6\$798 (cerca

<sup>95</sup> ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, out. 1948. p. 05.

<sup>96</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 16 jun. 1921. p. 01-02.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 02.

de 200\$000 a cada mês), valor superior a jornada recebida pelos tipógrafos, por exemplo.

A análise estampada no jornal não incluía alguns itens básicos e o cálculo foi realizado a partir de preços menores que os praticados no comércio, e “não se tomou em consideração o caso de molestia, assim como não se contou com despesa alguma eventual, [...] nem parada de trabalho, nem a mais leve diversão, nem vício algum tolerado [...]”;<sup>98</sup> o que agravaria a economia.

No caso dos tipógrafos que fossem sócios da Associação Beneficente Tipográfica (fundada em 1900, ver “2.1 A Associação Beneficente Tipográfica e o Movimento Operário em Belo Horizonte”), a mensalidade de 2\$000 deveria ser acrescida aos gastos mensais (mais ou menos 200\$000).

Assim, se considerarmos seus salários 180\$000 um déficit de aproximadamente 20\$000 deveria ser diminuído das despesas proporcionando piora na qualidade de vida, se é que podemos mencionar “qualidade”. Associar-se a Associação asseverava pensões ao tipógrafo enfermo, por exemplo, o que fazia valer o custo com a mensalidade.

A análise divulgada em *O Operário* proporciona a nós a avaliação do papel que a imprensa conquistou em Belo Horizonte na Primeira República. Os jornais e revistas, às vezes efêmeros, não compõem somente evidências e indícios às pesquisas e referências sobre condições de vida e de trabalho dos operários, movimento operário, ou acontecimentos no Brasil e no mundo nas primeiras décadas do século XX. São ingredientes que davam forma aos eventos que eram registrados, como menciona Robert Darnton.<sup>99</sup>

Nesse íterim o sujeito tipógrafo era peça fundamental, o responsável por conectar os eventos a serem registrados à propagação dos mesmos, era o elo entre a notícia e o público leitor, processo que ocorria por meio da composição e impressão de jornais, revistas, livros etc.<sup>100</sup>

Antes mesmo da inauguração da nova capital de Minas Gerais cinco jornais já eram publicados: *Bello Horizonte* (1895-1899), *A Capital* (1896-1898), *A Aurora* (1896-1897), *O Tiradentes* (1897) e *O Bohêmio* (1897). O *Bello Horizonte* e *A Capital* possuíam oficinas tipográficas próprias, nas quais outros jornais eram impressos, como *A Aurora* e *O Bohêmio*, por exemplo.

<sup>98</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 16, jun. 1921. p. 02.

<sup>99</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: a Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15.

<sup>100</sup> Ver “1.2 A Profissão e a Arte Tipográfica”.

Após a solene inauguração, a Imprensa Oficial foi transferida e várias oficinas tipográficas se estabeleceram, consequentemente o número de publicações editadas na nova cidade multiplicou: em três anos (1897 a 1900) as publicações aumentaram cinco vezes. Alguns periódicos que eram produzidos em Ouro Preto para Belo Horizonte se transferiram, outros começaram sua publicação na recente cidade. Poucos perduraram e foram contínuos em suas publicações, o certo era que ano após ano novos títulos de jornais e revistas eram lançados (ver Tabela 1).

TABELA 1  
LANÇAMENTO DE PERÍODICOS EM BELO HORIZONTE POR PERÍODO

| PERÍODO   | QUANTIDADE PUBLICADA |
|-----------|----------------------|
| ATÉ 1897  | 05                   |
| 1898-1900 | 23                   |
| 1901-1910 | 117                  |
| 1911-1920 | 119                  |
| 1921-1930 | 164                  |
| 1931-1940 | 165                  |

Fonte: LINHARES, Joaquim N.; CASTRO, Maria C. P. S. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

Jornais operários começaram a aparecer em Belo Horizonte no ano de 1900. O primeiro foi *O Operário*, órgão da Liga Operária. Após esse, duas publicações com mesma nomenclatura surgiram: *O Operário* (1900-1904), “órgão dos interesses da classe”, e *O Operário* (1920-1925), órgão da Confederação Católica do Trabalho. *O Labor* (1905-1906), órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários, e *O Confederal* (1907), órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, foram importantes publicações operárias. Destaco aqui os dois periódicos confeccionados pela Associação Beneficente Tipográfica, as revistas comemorativas (1906, 1908, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936) e *O Gráfico Mineiro* (1929-1930), afora *Artes Gráficas* (1948), um periódico especializado que apresentava matérias e ensinamentos referentes às artes gráficas, e o *Centro Typographico*, editado em Ouro Preto no ano de 1893 mas indispensável para se compreender a criação da Associação Beneficente Tipográfica sete anos mais tarde em Belo Horizonte.

Os operários com a elaboração de jornais, folhetos e revistas adquiriram voz e ao mesmo tempo se infiltraram e passaram a compor e a enriquecer a cultura letrada de Belo Horizonte. Com esses periódicos era possível que as suas reivindicações fossem

ouvidas e que se informassem e participassem de acontecimentos, reuniões, acordos, manifestações, festas etc. O índice de analfabetos era enorme nas primeiras décadas da cidade, em 1905 os analfabetos ultrapassavam 50% da população,<sup>101</sup> em 1912 a quantidade era 45%,<sup>102</sup> número menor porém considerável, mas não impedia que as informações dos jornais chegassem a esses e se proliferassem em vários meios; a leitura em voz alta era uma das estratégias utilizadas para driblar essa persistente questão social, o analfabetismo.

A partir da análise de periódicos visualizamos informações a respeito de tipografias existentes em Belo Horizonte, que apareciam nos cabeçalhos ou em propagandas de serviços comerciais tipográficos. Eram responsáveis por confeccionar notas, faturas, envelopes, cartões de visita, cartões comerciais, e imprimir avisos, circulares, boletins, diplomas, estatutos, prospectos etc. Entre elas destacavam-se, *Joviano & Cia*, *Viana & Cia*, *Moderna*, *Mineira*, *Comercial*, *Beltrão & Cia*, *Oliveira & Costa* etc., e a maior e mais equipada, a *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*. É complexo afirmar quantas e quais eram e as suas durações devido à ausência de evidências mais consistentes.

Alguns periódicos mantinham suas próprias oficinas, das quais eram utilizados os maquinários para composição e impressão de outras publicações. Outros requisitavam a impressão em casas comerciais especializadas em serviços tipográficos; redigiam seus jornais e solicitavam a composição e impressão nesse ramo comercial de Belo Horizonte. Do mesmo modo, a Imprensa Oficial disponibilizava suas máquinas para esses serviços, além da incumbência de publicar o *Minas Gerais*, órgão oficial dos Poderes do Estado, e trabalhos de órgãos públicos em geral; eram as revistas comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica impressas nessa repartição.

Nos anos iniciais de Belo Horizonte, segundo memórias de Abílio Barreto, era nas oficinas dos jornais *Minas Gerais*, *Diário de Minas* e *Jornal do Povo* que “[...] estava reunida toda a classe typographica da Cidade de Minas, composta de modestos obreiros, que levavam a vida mal installados em pequenas casas geralmente nos suburbios afastados”.<sup>103</sup> Creio que “toda a classe” era uma expressão um tanto quanto

<sup>101</sup> MINAS GERAIS; SENNA, Nelson de. *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909. p. 250.

<sup>102</sup> BELO HORIZONTE. *Recenseamento*: iniciado em 12 de Novembro de 1911 e terminado em Junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.

<sup>103</sup> BARRETO, Abílio. *A Gloria Magnifica de uma Classe. O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 04.

exagerada, pois já existiam outros jornais e estabelecimentos comerciais especializados em serviços gráficos, não eram muitos mas nesses encontravam-se tipógrafos; daí o exagero em se afirmar que a categoria concentrava-se somente nesses três jornais.

O Prefeito Olinto Meireles, em 1912, apresentou relatório ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte que informava a existência de um estabelecimento no ramo de atividade gráfica que era beneficiado com incentivos e isenções da Prefeitura, a *Beltrão & Cia*, com 21 empregados.<sup>104</sup> Outros apareciam no Recenseamento de Belo Horizonte datado de 1912, que apontava a existência de 12 tipografias e papelarias com 77 tipógrafos empregados.<sup>105</sup>

Não questiono as informações coletadas com esse recenseamento, e sim os critérios utilizados pela Prefeitura para sua produção; por exemplo, já em 1906 era 100 o número de sócios da Associação Beneficente Tipográfica,<sup>106</sup> apenas uma parcela dos tipógrafos empregados na Imprensa Oficial e em demais estabelecimentos e jornais eram associados, mas seis anos depois a quantidade arrolada foi de 77 tipógrafos. Por isso presumo que esses tipógrafos não arrolados foram avaliados como elementos do funcionalismo público, cuja somatória era 847 funcionários. Esses critérios não especificados vedam o conhecimento mais correto do conjunto de tipógrafos existentes em Belo Horizonte.

Já outro levantamento, o Anuário Estatístico do ano de 1921, apontava a existência em Belo Horizonte de três estabelecimentos industriais no ramo gráfico, nos quais trabalhavam cerca de 248 homens e 23 mulheres, totalizando 271 trabalhadores.<sup>107</sup> Isso correspondia a uma média de 90,3 trabalhadores por estabelecimento gráfico e 12,2% do total da população trabalhadora contabilizada pelo Anuário, que totalizava 2.223 trabalhadores na capital mineira. Era um percentual considerável, que só não era maior do que o da indústria têxtil composta por 36,3% do total de trabalhadores. Também inquiri aqui qual concepção de indústria era adotada pelo Anuário. Não sabemos quais eram essas indústrias compreendidas no ramo gráfico, nem se outros – e quais – estabelecimentos foram excluídos. Mas isso não elimina a importância do Anuário, que forneceu valiosas informações relativas à quantidade de tipógrafos

<sup>104</sup> PLAMBEL. *O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979. p. 27-28.

<sup>105</sup> BELO HORIZONTE. *Recenseamento*: iniciado em 12 de Novembro de 1911 e terminado em Junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.

<sup>106</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1906. p. 49-50.

<sup>107</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatistico: Anno I (1921)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 268.

empregados em Belo Horizonte. Nessa mesma época a Associação Beneficente Tipográfica contava com 156 sócios, quantidade mais próxima do número de trabalhadores (entre eles, tipógrafos) levantado pelo Anuário.<sup>108</sup>

Se em 1921 três eram as indústrias gráficas com 271 trabalhadores, conforme explicitado no Anuário, em “Produção Industrial de Belo Horizonte”, uma separata do Anuário Estatístico de Belo Horizonte, no ano de 1937 eram listadas no ramo industrial “Editorial e Gráfica” 22 firmas, que totalizavam 933 empregados. Das 22 firmas, 16 com 109 empregados o que contabilizava aproximadamente sete empregados por firma, três firmas com 88 empregados, aproximadamente 29 empregados por firma, duas firmas com 136 empregados, aproximadamente 68 empregados por firma, e uma firma com 600 empregados, provavelmente a Imprensa Oficial em razão do elevado número de empregados.<sup>109</sup> Não eram tipógrafos, evidentemente, esses quase mil trabalhadores arrolados pela pesquisa, mas uma parte considerável desse número pertencia à categoria.

Os estabelecimentos gráficos listados nesses documentos oficiais e outros não mencionados nem sempre eram providos de suficiente estrutura aos operários. A ausência de salubridade marcava certas oficinas gráficas, as quais geralmente abarrotadas de trabalhadores:

*Ninguém ignora que dentre as profissões insalubres as indústrias gráficas ocupam lugar na linha de frente, notadamente certas secções, como a linotipia, stereotipia, etc. [...].*

*Em nosso país, com raríssimas exceções, as oficinas gráficas são instaladas em barracões, porões e em outro lugares infectos, sem luz e sem o menor conforto de higiene. Em ambiente dessa ordem trabalham às vezes 100 e 200 homens [...].<sup>110</sup>*

Os tipógrafos, rapazes solteiros – pois os casados mal conseguiam sustentar suas famílias como já visualizamos com o déficit orçamentário – eram reputados pela sociedade como boêmios que consumiam seus pequenos salários em estabelecimentos noturnos de Belo Horizonte, “eram serenatas sonoras, eram bailes de noites e noites a fio, num transudar de louca alegria”.<sup>111</sup> Não se preocupavam com as consequências

<sup>108</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatistico: Anno I* (1921). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 444.

<sup>109</sup> PLAMBEL. *O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979. p. 199.

<sup>110</sup> ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, out. 1948. p. 05.

<sup>111</sup> BARRETO, Abílio. Mais um Triunpho. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 05.

desse modo de viver e com os imprevistos futuros, como doenças, por exemplo, que poderiam comprometer as jornadas de trabalho.

Esse julgamento dos tipógrafos como “boémios” era produzido pelas elites que visavam regular e moldar o trabalhador belorizontino, cerceando e recriando mesmo seus raros momentos de lazer e diversão. Curioso é que Abílio Barreto, apesar de ter sido tipógrafo e sócio-fundador da Associação quando moço, ao recordar o cotidiano dos tipógrafos precedentemente à criação da Associação, avaliava seus colegas como “displicentes e um tanto fatalistas”, parecendo corroborar a fala das elites:

*Esses homens displicentes e um tanto fatalistas, em sua maioria, ganhando salários tão exíguos que mal bastavam para acudir às mais urgentes necessidades próprias e da família, não tinham, além de tudo, o espírito providente e cooperativista; de sorte que o futuro lhes era uma interrogação sombria.*

*Por isso, buscando aturdir as suas apprehensões quanto à precariedade de sua existencia tão desafortunada e cheia de ameaças, enchiam as suas raras horas de lazer, quasi sempre por altas madrugadas, em bohemia alegre e ingenua, que só era prejudicial a elles próprios.*

*E quando a enfermidade e a morte consequente vinham surprehender algum delles no seu lar desprevenido, era necessario, então, a cooperação da classe, por meio de subscrições, afim de acudir a família enlutada naquellas horas negras de adversidade.<sup>112</sup>*

De qualquer modo, preocupava-se com o porvir e reconhecia a precariedade das condições que a categoria estava sujeita. De fato, quando um tipógrafo se adoentava era necessário que os companheiros se unissem para o socorro daquele, pois o pequeno salário tão depressa era consumido para subsistência da família. As subscrições eram para compras de remédios ou para os enterros, quando colegas viessem a falecer; isso era tão somente uma prova de benevolência da categoria e não um direito conquistado. Se males os acometessem e necessário fosse o afastamento do serviço não recebiam seus vencimentos, e em caso de falecimento os parentes à míngua ficavam; não existiam quaisquer deveres ou imposições nem dos patrões e nem dos poderes públicos nessas ocasiões. Por isso os tipógrafos e suas famílias, as quais por vezes sozinhos sustentavam, estavam à mercê da sorte:

---

<sup>112</sup> BARRETO, Abílio. A Gloria Magnifica de uma Classe. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 04.

*Algun tempo depois de transferida para aqui a Capital do Estado – em 1900 – adoeceu e, em seguida, morreu, cercado da mais precaria falta de recursos o compositor-typographo do Minas Gerais, João Guilherme de Carvalho.*<sup>113</sup>

O falecimento do tipógrafo João Guilherme de Carvalho acima pormenorizado foi o acontecimento que orientou, em 1900, a crônica do jornalista José Maria de Azevedo Júnior no *Jornal do Povo*. Conclamava para que a categoria tipográfica, em parte considerada boêmia e, por isso, mal vista pela sociedade, se reunisse brevemente e formasse uma associação que a amparasse nos momentos críticos; e para que “[...] o typographo mineiro conquiste numa sociedade que tão mal o julga, a posição a que elle tem direito como soldado valoroso desta milicia [...]”.<sup>114</sup> Assim ponderava Azevedo Júnior em “Bohemios”:

*Em um dos muitos artigos com que, de há longos annos, caceteio o proximo – penitet me! – recordo-me de ter alludido à falta de espirito de associação que existe aqui em Minas [...].*

*Entretanto, de duas classes sei que deviam se constituir em gremio para a defesa commum dos seus descendentes ao menos, que não podem esperar [...]. Refiro-me aos funcionarios publicos, e aos artistas-compositores desta Capital [...].*

*[...] e nada mais doloroso, cá a meu vêr, do que o viver desses compatricios condemnados a trabalhar... até a morte [...]. À familia elles nada deixam, porque não é ser exagerado dizer-se que os ordenados, nesta terra, são pingues... [...].*

*Os compositores, operarios au jour le jour descuidaram-se sempre cá “nas altivas” da sua sorte [...].*<sup>115</sup>

Essa crônica impulsionou a categoria tipográfica que se movimentou para a criação da Associação Beneficente Tipográfica, em abril do ano de 1900, e “desde que, ha vinte annos, foi erigida em Bello Horizonte a modelar instituição de auxilios mutuos, nunca mais se reproduziram aquelles commovedores espectaculos que tanto acabrunhavam a classe”.<sup>116</sup>

Foram ao menos seis as experiências para fundação de uma associação que amparasse os tipógrafos, “que lhes soccorresse o lar nas horas adversas”,<sup>117</sup> em Minas

<sup>113</sup> BARRETO, Abílio. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 03.

<sup>114</sup> AZEVEDO JÚNIOR, José Maria de. *Bohemios. Jornal do Povo*, Belo Horizonte, 05 abr. 1900. p. 01.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

<sup>116</sup> BARRETO, Abílio. *Mais um Triumpho. Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 05.

<sup>117</sup> BARRETO, Abílio. *A Gloria Magnifica de uma Classe. O Graphico Mineiro: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930)*, Belo Horizonte, abr. 1930. p. 05.

Gerais anteriormente à Associação Beneficente Tipográfica, era uma “velha aspiração da classe”.<sup>118</sup> No último decénio do século XIX, o Centro Typographico incrementou uma dessas experiências em Ouro Preto, e publicou jornal com mesmo nome a datar de 1893, o qual acessamos apenas o terceiro número – de 15 de julho de 1893.

Durante a Primeira República foram várias as experiências e associações operárias organizadas em Belo Horizonte para amparar, com auxílios e beneficências, os trabalhadores e, concomitantemente, esforçaram-se para conquistar direitos. As principais reivindicações desse movimento eram a diminuição da jornada de trabalho e o aumento salarial. Para que esses propósitos fossem alcançados o operariado, ao invés de promover sucessivas greves, usou recursos menos “agressivos” como petições e reuniões com patrões e/ou representantes do governo, por exemplo, para resolver essas questões.

As negociações com patrões e poder público juntamente com a força adquirida pela ação católica, particularmente a partir de 1919 com a criação da Confederação Católica do Trabalho, tornava o *fazer-se* do movimento operário belorizontino diferenciado quando comparado a São Paulo e Rio de Janeiro. E é por alguns analisado como mecanismo no qual as classes sociais mais abastadas pretendiam cooptar o operariado. É possível que essa avaliação seja a responsável pela exclusão do movimento operário de Belo Horizonte em estudos que definem o “movimento operário brasileiro”. Até que ponto essa relação era um mecanismo de cooptação desenvolvido pelas elites e Igreja Católica, ou uma estratégia da classe operária para granjear benefícios? Sobre isso discorreremos no capítulo seguinte.

## 1.2 A Profissão e a Arte Tipográfica

O exercício da profissão de tipógrafo exigia certo grau de especialização: deveriam saber ler e escrever, e dominar as técnicas de composição e impressão, assim como o manuseio de máquinas próprias. No anúncio abaixo reproduzido essas exigências para a contratação de um tipógrafo eram manifestadas:

---

<sup>118</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Memoria Historica. Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 23.

# TYPOGRAPHO

*Um habilitadissimo para qualquer serviço da arte tendo pratica de machinas e especialista em avulsos; acceita contracto para qualquer ponto do Estado.*<sup>119</sup>

Os vocábulos “tipógrafo”, “tipografia”, “tipográfica”, e demais variantes, por várias vezes apareceram nas páginas precedentes. De acordo com o Dicionário Aurélio “tipógrafo” é o “indivíduo que executa ou dirige as operações para impressão tipográfica”, as operações de composição, impressão etc.;<sup>120</sup> e “tipográfica” corresponde ao que concerne à tipografia.<sup>121</sup>

Mas o que é “tipografia”? O termo “typographia” foi pela primeira vez documentado, em latim moderno, no ano de 1493, e era proveniente do grego “typos” (imagem, forma, molde) e “graphein” (gravação, escrita). Várias são as possíveis interpretações da palavra: pode designar um estabelecimento especializado em serviços gráficos de composição e impressão, ou a maneira como os tipos são distribuídos em uma página, “por exemplo na expressão ‘é perfeita a tipografia daquele livro’”,<sup>122</sup> ou o sistema de composição e impressão propriamente dito, a partir da utilização de moldes com as imagens – a serem impressas – gravadas em relevo.

Além desses significados, a tipografia era avaliada pelos tipógrafos como uma “arte”, e os tipógrafos, por sua vez, eram “artistas”. Era, então, a arte de “imprimir com tipos móveis ou em linhas, ou ainda com clichés de zinco ou cobre”, a qual se subdividia em três processos principais, a saber, “chapa, impressão e encadernação”.<sup>123</sup>

*Por chapa se compreende a secção dos tipos, onde são compostas e feitas as chapas para impressão.*

*Impressão é a parte onde as chapas são impressas.*

*Encadernação é a fase final do impresso, onde este é transformado em blocos, livros, etc.*<sup>124</sup>

A invenção da tipografia foi atribuída ao impressor alemão Johannes Gutenberg, no século XV, e desde essa época não interrompeu seu desenvolvimento; modernas técnicas e novos ramos tipográficos apareciam aos poucos com o decorrer dos

<sup>119</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 03 nov. 1907. p. 01.

<sup>120</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Tipógrafo. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Curitiba: OPEG Sistemas Reprográficos e de Ensino Editora, 2004.

<sup>121</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Tipográfica. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Curitiba: OPEG Sistemas Reprográficos e de Ensino Editora, 2004.

<sup>122</sup> ARAÚJO, Emannel. *A Construção do Livro*: Princípios da Técnica de Editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986. p. 536.

<sup>123</sup> ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, ago. 1948. p. 08.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

séculos, conforme mencionava Antônio Borges, sócio da Associação Beneficente Tipográfica:

*A typography, esta invenção que nos legou o immortal obreiro de Moguncia, segue a sua marcha gloriosa de ininterruptos aperfeiçoamentos. [...] mal póde o pensamento acompanhá-la, tão brilhantes e perturbadoras são as suas conquistas nos varios ramos em que ella se subdividiu posteriormente. Falando da typography, tenho entendido com esta palavra a impressão com caractéres moveis [...]. Entretanto, o progresso humano saccudido do seu marasmo por uma seiva nova e ardente, exigia sempre mais da Arte inexgottavel. Vieram a stereotypia e a lithographia. A este tempo, machinas de ferro enchiam com o ruido de suas engrenagens as officinas alegres [...]. A photographia, a gravura chimica e a phototypia vieram successivamente pouco tempo depois, formando ao lado das outras, a mais heroica guarda avançada da civilização contras as incursões da barbaria e da ignorancia. [...].*<sup>125</sup>

Antônio Borges apresentava sua concepção de tipografia e enxergava as várias divisões oriundas dessa arte, como a estereotipia, a litografia, a fotografia etc., que em conjunto eram vistas como uma espécie de arma contra a barbárie e a favor das luzes e da civilização. *O Operário*, em texto que comemorava o ano de falecimento de Gutenberg, compartilhava dessa relação entre tipografia e progresso; Gutenberg era “o descobridor do maior factor da luz e da Civilização, a Imprensa, que leva de canto a canto do Universo as licções sublimes do Progresso”, e seu invento o responsável pela contínua evolução da imprensa e “que logo depois de melhorado, transformou-se no que vimos hoje, nas *Marironi* rapidas, que lançam fóra [...] jorros de Civilização”.<sup>126</sup>

Independentemente dessa analogia “invento de Gutenberg/progresso e civilização”, é indubitável a importância e a revolução proporcionada com as suas descobertas: os tipos (caracteres) móveis de metal e a prensa tipográfica. Essas invenções possibilitaram a ampliação da quantidade de publicações e a venda por um preço menor, quando os custos da produção eram comparados, por exemplo, aos manuscritos produzidos pelos copistas, do clero ou não, medievais.

<sup>125</sup> BORGES, Antônio. Gutenberg e a Arte Typographica. *Revista Commemorativa do 25º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 21-22.

<sup>126</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 28 fev. 1904. p. 01.

*Primeiro os monges se ocupavam de recopiar livros, em extrema dedicação e paciência. Os manuscritos iluminados e com iniciais ricas de desenhos coloridos eram muito solicitados, principalmente pela nobreza da época. Logo que findou o feudalismo, essas solicitações se estenderam a quase todas as classes sociais, e já não só os monges, mas também os leigos trabalhavam na reprodução dos textos, cada vez mais procurados.*

*Escritos totalmente a mão, por mais que fossem copiados e recopiados, eram insuficientes como produção. A maior procura elevava seu preço cada vez mais e a multiplicidade dos pedidos faziam-nos perder em qualidade e beleza e tornavam-se mais escassos. A pressa com que eram feitos foi tornando a escrita pouco legível, as abreviações se multiplicavam a ponto de tornar o texto, por vezes, dificilmente compreensível.<sup>127</sup>*

A imensa procura por livros e a vontade de se produzir e lucrar cada vez mais limitava a qualidade da produção, que mesmo assim era insuficiente em relação à demanda. Esse quadro proporcionou a utilização de invenções e adaptações para estender a produtividade.

A xilogravura era uma dessas artimanhas: processo conhecido e utilizado pelos chineses, provavelmente desde antes do nascimento de Cristo, passou a ser aplicado na Europa Medieval. A arte consistia em entalhar – em relevo – na madeira o material que se aspirava imprimir (a matriz) em papel ou demais superfícies, “eram impressas num só lado do papel e, para cada impressão, tintava-se a prancha, aplicava-se-lhe em cima uma folha de papel ou pergaminho, e passava-se uma escova, a fim de obter-se aderência suficiente”.<sup>128</sup>

Possivelmente nesse mesmo momento importaram um processo novamente proveniente da China (século XI): era a utilização dos tipos móveis de madeira no processo de impressão. Com os tipos móveis, caracteres produzidos em madeira, podiam compor uma página inteira e depois reaproveitá-los na composição de outras.

Ressalta-se que a expressão “tipo”, em tipografia, pode referir-se tanto aos tipos móveis, materialmente, como aos diversos caracteres da imprensa, as letras (maiúsculas, versais ou caixa alta e minúsculas ou caixa baixa) e outros sinais tipográficos (números e sinais de pontuação), que juntos formam uma fonte, “alfabeto completo de um só desenho com caixa alta e baixa, com números e sinais de pontuação” de mesmo tamanho, ou uma família de tipo, “todos os tamanhos (corpos) e estilos de um desenho de tipo (redondo, grifo, negrito, largo, condensado, etc.)”.<sup>129</sup>

<sup>127</sup> RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003. p. 43.

<sup>128</sup> *Ibidem*.

<sup>129</sup> CRAIG, James. *Produção Gráfica*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 12.

Esclarecida as duas aplicações para a palavra “tipo”, voltemos a primeira acepção. Os tipos móveis de madeira não duravam muito; a madeira era passível de deformações com as sucessivas impressões e, por isso, a utilização dessa técnica não perdurou.

A novidade era a substituição da madeira pelo metal, normalmente uma combinação de chumbo e antimônio, material infinitamente mais resistente e com a vantagem de ser fundível; foi em 1450, quando “Gutenberg associou-se a João Fust, e conseguiram fazer tipos mais fortes e perfeitos. Em 1452, Schoeffer uniu-se aos dois”.<sup>130</sup>

*A criação da tipografia tinha um fim comercial: o de concorrer com os copistas, trabalhando mais depressa e mais barato. Assim, os caracteres utilizados por Gutenberg, 1450, foram do estilo gótico, empregados com a preocupação de fazer acreditar aos compradores que os primeiros livros impressos eram manuscritos.*<sup>131</sup>

Sem sombra de dúvidas foi uma invenção revolucionária, não somente do ponto de vista técnico mas também da ampliação da oferta de livros. E como ocorria a fundição? Anteriormente à invenção da primeira máquina fundidora, criada por David Bruce no ano de 1840, os caracteres eram derretidos um a um, letra por letra:

*Quinhentos anos atrás foram fundidos os primeiros tipos, pela Sociedade Gutenberg-Fust-Schoeffer. Eram executados letra por letra, derramando-se a liga metálica no molde de areia, em cujo fundo encontrava-se a matriz gravada em oco. A produção diária, em média, era de 3.000 tipos. Quatrocentos anos depois de Gutenberg, a fundição dos tipos continua manual e monotípica. Por mais que se multiplicassem as fundições, a produção continuava inferior às encomendas solicitadas.*<sup>132</sup>

A escolha de um determinado tipo para a composição gráfica não era simples tarefa, vários quesitos deveriam ser considerados pelo tipógrafo: a clareza para facilitação da leitura (legibilidade), o seu tamanho na disposição do papel – quando quisesse chamar atenção eram empregados tipos ou tamanhos diferentes, título em escrita gótica e corpo do texto em escrita romana, por exemplo – etc. Assim, para o

<sup>130</sup> RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003. p. 46.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 56.

desenvolvimento desse trabalho ao tipógrafo era necessário o conhecimento “dos estilos, das características e das possibilidades expressivas de cada tipo de letra”.<sup>133</sup>

O tipo móvel de metal consistia em um bloco de seis faces paralelas, duas a duas, composto de várias partes (Anexo A) e “que variam segundo o corpo e a forma gráfica das letras que comportam”.<sup>134</sup>

“Olho” era o “desenho da letra, ou símbolo gravado em relevo na face superior do tipo, que, uma vez entintada, produz a impressão”; “corpo” era a “distância entre a face anterior e posterior do tipo; é expressa em pontos tipográficos”; “espessura” era a “distância compreendida entre as faces laterais” e a sua “medida depende do olho do tipo”; “rebaixo do olho” era “toda parte superior do tipo, com exceção do olho”; “guia” era o “sulco gravado na frente ou atrás do tipo” e indicava a “posição da letra no componedor”; “ponte” ou “costela” era o “sulco no pé de alguns tipos, cuja finalidade é reduzir o seu peso”; “cabeça” era “toda a parte superior do tipo, formada pelo conjunto do relevo e do olho”; “altura” era a “distância compreendida entre a base, ou pé, e o olho do tipo”; “ombro” era o “espaço que sobra acima e abaixo do olho da letra”; e “alinhamento” era o “limite inferior do olho do tipo [...] determinado pelo fundidor, para que os tipos de um corpo e família apareçam numa mesma linha”.<sup>135</sup>

Os tipos móveis eram guardados em cavalete ou estante composta de diversas gavetas denominadas “caixas” (ver Anexo B). As caixas eram planas e divididas em compartimentos, “caixotins”.

A disposição dos tipos nas caixas ocorriam consoante modelos que variavam de país para país, já que um idioma usava mais ou menos alguns caracteres que outros. No Brasil foi empregado o padrão francês, ajustado à língua portuguesa, no qual as caixas eram divididas em parte superior, a caixa alta, e parte inferior, a caixa baixa. Todavia, o jornal *Artes Gráficas* apontava a existência de prática comum, mas prejudicial, que era o não cumprimento dessa maneira de distribuição em cada cidade ou estabelecimento:

<sup>133</sup> RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003. p. 56.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 73.

*Um mau costume, que não há razão de ser, é o da distribuição adotada em nossas tipografias. A caixa sofre modificação na distribuição dos tipos, tanto numa mesma cidade, onde trabalham os mesmos tipógrafos, como de uma cidade para outra, o que sem dúvida prejudica a própria marcha do serviço com a busca de uma ou outra letra. Melhor resultado se obterá com uma distribuição standart para tôdas as tipografias, evitando a perda injustificada do tempo.*<sup>136</sup>

Essa desobediência à caixa francesa era nociva pois o tipógrafo demorava a encontrar os caracteres necessários, o que, por sua vez, atrasava o serviço e afetava a sua produtividade.

*A colocação das letras minúsculas nos caixotins é racional, segundo a necessidade de seu uso. As mais usadas estão agrupadas no centro da caixa, facilitando ao compositor a manobrabilidade necessária entre os caixotins e o componedor. [...]. Cada caixa é destinada a comportar tipos de um só corpo e sua padronização oferece uma vantagem para o compositor que, na mudança de casa, não tem, como outrora, que se habituar a uma caixa diferente daquela que empregava antes.*<sup>137</sup>

Assim sendo, o costume de desrespeitar a padronização da caixa dificultaria o tipógrafo, por exemplo, se mudasse de um estabelecimento tipográfico para outro, o qual deveria se adaptar a uma nova forma, ou a correta, de disposição dos tipos nas caixas.

Outras expressões eram comumente empregadas no interior de uma oficina tipográfica: “coleção de tipos” correspondia a todos os corpos de tipos (de seis a 72 pontos) de mesmo estilo; anglo-americano ou Didot, os sistemas básicos de medida; espaçamento entre as palavras e entre as letras; entrelinhamento, “pequenos espaços entre as linhas [...] feitos com [...] lâminas de chumbo”;<sup>138</sup> disposição das linhas em uma composição (justificada, não-justificada, centralizada etc.), e assim por diante.

O tipógrafo utilizava quatro instrumentos imprescindíveis ao seu serviço: o componedor, que reunia as letras “na formação de palavras, justificação das linhas e distribuição dos tipos” (ver Anexo C); as bolandeiras, “uma chapa de zinco circundada por um esquadro de ferro que lhe cerca três lados e deixa um aberto [...] são indispensáveis, sendo depósitos das linhas completadas no componedor”; o tipômetro, ferramenta usada para as medidas tipográficas; e a pinça, “para corrigir uma

<sup>136</sup> ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, out. 1948. p. 08.

<sup>137</sup> RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003. p. 76-77.

<sup>138</sup> ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, out. 1948. p. 08.

composição fora do componedor, modificar o espaçamento de uma linha ou trocar uma letra”.<sup>139</sup>

Eram ou manual ou mecânica as modalidades concernentes à composição tipográfica. Exclusivamente utilizada até o término do século XIX, a composição manual nada ou pouco se alterou desde os tempos de Gutemberg; os tipos móveis, a caixa de tipos e o componedor eram apetrechos indispensáveis à essa composição.

Em uma das mãos o tipógrafo sustentava o componedor, ajustado de acordo com a medida pretendida de linha, que formava as sucessivas linhas, e com a outra mão apanhava os tipos correspondentes nas caixas.

*O compositor reúne um tipo ao outro, formando linhas; coloca uma linha ao lado da outra, formando trechos, dos quais resultam páginas.*

*[...] compõe-se, linha após linha, até completar-se o número de linhas que o componedor comporta. Em seguida, puxam-se as linhas para cima da “bolandeira”, esvaziando-se assim um componedor após outro, até aprontar a composição. Esta é, então, atada em um bloco denominado “paquê”, do qual se tira prova no “prelo”, para a primeira revisão.*

*Terminada a impressão, desfaz-se a composição, isto é, faz-se a “distribuição”. Com o mesmo cuidado que se faz a composição, far-se-á a distribuição dos tipos, fazendo-os voltar, letra por letra, aos respectivos lugares.<sup>140</sup>*

Esse era o procedimento de composição tipográfica manual. A composição mecânica, por outro lado, como aludia o próprio nome, ocorria por meio de máquinas, e consistia em dois principais mecanismos: o que compunha e fundia linha por linha, e o que compunha e fundia letra por letra. O modelo mais conhecido do primeiro mecanismo era a Linotipo, inventada em 1886 por Ottmar Mergenthaler (ver Anexo D):

*Esta máquina representa uma combinação feliz de dois mecanismos: o de compor e o de fundir, em uma única máquina, com a vantagem de poder ser operada e inspecionada por uma só pessoa.*

*Compõe-se de um teclado análogo ao de uma máquina de escrever, mas que contém 90 teclas, e de um armazém que inclui 90 canais ligados às 90 teclas.*

*Em cada canal encontra-se um certo número de matrizes de cobre correspondentes a letras, algarismos, sinais, etc. Ao sinal enviado pelo teclado, as matrizes descem para se dispor no componedor. Quando a linha está terminada, este componedor vem colocar-se em frente a um cadinho por onde corre chumbo em fusão; este último enche as matrizes e funde a linha, que a seguir arrefece e é transportada para trás da precedente, ao mesmo tempo em que as matrizes já soltas voltam a ocupar, cada uma, o seu canal de origem.<sup>141</sup>*

<sup>139</sup> RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003. p. 148.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 90.

O operário que manjava a Linotipo não era apenas aquele que conseguia formar as “linhas mecanicamente”, ao contrário, “jámais poderá exercer a linotypia com proficiência e lucro para os seus patrões” quem “não possua o conhecimento das regras typographicas, não tenha gosto artistico, não saiba syntaxe e não tenha inclinação para a mechanica”.<sup>142</sup>

Modelos similares ao mecanismo da Linotipo eram a Intertipo, a Linograph e a Ludlow.

Já o modelo de máquina mais conhecido do mecanismo que compunha e fundia letra por letra era a Monotipo, sistema criado em 1887 por Tolbert Lanston nos Estados Unidos.

*[...] a Monotipo funde os caracteres um por um, e não numa linha completa. É uma combinação de duas máquinas: o teclado (perfurador) e a fundidora de tipos.*

*Para compor, o operador ajusta inicialmente a máquina para a medida e entrelinhamento desejados. À medida que vai compondo, vai sendo perfurada uma fita de papel, que é usada para dirigir a fundidora de tipos. A combinação dos furos dá o código das letras, espaços e sinais de pontuação, etc.[...].*

*Na verdade, até este ponto não foi feita a composição. Temos meramente uma fita de papel perfurada ou codificada. Para fazer a composição, o rolo de fita é colocado na fundidora de tipos, que dirige o mecanismo de fundição através de ar comprimido. O ar passando através das perfurações, traz a caixa de matrizes e a matriz específica para a posição adequada, pronta para receber o metal fundido. Depois de fundido, cada tipo é ejetado numa galé, individualmente. Quando a galé está cheia ou o trabalho terminado, tira-se uma prova. Depois de usada, a composição pode ser fundida para reutilização.*

*[...] como os caracteres são compostos individualmente, as correções feitas em uma linha podem ser emendadas com o uso de um sortimento de tipos moldados à parte, sem ter que refazer a linha.*<sup>143</sup>

A primazia da Monotipo – conforme acima pormenorizado – se assentava, mormente, em razão das correções serem realizadas de modo mais prático, sem a necessidade de se refazer a linha inteira.

Após a composição, manual ou mecânica, e anteriormente à impressão era feita uma revisão tipográfica. Para que ocorresse essa revisão e provável correção de equívocos, quando houvessem, obtinha-se uma prova. Com a prova em mãos o revisor incumbia-se da correção servindo-se, para isso, de sinais próprios e padronizados da revisão tipográfica. Depois das sucessivas revisões e correções dava-se a impressão, e encadernação quando fosse o caso.

<sup>142</sup> RAMOS, Cícero Martins. A Linotipo e o Linotypista. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936. p. 23.

<sup>143</sup> CRAIG, James. *Produção Gráfica*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 22.

*As primeiras provas são impressas no prelo de provas e entregues, acompanhadas do original, ao encarregado de sua revisão.  
As provas tem que ser limpas e em papel que receba bem a tinta de escrever.  
As segundas provas também são vistas pelo revisor, a fim de cotejá-las com as primeiras e as do autor, para verificar se foram feitas todas as correções.*<sup>144</sup>

Ainda assim, várias publicações apresentavam erros de revisão, como descrevia o jornal *Artes Gráficas*:

*A imprensa diaria oferece-nos farta messe de erros de revisão, ou, como vulgarmente denominam “erros de imprensa”, cometidos por descuido, falta de atenção na correção de provas, por parte dos revisores, displicencia de linotipistas e de “emendadores” na substituição de linhas nas ultimas provas prontas para entrarem na pagina, erros esses a que os revisores apelidaram de “gatos” ou “piolhos”.*<sup>145</sup>

Erros que, provavelmente, eram cometidos devido à quantidade de serviços que revisores, linotipistas, emendadores etc. desenvolviam durante suas jornadas de trabalho.

As máquinas para a impressão tipográfica eram as prensas de platina (máquinas verticais ou minerva), as prensas de cilindro (máquinas planas), ou as rotativas:

*Platina. Impressora na qual duas superfícies planas se juntam para fazer a impressão: uma superfície contém a chapa impressora; a outra, chamada platina, proporciona a pressão necessária para fazer a impressão sobre o papel.*

*Plano-cilíndrica. [...] consiste de um cofre plano, que sustenta a chapa impressora ou a composição, e um cilindro, que substitui a platina e providencia a pressão necessária.*

*Rotativa. [...] a impressora rotativa tem uma chapa curva, que se encaixa no cilindro ou o envolve completamente. Isto permite atingir altas velocidades [...].*<sup>146</sup>

Nos séculos XIX e XX, em especial, rapidamente eram desenvolvidos processos que revolucionavam a composição/impressão. Quando presumiam alcançado o limite de invenções, um novo processo despontava e proporcionava mais presteza, maior volume à produção por preços menores e que atendiam a crescente demanda por livros, revistas etc.; era a qualidade, porém, às vezes menor em relação a processos mais arcaicos como, por exemplo, a composição manual, as rotativas etc.

<sup>144</sup> RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003. p. 100-101.

<sup>145</sup> ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, ago. 1948. p. 03.

<sup>146</sup> CRAIG, James. *Produção Gráfica*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 81-83.

*O passo crucial da estereotipia, dado ainda no século XIX, foi na verdade a introdução da fotografia no campo da impressão, vale dizer, o desenvolvimento da fotogravura, termo que indica o processo fotomecânico destinado à produção de clichês tipográficos e, por extensão, de chapas adequadas a outros procedimentos de impressão. Diz-se, por isso, fotogravura em relevo (clichês ou chapas para tipografia), em plano (chapas offset) e a entalhe (chapas para rotogravura).<sup>147</sup>*

A despeito dessas novas técnicas (fotogravura, por exemplo), Eduardo Frieiro – era sócio da Associação Beneficente Tipográfica e iniciou como revisor na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – qualificava a arte tipográfica no Brasil como na “infância”. Nesse contexto excetuava São Paulo, pois contava com o artífice italiano e o “technico alemão”.

*Um fremito de progresso percorre o campo graphico de todos os paizes. Graças aos ultimos aperfeiçoamentos technicos, sobretudo mecanicos, os toscos caracteres e o rudimentar tórculo de Gutenberg transformaram-se em miraculosos instrumentos de precisão e celeridade. [...]. Si exceptuarmos S. Paulo [...] podemos affirmar que no Brasil ainda nos achamos na infancia da arte dos Didot e de Giambattista Bodoni. [...]. O resto do paiz limita-se a fazer magro uso do pouco que nos poude ensinar a incaracteristica e desnacionalizada arte typographica portugueza. [...]. Pelo geral, nossos trabalhos typographicos são horriveis cacographias de estylos, sem sombra de gosto ou arte. É corrente o uso, nunca assaz condemnado, de empregar numa mesma pagina ou numa mesma obra caractéres de origens differentes.<sup>148</sup>*

O desenlace por ele aventado não era somente a instrução profissional de operários empregados em oficinas gráficas, mas igualmente – e curiosamente – a educação artística “das classes médias e mesmo das superiores, da elevação do seu nível esthetico, do cultivo do gosto”.<sup>149</sup> Quais as razões para Eduardo Frieiro defender a educação artística das elites? Inferimos que a resposta a essa questão se atrelava a formação de um mercado consumidor mais exigente – as elites – que possivelmente, por suas condições financeiras, eram quem compravam mais livros, jornais e outras publicações; um consumidor exigente ocasionaria trabalhos tipográficos melhor elaborados.

<sup>147</sup> ARAÚJO, Emannel. *A Construção do Livro: Princípios da Técnica de Editoração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986. p. 548.

<sup>148</sup> FRIEIRO, Eduardo. Da Arte de Bem Imprimir. *Revista Commemorativa do 25º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 24-25.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 25.

As invenções que revolucionaram a arte tipográfica, e o processo de composição e impressão, a partir das últimas décadas do século XIX, demoraram a se estabelecer em Belo Horizonte.

Quando moço, em 1900, Abílio Barreto era tipógrafo e exercia o ofício na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; e contava que lá eram frequentes as aglomerações dos tipógrafos em volta da mesa do chefe com o propósito de conseguirem um bom original para a posterior composição:

*[...]. Era eu, então, typographo ou por outra, ensaiava os meus primeiros passos nessa arte, menino ainda, em pleno desabrochar da roseira verde das esperanças e das illusões, alli na Imprensa, naquella sala vasta, já chefiada por esse veterano que se chama Americo Gomes de Souza, então auxiliado pelo saudoso “retranca” José Severo de Carvalho, ha muito desertado de entre os vivos.*

*No vasto salão, onde entravamos ao badalar da sineta, às Ave-Marias, para mourejar até alta madrugada, não existiam linotypos, nem se falava em taes machinas. Enfileiravam-se, alli, os cavalletes com as caixas typographicas, um após outros e, no centro, ficavam a mesa e os marmores da paginação.*

*À entrada da sala era a mesa do chefe, em torno à qual nos agglomeravamos esperando os originaes que o Americo ia numerando a lapis azul e encarnado, cortando e empilhando a um lado. Havia originaes bons e maos. No primeiro caso, era um “avança” pressuroso de mãos a colhel-os. No segundo caso, era um salve-se quem puder!!” [...].<sup>150</sup>*

Relatava a inexistência das máquinas de composição na Imprensa Oficial, que não eram sequer mencionadas pelos tipógrafos nas oficinas. A realidade era a composição manual, os cavaletes e as caixas de tipos; ainda que recém transferida a repartição pública para o novo prédio na nova capital, o qual amparado por modernos recursos, a rede elétrica e os cabos telegráficos, por exemplo, as dificuldades eram várias, inclusive “dificuldades devido à crise dos altos custos do papel importado”.<sup>151</sup>

Somente em 1914 que as máquinas tipográficas foram introduzidas em Belo Horizonte: “Nas oficinas da Imprensa inaugura-se a primeira rotativa Marinoni introduzida na Capital, e destinada à impressão do Minas Gerais” (ver Anexo E).<sup>152</sup>

<sup>150</sup> BARRETO, Abílio. Documento Precioso. *Revista Commemorativa do 25º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 26.

<sup>151</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSAS OFICIAIS. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://pt.io.gov.mo/Links/record/341.aspx>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

<sup>152</sup> PENNA, Octávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte, 1711-1930*. Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. p. 170.

*Durante a administração do Dr. Leon Roussoulières,<sup>153</sup> passou o estabelecimento por notáveis reformas, que o elevaram ao nível dos de maior nomeada do País. Entre esses melhoramentos destaca-se, por sua importância, a aquisição de uma grande e aperfeiçoada máquina Marinoni, do mais moderno tipo, inaugurada a 14 de julho de 1914.<sup>154</sup>*

Mas qual era o sentido da utilização dessa rotativa? Criada por Hippolyte Marinoni, em 1866, essa máquina alterou o processo de impressão: imprimia cerca de 10.000 exemplares por hora, ao passo que reduzia a quantidade de operários para a realização dessa operação.

Nesse mesmo ano uma nova máquina de composição foi introduzida na Imprensa Oficial, a Linotipo, que substituiu a composição manual (juntava-se manualmente os tipos móveis um a um) pela mecânica.

*Em 1914, o órgão oficial abre espaço para a introdução da Linotipia (sistema de matrizes que, após agrupadas, servem para fundir uma linha de chumbo contendo todos os caracteres que foram previamente registrados no teclado), graças à insistência de Leon Rossoulière, autor de uma série de inovações técnicas e administrativas, sob o título “Projeto da Nova Imprensa”.<sup>155</sup>*

Com a Linotipo era possível a composição de linhas inteiras de textos: batia-se no teclado da máquina as linhas de texto que imediatamente fundiam-se (utilização do chumbo em ponto líquido) em blocos formando as colunas. Essa máquina permitiu que apenas um linotipista produzisse o equivalente a composição de aproximadamente sete compositores manuais.<sup>156</sup>

Devemos salientar os prejuízos produzidos com a inserção desse moderno maquinário à categoria tipográfica. Todo esse rendimento e qualidade possibilitou à Imprensa Oficial, por exemplo, uma encomenda para impressão de 475.000 estampilhas, de valores diversos, para o Estado de Goiás,<sup>157</sup> em 1914, mas isso teve o seu preço. Imaginemos, então, que com o emprego da Linotipo somente um operário realizava o equivalente ao serviço de sete: quantos operários não foram dispensados por conta dessa “evolução”? Vários compositores manuais passaram a operar em Linotipo,

<sup>153</sup> Leon Roussoulières administrou a Imprensa Oficial de Minas Gerais entre os anos de 1914 e 1918.

<sup>154</sup> LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995. p. 60.

<sup>155</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSAS OFICIAIS. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://pt.io.gov.mo/Links/record/341.aspx>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

<sup>156</sup> TIPOGRAFIA: Origens, Formas e Uso das Letras. *Linotype (Ottmar Mergenthaler, 1884)*. Disponível em: <<http://tipografos.net/tecnologias/linotype.html>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

<sup>157</sup> PENNA, Octávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte, 1711-1930*. Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. p. 170.

ou seja, especializaram-se como linotipistas, mas ainda assim inúmeros compositores manuais foram demitidos de seus serviços.

Afora essas questões, os metais empregados nas máquinas causavam envenenamento a longo prazo e eram, por isso, prejudiciais à saúde dos operários, os quais deveriam, segundo uma crendice popular, diariamente ingerir, no mínimo, meio litro de leite para minimizar esses efeitos nocivos.

*Não admira pois que estes monstruosos compositores semi-automáticos, com o peso de toneladas, fossem um enorme sucesso de vendas. Sucesso para os industriais, morte lenta para os operadores. Os vapores do chumbo líquido causam envenenamentos graduais; o chumbo será a fatal «doença do ofício» dos operadores.*

*Passados cerca de 15 anos da invenção e introdução da máquina de compor nas tipografias, só nos EUA tinham sido despedidos cerca de trinta e seis mil compositores manuais, por cada máquina adquirida ficavam dois sem trabalho.<sup>158</sup>*

Com a Linotipo foi possível ampliar enormemente a produção gráfica, porém às custas da degradação da saúde de uns operários e do desemprego de outros.

Décadas mais tarde, nos anos 1980, a impressão *offset* tomou lugar da prensa rotativa e da Linotipo, sem mencionar os modernos computadores, imprescindíveis na contemporaneidade e também nas artes gráficas.

Novamente geravam-se mais desempregos; não é à toa que no prédio da Associação Beneficente Tipográfica se acham vários senhores – tipógrafos, linotipistas etc. – aposentados. Diga-se de passagem, a Associação para não cessar alargou os critérios para admissão de sócios; familiares de várias gerações dos operários em artes gráficas passaram a ser aceitos como sócios.

As questões mencionadas até aqui perpassam pela aprendizagem do ofício; contudo, foram encontradas poucas evidências a esse respeito. As escassas referências são biografias e depoimentos publicados em *O Graphico Mineiro*, 1936, e recentemente em revista, *O Gráfico Mineiro*, que comemorou – em 2000 – o centenário da Associação Beneficente Tipográfica. Essas memórias foram valiosas para compreendermos, mesmo que de maneira simplória, o aprendizado dos ofícios concernentes à arte gráfica, e aí não separamos tipógrafos, linotipistas, revisores e outros, uma vez que vários empregados por vezes fizeram carreira em estabelecimentos

---

<sup>158</sup> TIPOGRAFIA: Origens, Formas e Uso das Letras. *Linotype* (Ottmar Mergenthaler, 1884). Disponível em: <<http://tipografos.net/tecnologias/linotype.html>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

gráficos de Belo Horizonte, na Imprensa Oficial por exemplo, o que somava aos seus currículos farta experiência em ofícios da arte gráfica em geral.

A fala de Lindolpho Espeschit, tipógrafo no *Minas Gerais* a partir de 1912, e sócio e presidente da Associação Beneficente Tipográfica em 1929, era esclarecedora dessa aprendizagem:

*Eu era aluno do ginásio em Oliveira e aprendia artes gráficas nos domingos, nas horas de folga. Saía das aulas e ia para a Gazeta de Minas aprender. O Antônio Fernal, dono da Gazeta, me ensinava tudo, mas sempre falando: Menino, não se deixe inocular pelo micróbio da tinta, porque jornalista é o bicho mais mal pago do mundo.*<sup>159</sup>

Afora a baixa remuneração, condição que toda a classe operária estava sujeita, de seu depoimento inferimos que a tipografia era ensinada na prática, como jovens aprendizes em jornais. Adolfo Martins Amorim e José Artur Gonçalves de Almeida, ambos sócios da Associação, igualmente nos informavam sobre essas questões; contava Adolfo Martins Amorim:

*Nasci em Cachoeira Alegre, perto de Muriaé, em 1922. Naquele tempo e como era um costume familiar fui para a Imprensa Oficial, levado por meu irmão, em 1944. Comecei na Expedição; depois: composição (impressos) de avulsos; linotipo, revisão de obras, preparo de pagamentos. Também fui linotipista no Estado de Minas, onde me aposentei. [...].*<sup>160</sup>

De suas memórias entendemos que o trabalho na Imprensa Oficial era ponderado como um costume familiar e, às vezes, vários membros da mesma família lá ocupavam diferentes cargos.

Das sucintas biografias de Antônio Augusto das Dores e Eugênio do Carmo Velasco, sócios fundadores da Associação, examinamos que começaram na Imprensa Oficial como tipógrafos assim como vários familiares seus por lá exerceram o mesmo ofício: o filho e os netos de Antônio Augusto das Dores eram igualmente tipógrafos; já Eugênio do Carmo Velasco era irmão do tipógrafo Francisco Pedro Velasco “que

<sup>159</sup> ESPESCHIT, Lindolpho. Lindolpho Espeschit: o Fundador d'O Gráfico. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000. p. 24.

<sup>160</sup> AMORIM, Adolfo Martins Amorim. Três Depoimentos. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000. p. 27. Grifo Nosso.

também foi sócio fundador e que a morte colheu quando exercia o cargo de vice-presidente”.<sup>161</sup>

Outro aspecto era a carreira percorrida na repartição pública, começavam como simples aprendizes e adquiriam conhecimento de técnicas e mecanismos tipográficos, conforme declarava José Artur Gonçalves de Almeida, sócio e tesoureiro (1962-1963) da Associação Beneficente Tipográfica:

*Nasci em 1934 e, como tradição, também eu, após o término do Primário, fui chamado para trabalhar na Imprensa Oficial, começando como aprendiz. Daí, fui fazendo carreira. [...]. Em resumo, minha carreira na Imprensa Oficial: aprendiz de gráfica, linotipista, revisor, diretor industrial, diretor geral interino (no Governo Francelino Pereira). [...].*<sup>162</sup>

O caso de José Artur Gonçalves de Almeida era notável, começou na Imprensa Oficial como aprendiz e alcançou cargos de diretoria. Uma exceção é claro, porém elucidativa da carreira que muitos desenvolviam na Imprensa. Além disso, em seu depoimento enxergamos algo interessante: somente foi trabalhar após a conclusão do ensino primário. Ser minimamente alfabetizado era exigência para se empregar na Imprensa Oficial, ou em demais oficinas gráficas de Belo Horizonte.

Essa conexão entre o grau de instrução e os operários que exerciam ofícios na arte gráfica é polêmica. Maria Nazareth Ferreira ao examinar a importância dos gráficos no movimento operário brasileiro, do final do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, menciona que se os gráficos eram vanguarda da organização operária no mundo, aqui no Brasil a posição não seria diferente. E vai além quando diz que exigências a essa categoria, como a alfabetização e a proximidade com diversas informações em decorrência do próprio serviço, faziam com que levassem vantagem no movimento operário, pois precocemente apresentavam consciência de classe.

*Pela natureza de sua ocupação, o gráfico precisava saber ler e escrever, numa época em que a maioria da população era analfabeta. Isto aconteceu em todo o mundo ocidental: o operário gráfico era privilegiado, pois, além de saber ler e escrever, era relativamente bem remunerado, sendo considerado como uma elite entre os trabalhadores, “o mais intelectual dos ofícios manuais”.*<sup>163</sup>

<sup>161</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Ligeiros Traços Biográficos dos Presidentes da A. B. Typographica. *O Gráfico Mineiro*: Edição Comemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 24.

<sup>162</sup> ALMEIDA, José Artur Gonçalves de. Três Depoimentos. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000. p. 28. Grifo Nosso.

<sup>163</sup> FERREIRA, Maria N. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1910*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 109.

Realmente saber ler e escrever, quando grande parcela da população brasileira era analfabeta, estabelecia uma vantagem incontestável da categoria, mas daí afirmar que por isso eram os gráficos a “elite” do movimento operário, com “todas as condições para liderar o trabalho de conscientização das massas trabalhadoras”,<sup>164</sup> é exagerado. Ademais, já vimos que em Belo Horizonte não eram tão bem remunerados em relação às outras categorias profissionais.

Nesse sentido, Laura Antunes Maciel menciona análises que utilizaram periódicos como evidências, as quais se concentraram em experiências de determinadas categorias “como os gráficos” e “reforçaram uma leitura dessa atuação como responsável pelo surgimento e manutenção de múltiplos e simultâneos títulos de periódicos e por uma variedade de atividade de propaganda e atuação letrada”.<sup>165</sup> Assim sendo, atribuir à categoria dos gráficos a primazia da imprensa operária, por exemplo, é descartar quaisquer experiências de outros trabalhadores, as quais igualmente relevantes.

Na contramão da concepção que enxergava os gráficos como “elite” operária, Maciel enumera diversos títulos de publicações produzidas, a partir do final do século XIX, por categorias “que têm em comum o fato de desempenharem atividades profissionais que não exigiam o domínio da leitura e da escrita e, no entanto, foram responsáveis por uma intensa produção periódica”.<sup>166</sup> Quando reparamos que indistintas categorias profissionais começaram a escrever e a publicar seus próprios periódicos, a ideia do letramento enquanto domínio dos gráficos não mais se sustenta; o que não quer dizer que os conhecimentos e as técnicas inerentes ao ofício passaram a ser de domínio público, ao contrário, os gráficos eram sujeitos estratégicos e importantes para a produção dessa imprensa operária.

De forma alguma questionamos a alfabetização e as experiências requeridas às profissões gráficas, as quais não eram exigências de outros ofícios, o que não significa que os operários no ramo gráfico formavam “elite” do operariado, e nem que outros trabalhadores eram iletrados. Os tipógrafos de Belo Horizonte compartilhavam das mesmas experiências e dificuldades de demais categorias, aliás seus salários eram baixos em relação aos profissionais da construção civil no início da década de 1920, por

<sup>164</sup> FERREIRA, Maria N. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1910*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 110.

<sup>165</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de Trabalhadores, Feita por Trabalhadores, Para Trabalhadores?”. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13, 2008, Rio de Janeiro. *Anais Complementares*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. Disponível em: <<http://encontro2008.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 02 nov. 2010. p. 01.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 02.

exemplo, para os quais o letramento não era exigência para o desenvolvimento dos trabalhos. Laura Antunes Maciel, inclusive, apresenta a produção de algumas avaliações negativas sobre os trabalhadores da imprensa:

*São frequentes, também, as críticas e avaliações depreciativas sobre trabalhadores de jornais – repórteres, jornalistas e revisores “burros” “que nunca conseguem acertar com a ortografia” ou “o caso daquele tipógrafo [que] sempre que havia greve, imprimia e espalhava os boletins. É a tal ‘meia instrução’! Um tipógrafo considera-se intelectual”. Até mesmo um jornalista envolvido com a organização da categoria, avaliava os aventureiros “sem cultura, sem tirocínio” que invadiam e assaltavam as redações como os responsáveis pela decadência da imprensa. Repetidas em tom enfático, avaliações como essas produziram certezas e evidências com longa aceitação.<sup>167</sup>*

Essas considerações, juntamente com outras estratégias políticas e acadêmicas, visavam diminuir “a experiência vivida pelos trabalhadores, [...] obscurecer suas formas de pensar e agir e seus esforços conscientes no fazer de nossa história”.<sup>168</sup>

No entanto, em textos escritos por personalidades mineiras nas revistas da Associação Beneficente Tipográfica eram várias as menções elogiosas à categoria tipográfica: “semeadores da palavra escrita”,<sup>169</sup> “operários do progresso”,<sup>170</sup> “auxiliares da inteligência”,<sup>171</sup> “honrados artistas”,<sup>172</sup> “laboriosos operários”,<sup>173</sup> entre outras tantas. Avaliados como impulsionadores da imprensa era através desses trabalhadores que a imprensa se fazia, era a partir dos seus serviços que as informações e discussões se disseminavam na sociedade, que os livros eram publicados etc.

Para Francisco de Paula Gil Júnior, sócio que ocupou vários cargos de diretoria da Associação, aos tipógrafos cabia um lugar de destaque na sociedade, pois de acordo com o seu pensamento “quanto mais typographos possuir um povo, mais culto e

<sup>167</sup> MACIEL, Laura Antunes. De “o povo não sabe ler” a uma História dos Trabalhadores da Palavra. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 274.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 279.

<sup>169</sup> AZEVEDO JÚNIOR, José Maria de. Aos Companheiros. *Revista Commemorativa do 8º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 04.

<sup>170</sup> SILVEIRA, Álvaro da. Feliz Anniversario. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1906. p. 11.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> BARRETO, Adamastor. Quem nos viu e quem nos vê. *O Graphico Mineiro: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930)*, Belo Horizonte, abr. 1930. p. 20.

<sup>173</sup> LIMA, Mário de. A Revolução Franceza e o Operariado. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 18.

dedicado aos livros é esse mesmo povo. Mede-se o índice de cultura de uma nacionalidade pelo numero de obras editadas no paiz”.<sup>174</sup>

Nessa mesma concepção, em artigo publicado no jornal *O Gráfico*, da Associação Beneficente Tipográfica, cujo o título elucidativo era “O typographo, na sociedade, o que é, em verdade, e o que vale”, os tipógrafos – sujeitos humildes e mal vestidos – se enxergavam como os responsáveis por levar ilustração a humanidade:

*[...] O typographo – esse homem humilde – que começa o trabalho pela manhã, quantas vezes, – quem sabe? – lembrando-se dos que ficaram em casa, é a creatura destinada a contribuir com a pouca ou muita intelligencia que possuir para proporcionar a educação e illustração à humanidade.*

*Ouvindo, quotidianamente, o tic-tac monotonos dos typos, todo mal-trajado, de cabeça baixa, lê o artigo de fundo, lê o prefacio de um livro que encerra conflitos de jurisprudencia, lê a poesia épica, amorosa, lyrica ou sentimental e, finalmente, lê obras que se relacionam com todos os ramos da actividade humana.*

*É o único que, no geral, comprehende o sentimento da alma alheia.*<sup>175</sup>

Afora a complexa tarefa de disseminar saberes aos homens, eram os tipógrafos que, através de suas experiências e leituras de artigos, prefácios, poesias e obras, compreendiam os sentimentos da “alma alheia”. Do mesmo modo eram assinalados como operários do pensamento:

---

<sup>174</sup> GIL JÚNIOR, Francisco de Paula. Presidentes da Associação Beneficente Typographica. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 23.

<sup>175</sup> MORAES, H. O typographo, na sociedade, o que é, em verdade, e o que vale. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930. p. 10.

*O TYPOGRAPHO é o operario do pensamento, porque é quem põe em acção essa faculdade do espirito na grande officina da Imprensa.*

*É por meio do trabalho assiduo, constante e laborioso das officinas typographicas, onde se fabricam os tijolos graniticos dos ideaes, que se têm organizado compendios de instrucção, de economia, de industria, de direito, de civilização e de todas as sciencias necessarias ao progresso e desenvolvimento educativo da humanidade. [...].*

*É alli nos cadinhos dos clichés que se têm aperfeiçoado as leis que regulam as faculdades das intelligencias, os codigos de justiça e de moral, com que os grandes espiritos têm procurado esclarecer e orientar as consciencias das agremiações universaes; as instituições de beneficencia e de caridade para melhorar o estado afflictivo dos infelizes. [...].*

*De fôrma que, emquanto as outras classes dormem socegradamente no aconchego do descanso reparador, o typographo trabalha para que ellas encontrem ao acordar pela manhã o alimento para suas almas, a satisfação para a sua curiosidade, o adubo para as suas delicias, a claridade para os seus ideaes e o renascimento para as suas esperanças. [...].*

*Por isso não erramos em dizer que o typographo é o obreiro dos grandes edificios sociaes, é o obreiro no sentido pleno da palavra, é o artista por excellencia, porque, se o auctor crêa, elle é quem executa; se o primeiro delinea o plano, elle é quem o põe em execução com o seu trabalho artistico. [...].<sup>176</sup>*

Devemos salientar que essas acepções que exaltavam a categoria dos tipógrafos estavam contidas nas publicações da Associação Beneficente Tipográfica, por isso as avaliações eram positivas, e não poderiam ser de outras formas. Às vezes eram mencionados como operários, “operario[s] do pensamento”, outras como artistas, “artista[s] por excellencia”, mas certo era que o ofício e os trabalhadores eram valorizados e apreciados como essenciais para o esclarecimento da sociedade. Afinal eram os tipógrafos que por meio de seus serviços faziam essa ponte entre os conhecimentos e a população em geral.

---

<sup>176</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. O Typographo. Revista Commemorativa do 25º Anniversario da Associação Beneficente Typographica, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 15-16.

## 2 BELO HORIZONTE, A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA E AS REVISTAS COMEMORATIVAS: TENSÕES, DISPUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

### 2.1 A Associação Beneficente Tipográfica e o Movimento Operário em Belo Horizonte

As primeiras associações operárias organizadas em Belo Horizonte, já nos últimos anos do século XIX, *a priori* eram caracterizadas como mutualistas. Aos seus sócios ofereciam auxílios financeiros em caso de doença ou desemprego, custeio das despesas com funerais, pensões por velhice, invalidez ou morte etc.

Os poderes públicos não previram assistências aos trabalhadores no início do século XX e, por isso, esses socorros eram compreendidos como uma forma de segurança material aos operários, tendo-se em vista as inúmeras possibilidades que estavam sujeitos, como doença e desemprego, por exemplo.

De modo genérico as associações mutualistas eram explicadas como “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”.<sup>177</sup>

Os três Congressos Operários Brasileiros organizados pela Confederação Operária Brasileira (COB)<sup>178</sup> criticavam as práticas “dóceis” mutualistas, pois as pensavam como uma via de alienação do trabalhador, ofereciam benefícios materiais sem conscientizá-lo da luta operária de oposição ao patronato.

<sup>177</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Social Security Mutualism: The Comparative History of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996. p. 13-14.

<sup>178</sup> Foram quatro os Congressos Operários Brasileiros reunidos no Rio de Janeiro; os três primeiros organizados pela Confederação Operária Brasileira. O Primeiro Congresso Operário Brasileiro ocorreu em abril de 1906, o Segundo Congresso Operário Brasileiro em setembro de 1913, e o Terceiro Congresso Operário Brasileiro em abril de 1920. O Quarto Congresso Operário ocorreu em setembro do ano de 1912 com a participação de 187 delegados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, São Paulo, Maranhão, Pará e Ceará, e não foi uma iniciativa da Confederação Operária Brasileira. Organizado pela Liga do Operariado do Distrito Federal, o Congresso reuniu trabalhadores e diversos políticos. Várias foram as facilidades decorrentes da participação desses últimos, principalmente a do deputado e tenente Mário Hermes da Fonseca, como a utilização do espaço do Palácio Monroe no Rio de Janeiro e o transporte gratuito para os delegados das associações. Participaram cerca de 20 associações operárias mineiras, das quais dez eram de Belo Horizonte: Federação do Trabalho, Confederação Operária do Estado de Minas Gerais, Sociedade Operária de Belo Horizonte, Sociedade dos Pedreiros e Anexos, Sociedade dos Operários em Madeira, Sociedade dos Operários Pintores, Sociedade dos Operários em Metais, Sociedade dos Sapateiros e Afins, Sociedade dos Empregados no Comércio, e Sociedade dos Artistas Alfaiates.

Afora o mutualismo ser pensado enquanto prática “dócil” que facilitava a imposição das condições dos patrões, era responsável por atrair indivíduos interessados apenas em benefícios materiais, sem qualquer iniciativa política. A COB aconselhava que as associações fossem de “resistência” e que aderissem o nome de “sindicato”.<sup>179</sup>

No entanto, conforme esclarecido por Ronaldo Jesus e Cláudia Viscardi, as práticas mutualistas não impediram que operários se envolvessem em associações qualificadas como de resistência e nem provocaram “impacto negativo sobre o avanço das ideologias de esquerda”,<sup>180</sup> e afirmam que:

*Ao contrário, as mutuais, ao lado dos sindicatos, reforçaram as lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo descanso semanal, participaram de congressos operários e apoiaram os movimentos grevistas, embora tais ações fossem minoritárias e não se enquadrassem totalmente nos objetivos precípuos do mutualismo.*

*Não há evidências de que a dupla militância fosse desestimulada pelas mutuais. Por sua vez, os sindicatos tendiam combater a dupla militância.*<sup>181</sup>

Mas não seriam essas práticas e auxílios uma forma dos operários questionarem as próprias razões para criação de associações que suprissem suas necessidades quando parcela dessa responsabilidade deveria ser estatal? E as associações ditas mutualistas apenas prestavam auxílios aos seus sócios e nada mais? Se fosse esse o caso seria mais fácil apelarem para as empresas mutuárias que aos montes propagandeavam nos jornais mineiros. Aliás, nas revistas da Associação Beneficente Tipográfica por várias vezes era mencionado o descaso dos poderes públicos e patrões em relação aos tipógrafos:

*O que valia ser honrados artistas se para tamanho infortunio a propria arte parecia os arrastar? Porque os governos do Estado, seus patrões, succediam-se sem um olhar de carinho para estes nobres operarios do progresso intellectual. [...].*<sup>182</sup>

<sup>179</sup> Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1906. In: HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 41-58.

<sup>180</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A Experiência Mutualista e a Formação da Classe Trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão et al. *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 44.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 44-45.

<sup>182</sup> BARRETO, Adamastor. Quem nos viu e quem nos vê. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 20.

As associações praticavam muito mais que beneficências aos seus sócios, como veremos adiante através das finalidades da Associação Beneficente Tipográfica, e da própria dinâmica do movimento operário de Belo Horizonte. Por essas e outras razões, enquadrar as associações operárias da capital mineira simplesmente como mutualistas, ou afirmar que “essas associações não possuíam outro caráter que não o assistencialista”,<sup>183</sup> é empobrecer e limitar as suas ações ao longo de décadas junto ao operariado.

Ao mesmo tempo em que forneciam auxílios aos seus sócios, as associações conscientizavam os operários de suas situações e incentivavam as lutas por direitos através de publicações (as revistas comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica, por exemplo), reuniões, conversas, assembleias etc.

Questionamos aqui alguns pensamentos propagados por uma historiografia do movimento operário que valorizava certas correntes de organização operária – caso do anarco-sindicalismo, classificada como a única capaz de “unir a classe”<sup>184</sup> – em detrimento de outras, e dividia a trajetória desse movimento em períodos: “período mutualista (antes de 1888); período de resistência (1888-1919); período de adaptação (1919-1934); período de controle (1934-1945); período de competição (1945-1964)”.<sup>185</sup> Assim sendo, ao mutualismo era conferido uma espécie de “pré-história” do movimento operário, quando sabemos que essa divisão de fato não existiu, uma vez que associações mutualistas, por exemplo, perduraram por décadas após 1888.

A situação se agrava quando os operários imigrantes eram referidos como os que apresentavam consciência de classe, ao passo que os trabalhadores nacionais eram “mansos”, despreparados e sem consciência, sendo os imigrantes os responsáveis por assumir os papéis de liderança do movimento operário.

Na contramão dessas concepções, destacamos a relevância dos trabalhadores nacionais enquanto sujeitos no movimento operário, os quais com suas diversas experiências enriqueceram e incrementaram a História, e por isso não podem ser menosprezados.

---

<sup>183</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 72.

<sup>184</sup> SADER, Eder. Do Anarquismo ao Comunismo. In: SADER, Eder. *Movimento Operário Brasileiro: 1900-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980. p. 12.

<sup>185</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil: dos Anos Vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 95.

Longe de querer definir as associações operárias de Belo Horizonte como mutualistas, de resistência, “amarelas”, reformistas, entre outras inúmeras qualificações – às vezes depreciativas, quando se confrontava, por exemplo, os sindicatos de resistência às associações denominadas reformistas, granjeando um modelo ideal de ação operária – é preciso perceber a dinâmica própria desse movimento operário.

Ao relacionar a modernidade das indústrias de Belo Horizonte – mesmo que incipientes – à baixa mobilização da classe operária, Eliana Dutra conclui que “sua produção depende mais de máquinas e outros equipamentos”, e por isso a “sua dependência de mão-de-obra é relativa”,<sup>186</sup> o que era negativo ao desenvolvimento de um movimento operário mais incisivo. Nesse sentido, Michel Marie Le Ven enxerga que a classe operária de Belo Horizonte já nasceu controlada.<sup>187</sup> Além disso, Deivison Gonçalves Amaral aponta a influência da ação católica, orientadora desse movimento, e afirma:

*A forma de ação dos trabalhadores delineada nos primeiros vinte anos de existência da capital, foi de um sindicalismo voltado para reivindicações mais pacíficas, sem o comprometimento da ordem pública. [...] outro fator merece destaque na formação do operariado belo-horizontino e em sua forma de ação, a influência da Igreja Católica, que será melhor percebida durante a década de 1920.*<sup>188</sup>

A Associação Beneficente Tipográfica foi a segunda associação operária fundada na nova capital de Minas Gerais, a primeira foi a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro.

Em março de 1896 o jornal *Bello Horizonte*, que se destinava a informar sobre o andamento da construção de Belo Horizonte, divulgava a intenção de criação de uma associação por parte dos imigrantes italianos que trabalhavam nas obras da nova capital:

---

<sup>186</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 62.

<sup>187</sup> LE VEN, Michel Marie. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte: 1893-1914*. 1977. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte. p. 133.

<sup>188</sup> AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte. p. 47.

*Alguns italianos deste lugar tratam, actualmente, da fundação de uma sociedade de socorros mútuos, afim de que fiquem prevenidas algumas eventualidades que lhes possam sobrevir. Para este fim distribuíram boletins convidativos.*<sup>189</sup>

A proposta era que essa associação socorresse os operários italianos em determinadas situações. Assim, desde 1896 era preparada a fundação da Sociedade Operária Italiana. Abílio Barreto comentava o percurso que a originou:

*[...] naqueles dias [de março de 1896] lançavam as bases da Societá Operaria Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso, em uma reunião efetuada a 31 de março, por numerosos membros da colônia. Nessa reunião ficou resolvido que em uma outra assembléia, com o maior número possível de filhos da Itália, se escolheria o conselho diretivo e seriam aprovados os estatutos da sociedade [...]. A sociedade ficou definitivamente fundada [em] 21 de agosto de 1897, presidida, então, pelo Sr. Donato Donati, tendo como secretário o Sr. Nicola Marini. E foi assim que nasceu a benemérita associação [...].*<sup>190</sup>

Apesar de Barreto mencionar que a fundação ocorreu em 21 de agosto, os seus estatutos apontavam para a sua constituição enquanto associação civil em 22 de agosto de 1897, antes mesmo da inauguração de Belo Horizonte, que aconteceu quatro meses depois, em dezembro de 1897.<sup>191</sup>

A imigração em Belo Horizonte, embora incentivada pelos poderes públicos, não foi massiva como em São Paulo. Todavia, a presença desses imigrantes, principalmente os italianos, não era desprezível, aliás “a população operária de Belo Horizonte mesclou-se, em sua origem, pela presença de imigrantes italianos, que foram os primeiros a se organizar”.<sup>192</sup>

A Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro aceitava como sócios apenas italianos e seus filhos, que adquiriam uma jóia no momento que entravam para a associação e pagavam mensalidade para usufruir das beneficências, que eram: assistência médica, hospitalar e farmacêutica, auxílios pecuniários em casos de emergência, e providências para o enterro de sócios.

<sup>189</sup> BELLO HORIZONTE, Belo Horizonte, 15 mar. 1896. p. 02.

<sup>190</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p. 539.

<sup>191</sup> SOCIEDADE OPERÁRIA ITALIANA DE BENEFICÊNCIA E MÚTUO SOCORRO. *Estatutos da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro*. Belo Horizonte, 1950.

<sup>192</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 183.

Assim como a Associação Beneficente Tipográfica, a Sociedade Operária Italiana ainda perdura na contemporaneidade. Não temos evidências de seu envolvimento nos debates e disputas do movimento operário de Belo Horizonte na Primeira República. Sabemos tão somente que um de seus líderes, Donato Donati,<sup>193</sup> participou ativamente desse movimento como, por exemplo, na constituição da Liga Operária em 1900, como veremos mais à frente.

A publicação do jornalista José Maria de Azevedo Júnior no *Jornal do Povo*, em abril de 1900, que relatava a morte precoce em Belo Horizonte do compositor-tipógrafo do *Minas Gerais*, João Guilherme de Carvalho, concitou “a classe typografica a se congregar e erguer o edificio que servisse de arrimo nos seus dias aziagos de infortunio”.<sup>194</sup>

Os tipógrafos então se movimentaram nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, e coletaram as assinaturas dos que seriam os sócios fundadores da Associação Beneficente Tipográfica. Abílio Barreto recordava essa movimentação, quando ainda era moço e por lá exercia o ofício de tipógrafo:

---

<sup>193</sup> Donato Donati nasceu em Florença, Itália, no ano de 1866. Imigrou para a América do Sul no ano de 1886. Em Buenos Aires, Argentina, exerceu atividades jornalísticas e, em 1890, veio para o Brasil, cidade de São Paulo. Em 1883 se transferiu para Campinas, e em 1896 veio para o Curral Del Rei, no momento da construção de Belo Horizonte. No ano de 1897 participou da fundação da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, da qual foi o primeiro presidente nos anos de 1897-1898. Em Belo Horizonte abriu uma fábrica de colchões, e mais tarde trabalhou como carpinteiro e marceneiro no local denominado Favela ou Morro da Estação. Em 1900 fundou a Liga Operária, da qual foi o grande representante e, no ano de 1908, participou da fundação da União Espírita Mineira. No ano de 1912 integrou a greve que paralisou a capital mineira por cinco dias, em maio, e em agosto auxiliou a greve em Juiz de Fora, aonde foi preso e, em seguida, libertado por ordem do Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão. Participou, ainda, da reorganização da Federação do Trabalho, da qual foi o representante no Quarto Congresso Operário Brasileiro. Em 1914, participou de um comício convocado pelo Centro Operário Sindicalista (ex-Liga Operária) em comemoração ao Primeiro de Maio, juntamente com Alexandre Zanella, José Torres e Aquilino Cendon. Faleceu em fevereiro de 1928, aos 61 anos de idade.

<sup>194</sup> BARRETO, Abílio. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 03.

*Como vae longe o dia em que, com outros muitos então colegas, na Imprensa Official, assignei aquella folha de papel almasso, que estava destinada a ser o alicerce basico desse, hoje, monumental edificio que é, incontestavelmente, a “Associação Beneficente Typographica”!*

*[...] Foi num daquelles dias que Alcides Ferreira, então typographo tambem, da sala de obras, veio apresentar-me aquella folha de papel para ser assignada, dizendo-me que se destinava à fundação da sociedade beneficente, sobre que o grande jornalista Azevedo Junior bordára illustrada chronica – “Bohemios” – em seu Jornal do Povo, a proposito da penuria em que fallecera João Guilherme de Carvalho, tambem nosso collega.*

*Assignei o papel como assinava tantas subscrições que, constantemente, percorriam a sala e me eram sempre apresentadas, mas nem de leve me passou pela imaginação adolescente que, daquelle papelucho, surgiria, mais tarde, essa obra monumental, que tanto mais cresce e brilha, quanto mais escôa o tempo – a Associação Beneficente Typographica [...].<sup>195</sup>*

Sem demora, “acolhida a idéa com extraordinario entusiasmo por todos os artistas typographos da Capital”,<sup>196</sup> e após o recolhimento de aproximadamente oitenta assinaturas naquele pedaço de papel almaço,<sup>197</sup> ocorreu a sessão inicial em 29 de abril de 1900, na residência do tipógrafo Antônio Augusto das Dores, localizada na Avenida São Francisco, em Belo Horizonte. Nessa reunião discutiram a respeito da construção de uma associação que amparasse a categoria nos momentos necessários, escreveram e estabeleceram as suas bases sociais, e escolheram a diretoria provisória. A Associação Beneficente Tipográfica foi então fundada, e em pouco tempo já contava com 116 inscritos, entre sócios efetivos e fundadores (ver Anexo F).

Pretendia a Associação que seus sócios não mais se submetessem àquela situação tal qual a de João Guilherme de Carvalho, e sempre que possível os amparava em determinadas ocasiões: no setor jurídico, nas crises econômicas, e nos casos de

<sup>195</sup> BARRETO, Abílio. Documento Precioso. *Revista Commemorativa do 25º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 26-27.

<sup>196</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 23.

<sup>197</sup> Antônio Augusto das Dores, Alcides Mathias Batista Ferreira, Augusto Pereira Serpa, Affonso Gonçalves, Alípio Silva, Arthur Cyrino Rodrigues, Astholpho de Macedo, Abílio Barreto, Bernardino Raphael de Lima, Antônio de Paula Martins, Américo Gomes de Souza, Eduardo da Costa Santos, Eurípedes de Oliveira Matta, Francisco de Paula Mattos, Francisco de Paula Tertuliano, Francisco Alves Pereira, Francisco Coelho Netto, Francisco V. Duarte, Florêncio Jorge do Carmo, Francisco Daniel da Rocha, Francisco Velasco, Gustavo Dores, Ernesto Senf, Gibraltar de Souza, Hermenegildo da Cruz Machado, Herculano Coelho, Joaquim Alves, José Alves Pereira, João Ferreira de Andrade, João Ferreira de Mattos, José Severo de Carvalho, João Gualberto da Silva, Jacobis Augusto, José de Jesus, José Dias Coelho, Lauro Jacques, José Arantes de Carvalho, Manoel da Costa, Messias Caetano de Souza, Manoel do Prado, Olympio Alves Pereira, Paulino Veiga, Olívio Augusto Ferreira, Petrino Alves Pereira, Pedro Celso de Abreu, Pedro Alonso de Verçosa, Raymundo Lopes de Oliveira, Synésio de Souza Lima, Oscar Pereira, Zeno Pereira, Eugênio do Carmo Velasco etc.

doença e morte, para que não mais se reproduzisse aquele “dolorosissimo [...] quadro que, por muitas vezes repetido”.<sup>198</sup>

Os sócios da Associação eram efetivos, remidos,<sup>199</sup> honorários ou beneméritos. As categorias de sócios honorários, “os cidadãos que, embora extranhos à Associação, lhe fizerem qualquer donativo cujo valor seja de 100\$000 a 200\$000”, e beneméritos, “os que fizerem qualquer donativo de valor superior a 200\$000”, valiam somente pela dignidade, uma vez que não desfrutavam de direitos e nem se sujeitavam a deveres previstos aos sócios.<sup>200</sup>

Para serem aceitos como sócios efetivos os proponentes deveriam apresentar idade conforme estipulado;<sup>201</sup> “serem typographos ou trabalharem em artes congeneres à typographica durante dous annos consecutivos, pelo menos, sendo que dellas tirem meios de subsistência”; não padecerem de doenças incuráveis (o que poderia tornar um sócio oneroso à Associação); apresentarem bom comportamento na sociedade; e “serem propostos por um ou mais sócios, e aceitos por maioria de votos”.<sup>202</sup>

O sócio, depois de admitido, deveria contribuir com jóia, com quantia para obtenção de diploma, e com as mensalidades; comparecer às sessões previamente agendadas;<sup>203</sup> “concorrer por todos os meio dignos para o engrandecimento e progresso da Associação”; “respeitar e fazer com que sejam observados rigorosamente os Estatutos e as decisões tomadas pela Casa”; “acatar e cumprir as decisões e ordens do Presidente e do Conselho Deliberativo, desde que sejam legaes”; “tomar a defesa da Associação ou de seus consocios, quando injustamente accusados”; aceitar qualquer cargo para o qual foi eleito ou nomeado; e requerer auxílios em caso de doença.<sup>204</sup>

Ao sócio em dia com a Associação era oferecida uma quantia, pensão mensal, quando adoentado, que variava de acordo com o fundo disponível:

<sup>198</sup> BARRETO; Abílio. Mais um Triumpho. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 05.

<sup>199</sup> Era considerado “sócio remido” aquele que quitasse de uma só vez a quantia de 300\$000.

<sup>200</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 04.

<sup>201</sup> A partir dos estatutos do ano de 1924 somente eram aceitos sócios maiores de 18 anos e menores de 45 anos. Os filhos varões dos sócios que exercessem profissões honestas também poderiam ser admitidos como sócios.

<sup>202</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 04-05.

<sup>203</sup> Qualquer sócio poderia se eximir de comparecer às sessões da Associação Beneficente Tipográfica permanentemente, desde que pagasse uma quantia mensal.

<sup>204</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 05.

*I. A Associação dará ao socio doente a quantia de 50\$000 mensaes, emquanto o fundo disponivel não attingir a 4:000\$000; quando o fundo disponivel exceder de 4:000\$000 até 6:000\$000, a mensalidade será de 60\$000; de 6:000\$000 a 8:000\$000, será de 70\$000 a mensalidade; de 8:000\$000 a 10:000\$000, 80\$000; de 10:000\$000 a 15:000\$000, 90\$000; de 15:000\$000 para cima 100\$000. [...].*<sup>205</sup>

Em caso de falecimento, à família do associado era disponibilizado um auxílio para as despesas com o enterramento, e um “peculio de 1:200\$000, que será pago em prestações mensaes de 100\$000, a partir do trigesimo dia de fallecimento”.<sup>206</sup> Em 1904, *O Operário* confirmava que as beneficências não eram apenas um discurso, e sim uma possibilidade aos sócios:

*A Associação Beneficente Typographica prestou ao desventurado Marciano Miranda todos os soccorros durante a sua rebelde enfermidade, que foi de seis mezes,e, de accordo com os estatutos dessa instituição, que tão bons serviços tem prestado aos seus co-associados, custeou as despesas do enterramento, que foi pomposo e muito concorrido, o que, como derradeira homenagem, attestou o alto grau de estima em que era tido o finado.*<sup>207</sup>

Além das beneficências, como as oferecidas ao sócio e tipógrafo do *Minas Gerais*, Marciano Miranda, a Associação apoiava juridicamente os sócios quando acusados de delitos “até a sentença que os declara[va] criminosos ou innocentes”,<sup>208</sup> e emprestava uma quantia caso houvesse pessoa doente na família.

No que concerne ao número de sócios da Associação, quase sempre foi crescente até a década de 1920 (conforme verificamos na Tabela 2). O crescimento não era exagerado, e indicava regularidade. Mas o aumento mais relevante se deu entre 1921 e 1925, de quase 50%, provavelmente uma consequência da arregimentação entre os operários promovida pela Confederação Católica do Trabalho, criada em 1919, a qual visava o fortalecimento de algumas associações existentes em Belo Horizonte. Os dados sobre a quantidade de sócios são escassos e fragmentados, e a partir de 1925 não conhecemos mais esses números.

<sup>205</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 14.

<sup>206</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, 1924. p. 14.

<sup>207</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 05 jun. 1904. p. 02.

<sup>208</sup> BARRETO, Abílio. Breve Historico da A. B. Typographica. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936. p. 04.

TABELA 2  
NÚMERO DE SÓCIOS DA ABT POR PERÍODO

| ANO  | NÚMERO DE SÓCIOS |
|------|------------------|
| 1900 | 116              |
| 1906 | 100              |
| 1911 | 122              |
| 1920 | 164              |
| 1921 | 156              |
| 1925 | 231              |

Fonte: *Revistas Comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica* (1906, 1911, 1920 e 1925).

A diretoria da Associação era composta por presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e procurador ou recebedor. As eleições para os cargos de diretoria eram anuais conforme podemos visualizar no quadro abaixo (Quadro 1). Eram três as comissões permanentes e especiais, cada uma composta por três membros, escolhidos anualmente: Comissão de Beneficência, Comissão de Contas e Comissão de Sindicância. Além dos quadros da direção e comissões havia um Conselho Deliberativo, que era composto pela diretoria e membros das comissões de Contas, Beneficência e Sindicância.

## QUADRO 1

### DIRETORIAS DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA POR PERÍODO

|                             | PRESIDENTE                    | VICE-PRESIDENTE               | 1º SECRETÁRIO                  | 2º SECRETÁRIO                 | TESOUREIRO                        | PROCURADOR E RECEBEDOR    |
|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| 1900 (DIRETORIA PROVISÓRIA) | ANTÔNIO AUGUSTO DORES         | JOVIANO FERNANDES             | EUGÊNIO VELASCO                | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA       | FRANCISCO DE P. TERTULIANO        | FRANCISCO NETTO           |
| 1900                        | ANTÔNIO AUGUSTO DORES         | JOVIANO FERNANDES             | EUGÊNIO VELASCO                | EDUARDO COSTA                 | FRANCISCO DE P. TERTULIANO        | FRANCISCO NETTO           |
| 1901                        | LAURO JACQUES                 | SINÉSIO LIMA                  | JOSÉ ALVES PEREIRA             | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA       | JOVIANO FERNANDES                 | FRANCISCO A. PEREIRA      |
| 1902                        | LAURO JACQUES                 | SINÉSIO LIMA                  | ALCIDES BATISTA FERREIRA       | TURIANO PEREIRA               | FLORENCIO JORGE DO CARMO          | FRANCISCO A. PEREIRA      |
| 1903                        | JOSÉ ALVES PEREIRA            | AMÉRICO GOMES DE SOUSA        | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | FRANCISCO COELHO NETTO        | FLORENCIO JORGE DO CARMO          | VICENTE DE P. MEDEIROS    |
| 1904                        | ALCIDES BATISTA FERREIRA      | JOSÉ ALVES PEREIRA            | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | MARCIANO MIRANDA              | FLORENCIO JORGE DO CARMO          | VICENTE DE P. MEDEIROS    |
| 1905                        | ALCIDES BATISTA FERREIRA      | EUGÊNIO VELASCO               | FRANCISCO DANIEL DA ROCHA      | ABÍLIO BARRETO                | JOÃO ANDRADE                      | FRANCISCO DE PAULA MATTOS |
| 1906                        | ALCIDES BATISTA FERREIRA      | EUGÊNIO VELASCO               | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | VICENTE DE P. MEDEIROS        | JOÃO ANDRADE                      | LINDOLPHO GARCIA          |
| 1907                        | LAURO JACQUES                 | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA       | FRANCISCO TIBURCIO DE OLIVEIRA | ABÍLIO BARRETO                | JOÃO ANDRADE                      | PEDRO CELSO DE ABREU      |
| 1908                        | EUGÊNIO VELASCO               | JOSÉ ALVES PEREIRA            | JOSÉ POSSIDONIO                | FRANCISCO A. PEREIRA          | JOÃO ANDRADE                      | PEDRO CELSO DE ABREU      |
| 1909                        | JOSÉ ALVES PEREIRA            | AMÉRICO GOMES DE SOUSA        | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | JOSÉ CANDIDO DE OLIVEIRA      | JOÃO ANDRADE                      | PEDRO CELSO DE ABREU      |
| 1910                        | AMÉRICO GOMES DE SOUSA        | ABÍLIO BARRETO                | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | JOÃO ANDRADE                      | PEDRO CELSO DE ABREU      |
| 1911                        | AMÉRICO GOMES DE SOUSA        | AUGUSTO BERARDO NUNAN         | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR  | ANTÔNIO PEDRO DE MEDEIROS     | JOÃO ANDRADE                      | JOÃO TITO DE OLIVEIRA     |
| 1912                        | SINÉSIO LIMA                  | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO VELASCO              | LINDOLPHO GARCIA              | JOÃO ANDRADE                      | ADAMASTOR BARRETO         |
| 1913                        | ABÍLIO BARRETO                | EUGÊNIO VELASCO               | JOÃO DE ASSIS MARTINS          | ZENO PEREIRA                  | JOÃO ANDRADE                      | ARTHUR CYRINO RODRIGUES   |
| 1914                        | JOAQUIM ALVES PEREIRA         | EDUARDO DA COSTA SANTOS       | JOÃO DE ASSIS MARTINS          | EDUARDO FRIEIRO               | JOÃO ANDRADE                      | JOSÉ VAZ DE MELLO         |
| 1915                        | JOAQUIM ALVES PEREIRA         | EDUARDO DA COSTA SANTOS       | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | EDUARDO FRIEIRO               | JOÃO ANDRADE                      | JOSÉ VAZ DE MELLO         |
| 1916                        | AMÉRICO GOMES DE SOUSA        | FRANCISCO ALVES PEREIRA       | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | EDUARDO FRIEIRO               | JOÃO ANDRADE                      | JOSÉ VAZ DE MELLO         |
| 1917                        | EDUARDO DA COSTA SANTOS       | JOSÉ POSSIDONIO               | LINDOLPHO GARCIA               | EUZÉBIO CAVALIÉRE             | JOÃO ANDRADE                      | MÁRIO VERSIANI            |
| 1918                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | SAMUEL LIMA                    | EUZÉBIO CAVALIÉRE             | JOSÉ ALVES PEREIRA                | MODESTO QUITES            |
| 1919                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | ANTÔNIO MEDEIROS              | SAMUEL LIMA                    | ARTHUR PINTO                  | JOSÉ ALVES PEREIRA                | JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA  |
| 1920                        | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA       | ZENO PEREIRA                  | LINDOLPHO GARCIA DA COSTA      | FRANCISCO COELHO NETTO        | JOSÉ ALVES PEREIRA                | ANTÔNIO DE PAULA MIRANDA  |
| 1921                        | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA       | PEDRO CELSO DE ABREU          | LINDOLPHO GARCIA DA COSTA      | FRANCISCO COELHO NETTO        | JOSÉ ALVES PEREIRA                | ANTÔNIO DE PAULA MIRANDA  |
| 1922                        | PEDRO CELSO DE ABREU          | FRANCISCO VELASCO             | LINDOLPHO GARCIA DA COSTA      | ASTROLINDO C. RODRIGUES       | JOSÉ ALVES PEREIRA                | BENTO C. DE FIGUEIREDO    |
| 1923                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO VELASCO             | PEDRO ALONSO DE VERÇOSA        | ASTROLINDO C. RODRIGUES       | JOSÉ ALVES PEREIRA                | BENTO C. DE FIGUEIREDO    |
| 1924                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO VELASCO             | ASTROLINDO C. RODRIGUES        | CORIOLANO FRANÇA              | JOSÉ ALVES PEREIRA                | BENTO C. DE FIGUEIREDO    |
| 1925                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO VELASCO             | CORIOLANO FRANÇA               | ADOLPHO BUENO                 | JOSÉ ALVES PEREIRA                | BENTO C. DE FIGUEIREDO    |
| 1926                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO VELASCO             | CORIOLANO FRANÇA               | ADOLPHO BUENO                 | JOSÉ ALVES PEREIRA                | BENTO C. DE FIGUEIREDO    |
| 1927                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | JOÃO ANDRADE PEREIRA DA SILVA | CORIOLANO FRANÇA               | ARTHUR CYRINO RODRIGUES       | JOSÉ ALVES PEREIRA                | SENOCRET AUGUSTO          |
| 1928                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | PEDRO CELSO DE ABREU          | CORIOLANO FRANÇA               | ARTHUR CYRINO RODRIGUES       | JOSÉ ALVES PEREIRA                | ARACYMÁ LEITE             |
| 1929                        | LINDOLPHO ESPECHIT            | FRANCISCO COELHO NETTO        | WALDEMAR DINIZ                 | ANTÔNIO DE PAULA MIRANDA      | JOSÉ A. PEREIRA E ABELARDO CAMPOS | ULYSSES CRUZ JÚNIOR       |
| 1930                        | ANTONIO D. GOMES LIMA         | FRANCISCO DE PAULA MATTOS     | BENEDICTO PEIXOTO              | CORIOLANO FRANÇA              | ABELARDO CAMPOS                   | NELSON SILVA              |
| 1931 <sup>209</sup>         | -                             | -                             | -                              | -                             | -                                 | -                         |
| 1932                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | ASTROLINDO C. RODRIGUES       | EDELTRUDES MASCARENHAS         | FRANCISCO FONSECA             | ARTHUR N. DE ALMEIDA              | ANTÔNIO DE P. MIRANDA     |
| 1933                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | CORIOLANO FRANÇA              | ADOLPHO BUENO                  | FRANCISCO FONSECA             | ARTHUR N. DE ALMEIDA              | ANTÔNIO DE P. MIRANDA     |
| 1934                        | ANTÔNIO VIEIRA BARRETO        | CORIOLANO FRANÇA              | ADOLPHO BUENO                  | NEWTON DORES                  | ARTHUR N. DE ALMEIDA              | ANTÔNIO DE P. MIRANDA     |
| 1935                        | ANTÔNIO SILVA                 | CICERO MARTINS RAMOS          | JOSÉ SOUTO MAYOR               | HOMERO DE SOUZA               | ARTHUR N. DE ALMEIDA              | ANTÔNIO DE P. MIRANDA     |
| 1936                        | FRANCISCO DE PAULA GIL JÚNIOR | FRANCISCO COELHO NETTO        | JOSÉ SOUTO MAYOR               | NICODEMUS NUNES               | ARTHUR N. DE ALMEIDA              | ANTÔNIO DE P. MIRANDA     |

Fonte: *Revistas Comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica* (1906, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936).

Nem sempre as administrações foram tranquilas, principalmente nos primeiros anos da Associação. Eram “múltiplos [os] problemas [...] naquele tempo [...] compreendidos no vasto âmbito das suas atividades”.<sup>210</sup> Para ocupar o cargo de presidência era necessário que fosse “um candidato conciliador das diversas opiniões

<sup>209</sup> Não existem informações a respeito da administração do ano de 1931.

<sup>210</sup> CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 02 abr. 1933. p. 07.

para o pleito e harmonizador entre as correntes partidárias”,<sup>211</sup> o que denotava as tensões existentes na Associação, muitas das quais vinculadas a ideais político-partidários.

A segunda diretoria, eleita em dezembro de 1900, esforçou-se para solucionar várias questões anteriormente aventadas por outras diretorias para reflexão dos sócios, porém não rematadas, pois a prioridade era a consolidação da Associação. Uma dessas medidas proporcionou uma crise na Associação: discussões entre Joviano Fernandes e demais membros ocasionaram a renúncia desse tesoureiro.

*Periodo de luctas e agitações foi o da administração desta directoria. Pareciamos até abandonados do destino, taes as contrariedades e os dissabores que surgiam a cada momento, como que para impedir o progresso da Associação e quebrar o laço de solidariedade existente entre todos, que era a causa do desenvolvimento a que attingira a Associação. Para não avivar chagas, nem reviver odios, deixamos de transportar para aqui as questões que se agitaram por este tempo e que scindiriam por algum tempo a familia social, e que só alcançaram solução pacifica devido à imparcialidade e solidariedade que entre si mantiveram os membros da directoria, apoiados por quasi toda a Associação.*<sup>212</sup>

As tensões existiram desde o início da Associação, mas não conhecemos o teor desse primeiro embate, já que evitavam citá-lo para não “avivar chagas, nem reviver odios”, conforme verificamos acima. Muito provavelmente essa polêmica questão referia-se a conflitos partidários, e do mesmo modo ocorreu na administração seguinte, no exercício do ano de 1902, a qual foi tão preponderante que ocupou páginas do *Correio Mineiro*, de três décadas mais tarde, que em matéria sobre a Associação mencionava:

*O espirito de discordia, porém, começou a grassar assustadoramente, cindindo a classe. Este movimento de desinteligencia culminou na segunda gestão de Lauro Jacques, em que uma politica partidaria, exclusivista, abriu profunda brecha no seio da Associação. É preciso, porém, para que se não fuja à verdade, acentuar ter sido a gestão de Lauro Jacques das mais valorosas para a Tipografica. Mas a Associação atravessara o periodo mais critico de sua vida, continuando, então, a profundos golpes de esforço e pertinacia, conquistar a posição de rialce, que hoje ocupa no conceito das sociedades congengeres.*<sup>213</sup>

<sup>211</sup> CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 05 dez. 1933. p. 07.

<sup>212</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 24.

<sup>213</sup> CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 02 abr. 1933. p. 07.

Assim, nesse período, determinados indivíduos intentaram levar ideais políticos à Associação, os quais a dividiram e geraram grave crise; entretanto, superada essa crise a organização continuou a se desenvolver. Novamente desconhecemos o conteúdo dessa disputa, poderia ser proveniente tanto de ideais socialistas, como do Partido Republicano Mineiro, ou outros, mas sabemos que a partir do ponto de vista e princípios da Associação essa “politicagem” só a prejudicaria.

*Nesse periodo deu-se um dos acontecimentos mais importantes para a nossa vida social e que encerra funda lição para todos nós. Marchavam regular e serenamente os negocios sociaes quando o abutre negro da politicagem corvejou em torno das nossas cabeças e tentou envolver-nos em suas garras; mas a attitude nobre, altiva e sobranceira dos nossos consocios fez com que para nunca mais esse corvo negro crocitasse em nosso meio. Não fôra o respeito aos mortos e descreveríamos toda a lucta travada por essa causa, para mostrarmos como a politicagem é um elemento pernicioso e dissolvente, a ponto de quasi dar por terra com o edificio argamassado pelo suor honrado de nossos rostos, pois que, devido a ella surgiram prejudicialissimas questões administrativas, de quasi nulla importancia para a Associação, e que determinaram a renuncia, em junho de 1902, da presidencia, pelo sr. Lauro Jacques, no que foi acompanhado pelo vice-presidente sr. Synesio Lima, ficando nós privados das luzes de um dos nossos companheiros mais leaes, e que nos estava prestando na suprema administração social os melhores serviços.<sup>214</sup>*

Com a renúncia do presidente e vice-presidente, Alcides Batista Ferreira (1º secretário) ocupou interinamente a presidência até a realização de novas eleições, “que, com o seu espirito conciliador e o seu nunca desmentido amor pela Associação” aquietou a instabilidade e solucionou questões nocivas à Associação.<sup>215</sup> Para que aquele período administrativo acabasse no correto prazo escolheram-se novos presidente e vice-presidente, José Alves Pereira e Américo Gomes de Sousa, respectivamente – em junho de 1902. Reconhecendo-se o bom desempenho de seus mandatos, esses dois homens se reelegeram para a administração do ano de 1903.

A Associação, à medida que os anos iniciais passavam, se organizava, amadurecia e consolidava, cada vez mais amparava os seus sócios nos momentos de infortúnio. Contava, nesse momento, com arquivo cuidadosamente ordenado, e diplomas impressos e entregues aos sócios. Foi nessa administração que se iniciou a movimentação para a reforma dos estatutos, a qual se estendeu até o ano posterior (os estatutos foram publicados somente no ano de 1904); e também a “execução das

<sup>214</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 25.

<sup>215</sup> *Ibidem*.

medidas aprovadas pela Assembléa Geral, e tendentes à regularização e liquidação dos empréstimos em atraso que ameaçavam constantemente a estabilidade social”.<sup>216</sup> Revisão dos estatutos e a liquidação dos empréstimos em atraso só terminariam com a quinta diretoria, em 1904, da qual era presidente Alcides Batista Ferreira.

Aliás, a reforma dos estatutos foi um processo bem lento, uma discussão “encruada”<sup>217</sup> e “embaraçada”.<sup>218</sup> As assembleias que se iniciaram em janeiro duraram até junho de 1904, mas a grande dificuldade era que comparecessem às sessões o número suficiente de sócios, primeiro para a discussão das reformas a serem realizadas, e depois, para a aprovação dessas. Em *O Operário* foram publicadas as convocatórias, e a partir desse jornal enxergamos essas e outras questões concernentes a reformulação dos estatutos. No mês de março daquele ano anunciava que:

*Todos os esforços empregados pelo seu digno presidente, no sentido de concluir a reforma, que é de grande e urgente necessidade, têm sido baldados, pois ainda não houve, durante esse espaço de tempo, numero sufficiente para a votação definitiva das materias cuja discussão se acha encerrada.*

*Domingo passado, porém, comparecendo 53 associados, numero sobejamente necessario (não para a reforma dos estatutos) para votação de outras materias tambem de importancia, deixou de haver sessão, a requerimento de um socio, que, desejando salientar-se, como de costume, em sessão, pediu e obteve a palavra para suspender os trabalhos, isto porque sendo elle filiado a um grupo que, infelizmente, existe no seio daquela Associação, tinha quasi como certo que seus carneirinhos o acompanhavam, porque, naturalmente, acredito eu, não desejam a continuação do progresso da nossa Associação; preferem antes percorrer as ruas da Capital, em palestras e outras distrações sem proveito, do que tratarem dos interesses da nossa Seita, que necessita de melhoramentos para a continuação de sua vida bem encaminhada.*

*Não! Precisamos por termo a certos abusos por parte de alguns associados!.. A reforma dos nossos Estatutos, já decretada, é urgentíssima e não pode ficar no silencio [...].*<sup>219</sup>

Além da insuficiência de sócios para aprovação dos estatutos, existiam grupos no interior da Associação que disputavam poder, como verificamos através da publicação desse jornal. Mais que requerer o adiamento da sessão, o que pode ser compreendido como uma estratégia política, esse grupo pretendia também impor seus interesses e pensamentos. Não necessariamente queriam que a Associação não se

<sup>216</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 26.

<sup>217</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 24 abr. 1904. p. 02.

<sup>218</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 01 maio 1904. p. 03.

<sup>219</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 20 mar. 1904. p. 02.

desenvolvesse, mas talvez questionassem os projetos políticos da administração daquele período, e visassem outras medidas para a mesma.

Na década de 1930 ainda era apontada essa dificuldade de se congregar os sócios nas assembleias para reforma nos estatutos, aprovações de leis e projetos etc. Arthur Nogueira de Almeida, tesoureiro da Associação de 1932 a 1936, afirmava:

*Nós também precisamos progredir. Mas progredir como?*

*Por que meios?*

*Pois, se ao toque dos nossos clarins permanecemos quietos, sem ligarmos a mínima importância aos seus chamados!*

*Anuncia-se a reunião para a reforma de Estatutos, marca-se dia e hora e no momento oportuno não há número de sócios suficiente.*<sup>220</sup>

Reconhecido pelos serviços prestados durante a sua administração em 1904, Alcides Batista Ferreira continuou como presidente por mais dois mandatos, escolhido unanimemente para a sexta e sétima diretorias da Associação.

A diretoria eleita para o serviço do ano de 1905 levou adiante as diretrizes da administração anterior, de prover maior estruturação à Associação. Empreenderam, por isso, a reformulação da escrituração contábil da tesouraria, descrita como “defeituosa e lacunosa”,<sup>221</sup> a qual foi encerrada no ano posterior, em 1906, a partir desse momento convencionada por um modelo mercantil de contabilidade. Com a recente disposição dos livros contábeis pôde a Associação entender as movimentações financeiras e calcular a quantia disponível nos seus fundos, “conhecer de prompto qual tem sido o seu movimento financeiro desde a sua fundação até hoje, quanto tem dispendido com beneficências a sócios doentes, com enterramentos”,<sup>222</sup> e em decorrência dessa contabilidade pôde aumentar o valor das beneficências e empréstimos aos sócios.

Foi durante essa gestão, também, que se publicou pela primeira vez a revista comemorativa da Associação, *Revista Comemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*.

No ano de 1907 mais tensões surgiram na Associação. O presidente Lauro Jacques, que já havia sido eleito para o mandato posterior, do ano de 1908, desistiu da presidência e não concluiu nem mesmo o mandato em execução, do ano de 1907, e “desligou-se da Associação, nesse mesmo período, o socio fundador sr. Lauro Jacques,

<sup>220</sup> CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 30 abr. 1933, p. 07.

<sup>221</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. *Revista Comemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920, p. 27.

<sup>222</sup> MEDEIROS, Vicente. Traços Historicos. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911, p. 18.

a quem se devem bons e innegaveis serviços”.<sup>223</sup> Não sabemos exatamente os motivos que possibilitaram a retirada de Lauro Jacques da administração e da Associação Beneficente Tipográfica, apenas conhecemos a sua discordância em relação a determinado projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo. Ainda em 1907, Abílio Barreto renunciou ao cargo de 2º secretário, e Francisco Tibúrcio de Oliveira, o 1º secretário, abandonou sua incumbência em razão de saúde; “o que motivou grande desorganização no serviço, devido a esse facto”.<sup>224</sup>

Afora essas tensões frequentes durante esses primeiros anos de existência da Associação, os membros se queixavam da ausência de um local aonde pudessem deliberar, reunir ou mesmo procurar auxílio quando necessária fosse a situação vivenciada. Em artigo que elogiava a Associação e comunicava a posse da “nova directoria da veterana sociedade, para servir durante o anno de 1904”,<sup>225</sup> em *O Operário* era reclamada a ausência de sede própria:

*Só lhes falta uma cousa, só lhes é necessario um passo mais, e estará completa a “Associação Typographica”, e esse passo é adquirir um predio seu, sómente seu, onde realizem os associados as sessões de seu gremio. Será um passo digno de nossos encomios, se a directoria que hoje assume o honrado cargo providenciar, afim de obter um predio para a bem organizada “Associação Beneficente” [...].*<sup>226</sup>

Mas, criada no ano de 1900, em Belo Horizonte, a Associação somente alcançou esse importante propósito de possuir sua sede social quase uma década depois. Enquanto isso, utilizava para as suas reuniões os salões da Imprensa Oficial ou da Câmara dos Deputados de Belo Horizonte, o que insinua a conexão entre a organização dos tipógrafos e as instituições públicas. Uma das maiores conquistas mencionada nas revistas comemorativas consiste exatamente na doação dos lotes e posterior construção de sua sede social.

<sup>223</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Noticia Historica da Associação B. Typographica. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 16.

<sup>224</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 27.

<sup>225</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 17 jan. 1904. p. 01.

<sup>226</sup> *Ibidem*.

A Lei Número 39, de 29 de outubro de 1909, autorizou o Prefeito Silviano Brandão a conceder gratuitamente à Associação Beneficente Tipográfica o espaço necessário para a construção da cobiçada sede.<sup>227</sup>

Mas foi em 1910, meses após a publicação da lei de concessão do terreno, que a doação se deu efetivamente. Foram concedidos três lotes na cidade de Belo Horizonte.

*A 26 de janeiro de 1910, o Prefeito da Capital, de accordo com uma lei do Conselho Deliberativo, doava à Associação os lotes 15, 17 e 18, do quarteirão 17, a 4.ª secção urbana, para a construção da séde social, e a 3 de janeiro de 1911, na administração do sr. Americo Gomes de Souza, a Associação contractava com os srs. Garcia de Paiva & Pinto essa construção por 10:000\$000, sendo a planta desenhada pelo architecto sr. Edgard Nascentes Coelho.*<sup>228</sup>

Todavia, a Associação não dispunha de recursos financeiros satisfatórios em caixa para a construção de seu prédio.

*Este, representado então na egregia individualidade do exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, em boa hora elevado pelo suffragio quasi unanime da Nação, ao alto posto de vice-presidente da República, com aquella nitida comprehensão dos deveres do Estado para com as classes laboriosas, não tardou em deferir – justo pedido da Associação Beneficente Typographica, que, com a verba de 10 contos, doada pelo Estado, e com uma quantia para esse fim reservada dos seus fundos, conseguiu construir o modesto, mas confortavel edificio em que d’ora avante passará a funcionar.*<sup>229</sup>

Durante a administração de Américo Gomes de Sousa, presidente da Associação de 1909 a 1911 (10º, 11º e 12º mandatos da diretoria da Associação), requisitaram um auxílio à Presidência do Estado de Minas Gerais, ocupada por Wenceslau Brás, para aquele intento. Em 1911, Brás acedeu o pedido e concedeu verba de dez contos de réis, que somada a uma quantia disponível nos cofres da Associação, possibilitou a construção do edifício-sede, que foi inaugurado nesse mesmo ano (ver Anexo G).

Já na década de 1940, o edifício foi reestruturado, de acordo com recente relato de José Artur Gonçalves de Almeida, que exerceu diversos ofícios na Imprensa Oficial: iniciou como aprendiz, e depois, linotipista, revisor, diretor industrial e diretor geral interino.

<sup>227</sup> PENNA, Octávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte, 1711-1930*. Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. p. 116.

<sup>228</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936). Belo Horizonte. p. 03-04.

<sup>229</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Dois Grandes Benemeritos. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 08-09.

*A Associação Beneficente Tipográfica, agora uma instituição centenária, como a Imprensa Oficial, nas suas lutas comuns, também superou obstáculos, colhendo vitórias ao longo de sua existência. Quero ressaltar um grande sonho dos associados: a construção da sede atual. O então Governador Milton Campos que, por sinal também está completando cem anos de nascimento, autorizou um empréstimo, pela Caixa Econômica Estadual, completando, assim, recursos para o término da obra; isto em 1949.*<sup>230</sup>

Contemporaneamente, o prédio da Associação Beneficente Tipográfica, quase cem anos após sua inauguração, permanece no mesmo endereço em Belo Horizonte: Rua Espírito Santo, 1546 (ver Anexo H). Nos três andares do prédio, alguns espaços – salas comerciais – foram arrendados a terceiros, mas o salão principal compõe um espaço de convivência para os membros da Associação, aonde se encontram e reúnem para conversar, discutir ou, quando necessário, para as assembleias; é no terceiro andar que se encontra a administração.

A Lei 53, publicada em 30 de setembro de 1911, durante a administração de Belo Horizonte por Olinto Meireles, isentava a Associação Beneficente Tipográfica de liquidação de determinados impostos municipais. Essa lei a eximia de quaisquer contribuições com a cidade de Belo Horizonte: tornava-se isenta de imposto predial e de cobranças de água, lixo, esgoto e luz elétrica.<sup>231</sup>

No ano de 1922 mais uma norma de Belo Horizonte, durante Prefeitura de Flávio dos Santos, favorecia a Associação: a Lei 222, que cancelava diversos débitos da mesma (e de demais associações) com a cidade, ao mesmo tempo em que a isentava de impostos e contribuições municipais.<sup>232</sup>

Outra lei declarava de utilidade pública a Associação: era a Lei 2414, publicada em 1961 por José de Magalhães Pinto, Governador do Estado de Minas Gerais.<sup>233</sup>

Não era à toa que Wenceslau Brás, Olinto Meireles, Flávio dos Santos, entre outros, eram constantemente homenageados nas revistas da Associação. Essas concessões eram ponderadas como forma de cooptação do operariado por parte de políticos que se aproximavam em decorrência de seus interesses. Porém, toda essa trama

<sup>230</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000. p. 28.

<sup>231</sup> BELO HORIZONTE. Lei 53, de 30 set. 1911. Isenta a Faculdade de Direito e as Sociedades União Espirita e Beneficente Typographica do pagamento de imposto predial, e das taxas de luz, esgotos, etc. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

<sup>232</sup> BELO HORIZONTE. Lei 222, de 18 abr. 1922. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

<sup>233</sup> MINAS GERAIS. Lei 2424, de 20 jul. 1961. Declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Tipográfica”, com sede em Belo Horizonte. *Legislação Mineira*. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

baseada em homenagens e palavras generosas dedicadas a esses políticos também deve ser compreendida como uma estratégia articulada pela Associação, e classe operária em geral, para conquistar benefícios sem a necessidade de apelo à greves e outras manifestações.

A nomeação de sócios honorários e beneméritos, “que conquistaram esses títulos e a nossa gratidão, pelas provas inequívocas de *sympathia* que nos têm dado e pelos bons serviços que nos têm prestado”,<sup>234</sup> era mais uma estratégia utilizada pela Associação. De “bons serviços” entendemos o deferimento de objetivos materiais, como os já mencionados.

Ainda que entre as finalidades da Associação estivesse “ajudar-os [os gráficos] a suportar as misérias que assoberbam o trabalhador honrado no transcurso da vida”,<sup>235</sup> muito mais que oferecer beneficências aos seus sócios, previa em seus estatutos o propósito de “trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também por seus interesses”.<sup>236</sup> Foi por esse motivo que, juntamente com outras associações, integrou o movimento operário de Belo Horizonte.

O jornalista José Maria de Azevedo Júnior apontava que nada – ou quase nada – os poderes públicos incrementavam para melhorar a vida dos operários mineiros, nem leis eram desenvolvidas para asseverar seus direitos, “politicantes que acham que o operário tem apenas o direito de morrer na Santa Casa”, e que se aproximavam deles única e exclusivamente por interesses políticos.<sup>237</sup>

*Porque se occultar por mais tempo o que todos veem, o que todos sentem, isto é, - que a Republica, jugulada às olygarchias não cuidou até agora da “questão operaria”? Nenhuma lei protectora do trabalho das mulheres e crianças nessas officinas que não primam pela hygiene; nenhuma lei amparando as pobres victimas do trabalho; nenhuma lei garantidora das relações de operarios e patrões... [...].*<sup>238</sup>

Na primeira publicação comemorativa da Associação, do ano de 1906, a principal bandeira foi o direito operário, competente modo de “propugnar convicta e

<sup>234</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Noticia Historica da Associação B. Typographica. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 16.

<sup>235</sup> CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 02 abr. 1933. p. 07.

<sup>236</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 03.

<sup>237</sup> AZEVEDO JÚNIOR, José Maria de. Aos Companheiros. *Revista Commemorativa do 8º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 04.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 03.

ardentemente a emancipação e dignificação social do operário”.<sup>239</sup> Por isso, expressavam os tipógrafos o duplo propósito do periódico: “trazer a publico o desenvolvimento progressivo da Associação, e ser o inicio da campanha que fóra do circulo de defesa pessoal e protecção material de seus socios, tem ella de travar”.<sup>240</sup>

Nesse contexto, esses profissionais deveriam se unir e arregimentar para conquistarem seus direitos (direito operário) e, conseqüentemente, a emancipação e o engrandecimento social da categoria tipográfica e da classe operária.

*Ha longos sete annos, vimos nos preparando; e agora que nos sentimos aparelhados para novas luctas, queremos, dentro da orbita da justiça e da lei, propugnar convicta e ardentemente a emancipação e dignificação social do operario.*

*[...] o grande edificio sobre o qual repousará a mais benefica, esplendida e gloriosa criação juridico-social do seculo XX, o – DIREITO OPERARIO –, já em formação. [...].*

*É nas luctas incruentas pelo direito, na nossa arregimentação conscienciosa e pacifica, na comprehensão nitida de nossos deveres e direitos e na nossa actuação como força politica consciente, conservadora e intransigente que está a nossa emancipação.*<sup>241</sup>

Outro assunto constante aos tipógrafos era o aumento dos seus vencimentos. As reclamações eram realizadas junto aos patrões ou autoridades de estabelecimentos gráficos de Belo Horizonte.

Afora as solicitações por esse aumento, as reivindicações não acatadas ou mal resolvidas eram divulgadas nas revistas da Associação Beneficente Tipográfica, o que fazia da situação de um ou outro estabelecimento uma questão importante e de conhecimento de toda a categoria.

O texto “O Salario dos Graphicos”, nesse sentido, era bastante esclarecedor, pois nele reclamavam dos baixos salários da categoria, ao mesmo tempo em que mencionava o caso de um estabelecimento no qual seu diretor não acatou a reclamação salarial dos tipógrafos. Mas o posterior diretor aumentou seus salários, e tornou-se, assim, amigo e companheiro dos trabalhadores dessa empresa.

<sup>239</sup> FERREIRA, Alcides Batista. Aos Operarios. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 09.

<sup>240</sup> *Ibidem*.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 09-10.

*Com estes esclarecimentos e com uma boa organização de trabalho, bem mais fácil se tornará a solução da questão dos salarios dos trabalhadores graphicos em nossa Capital.*

*Para tal organização, não precisamos de novas associações – basta que todos os graphicos se ingressem na A. B. Typographica, que já é uma sociedade experimentada ha 30 annos e que prevê em seu programma tudo para alcançar o bem estar de seus associados.*<sup>242</sup>

A constituição de cooperativas era uma solução aventada para sanar as desigualdades determinadas pelo capitalismo; não visavam lucros, e os consumidores eram os próprios fornecedores.

*[...] Na produção industrial e no commercio, portanto, uma vez generalizado o systema cooperativista, ter-se-ia a eliminação do patrão capitalista, mas, isto não pela violencia propugnada pelos reformadores que pregam a transformação do organismo economico por meio de ditaduras extremistas, e, sim, pela propria iniciativa espontanea dos associacionistas, sem quebra do regime liberal e do systema politico democratico. [...].*<sup>243</sup>

A cooperativa seria uma forma dos tipógrafos escaparem apenas dos auxílios e beneficências oferecidos pela Associação Beneficente Tipográfica. Consistia em mais uma alternativa para amenizar suas situações financeiras, visto que a categoria era reputada como afeita aos empréstimos, adiantamentos, descontos em folha etc. Os salários por eles recebidos eram escassos e o comércio era o responsável por reter sua maior parte.

A criação de uma cooperativa eliminaria o comerciante; os próprios tipógrafos seriam ao mesmo tempo consumidores e fornecedores, porém não pelo mesmo preço praticado pelo comércio voraz que subtraía e lucrava cada vez mais com os seus vencimentos, mas por um valor adequado, “para nos fornecer do bom e do melhor, por preços suavissimos”,<sup>244</sup> coerente à realidade desses operários.

Essas foram disputas experimentadas pela categoria tipográfica e dirigidas pela Associação Beneficente Tipográfica. Outras reivindicações eram comuns à classe operária, e as analisaremos à medida que descrevermos esse movimento operário de Belo Horizonte. Mas já adiantamos que as principais disputas desse movimento foram a diminuição da jornada de trabalho e o aumento salarial, além do descanso dominical e

<sup>242</sup> DINIZ, W. O Salario dos Graphicos. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930. p. 03.

<sup>243</sup> LACERDA, Romão Côrtes de. Cooperativismo. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936. p. 05.

<sup>244</sup> ALMEIDA, Arthur Nogueira de. Caros Consocios. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936. p. 09.

regularização das moradias operárias. Assim sendo, determinadas solicitações eram conquistadas junto às empresas e/ou Estado; mas era frequente, também, o descumprimento daquelas por parte dos patrões.

A Liga Operária foi criada em 1900,<sup>245</sup> e a princípio congregou, além de operários, estudantes, comerciantes e funcionários públicos, os quais abandonaram a iniciativa, pois as “idéias não se harmonizavam com os verdadeiros interesses operários. Esses [operários] não se deixaram dominar e se impuseram dentro da Liga”.<sup>246</sup> A maior parte de seus membros era de origem italiana (na lista dos sócios fundadores constava que 204 sócios eram italianos, 44 eram de outra nacionalidade, e somente 15 eram brasileiros)<sup>247</sup>, e o seu principal líder foi Donato Donati. A Liga condenava os meios não legais para conseguir os direitos operários, sustentava um jornal, *O Operário*, e apresentava como proposta, entre outras, “a extinção dos *vales*, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou, pelo menos, por mez”.<sup>248</sup>

Nos primeiros anos de Belo Horizonte, o Prefeito Bernardo Monteiro (1899-1902), para solucionar crise econômica em decorrência dos custos das obras da nova capital, empregou a adoção desses vales como forma de remuneração dos operários “que fossem aproveitados em algumas obras mais urgentes, taes como o serviço de bondes e outros, valles aquelles que seriam descontados pelo commercio em seus armazens”.<sup>249</sup> De acordo com Abílio Barreto:

---

<sup>245</sup> A Liga Operária se reformulou após a greve de 1912 em Belo Horizonte, e assim como o Sindicato dos Pedreiros e o Sindicato dos Carpinteiros de Belo Horizonte, participou do Segundo Congresso Operário, em 1913, organizado pela COB, com o nome de “Centro Operário Sindicalista”.

<sup>246</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 116.

<sup>247</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 187.

<sup>248</sup> MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 15 e 16 jul. 1900. p. 02.

<sup>249</sup> BARRETO, Abílio. A Gloria Magnifica de uma Classe. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 03.

*[...] Mas o grande prefeito Bernardo Monteiro, que aceitára a administração municipal como um pesadíssimo onus, não perdia um momento em conjecturar algum meio capaz de jugular aquella terrível situação; e foi assim que, depois de um accordo com os commerciantes e industriaes da praça, encontrou uma solução aleatoria para a crise cruenta: adoptou o expediente da emissão de vales para pagamento aos operarios [...]. E, com essa medida salvadora, a Capital poudé adquirir novos alentos para palmilhar os seus destinos gloriosos. [...].*<sup>250</sup>

Essa era a opinião de Abílio Barreto, provavelmente não era a predominante na Associação Beneficente Tipográfica e nem na classe operária em geral. A utilização dos vales era bastante criticada, uma vez que não eram todos os estabelecimentos que os aceitavam, e os que aceitavam os desvalorizavam.

A proposta da Liga Operária de por fim aos vales não foi bem sucedida, e em 1903 novamente apareciam os vales para pagamentos de operários, conforme denunciava *O Operário*:

*Surgiu de novo o pagamento ao operariado da Prefeitura por meio da emissão de vales. É sabido que esses vales estão muito desvalorizados perante o commercio, que só os aceita mediante o abatimento de quasi 50%, assim mesmo quando ha quem os queira trocar. [...].*<sup>251</sup>

Na ausência de alternativas, os operários eram obrigados a aceitar esses vales. Mas o periódico solicitava ao Prefeito, qualificado como um homem justo, que os valorizassem.

De acordo com Faria e Grossi, a classe operária “buscou nos apartos governamentais uma válvula-reforço para satisfação de suas necessidades e submeteu-se às oscilações do ritmo de crescimento econômico feito às expensas da deterioração de suas condições de vida”.<sup>252</sup> Não somente em relação aos vales, mas na trajetória desse movimento operário de Belo Horizonte, era constante o apelo aos políticos e patrões para a solução de suas reivindicações.

Esse era o segundo jornal intitulado *O Operário* publicado em Belo Horizonte, era o “órgão dos interesses da classe”, e dirigido por Olympio Netto Caldeira; o primeiro foi o da Liga Operária em 1900. Iniciou a publicação no ano de 1903, e é

<sup>250</sup> BARRETO, Abílio. A Gloria Magnifica de uma Classe. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 03.

<sup>251</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 30 nov. 1903. p. 01.

<sup>252</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 183.

interessante observarmos que logo nas primeiras edições uma parcela dos tipógrafos e sócios da Associação Beneficente Tipográfica rompeu com esse jornal por considerá-lo em desacordo com a sua proposta inicial, de ser um órgão dos interesses da classe trabalhadora.

O jornal ironizava algumas críticas e devoluções realizadas por esses tipógrafos, considerados “meia duzia que se nos apparecem *asneando* a torto e a direito, não pensando no que fazem, e acontecendo que elles *fazem o que fazem*, e soffrem outros as consequências”,<sup>253</sup> as quais se encontravam transcritas, e em seguida, eram comentadas.

José Alves Pereira, presidente da Associação naquela época, devolveu o jornal por “ter se divorciado do lemma traçado no cabeço: ‘órgão dos interesses da classe’”.<sup>254</sup> Alcides Batista Ferreira, que ocuparia o cargo de presidente no ano seguinte, mencionava que “tendo o Jornal se desviado completamente da norma traçada em seu programma devolvo-o consciderando-me desde já exonerado de qualquer responsabilidade quanto à pagamento de assignaturas”.<sup>255</sup> Para Francisco Tertuliano, sócio fundador da Associação, “operario brioso não precisa de jornal como este mentiroso e fraco”.<sup>256</sup>

Provavelmente essas devoluções e críticas foram reações a uma matéria publicada na edição anterior, a qual desmentia as reclamações a respeito de abusos que ocorriam na Imprensa Oficial, denunciadas em *O Pharol*, de 18 de novembro de 1903, por parte de alguns operários que trabalhavam na sala de obras da Imprensa. *O Operário* afirmava que os operários da sala de obras eram os que menos trabalhavam e não eram mal remunerados, e esses não “podem se queixar da administração do sr. dr. Toledo”.<sup>257</sup>

Aqueles tipógrafos não concordavam com essas assertivas, e por isso romperam com o jornal, por eles qualificado até como mentiroso. Todavia, não foi uma atitude em nome da Associação, visto que em edições posteriores *O Operário* continuou a publicar matérias sobre a organização dos tipógrafos, e muitas vezes encomiava a sua existência.

<sup>253</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 14 dez. 1903. p. 01.

<sup>254</sup> *Ibidem*.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 02.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 01.

<sup>257</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 07 dez. 1903. p. 02.

Aliás, foi esse periódico que noticiou a primeira comemoração do Dia do Trabalho em Belo Horizonte,<sup>258</sup> “que simboliza a liberdade do proletariado”, no ano de 1904.<sup>259</sup> Foi uma iniciativa do Círculo “Edmundo de Amicis” e do Centro Operário, recém-fundado naquele ano, cuja primeira diretoria eleita era composta por Donato Donati, presidente, Pedro Guimarães, 1º secretário, Olympio Netto Caldeira, 2º secretário, Pedro Verçosa, tesoureiro, e Benjamin Moreira, procurador.<sup>260</sup> Pedro Verçosa era “habil compositor do *Minas Geraes*”,<sup>261</sup> e foi, ao mesmo tempo, o 1º secretário da Associação Beneficente Tipográfica em 1903 e 1904, o que salientava que aquele rompimento com o jornal não foi uma atitude da organização, e sim de alguns membros. Concomitantemente, indicava que a administração da Associação naquele tempo não era um grupo coeso.

A sessão solene em comemoração àquela data ocorreu no Teatro Soucasaux, e contou com discursos de Donato Donati e Pedro Verçosa, entre outros, em seguida, a banda musical *Fanfarra Italiana* se apresentou, e depois “um grupo de operarios se dirigiu à residencia do sr. Josué Pessi, à Villa Bressane, onde foi servido lauto jantar e profusoss copos de cerveja [...]”.<sup>262</sup>

Em março de 1905 era criada a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, que pretendia, além de agregar o operariado, “philantropia, sociabilidade, instrucção, ordem e progresso”.<sup>263</sup> Seu órgão de propaganda era *O Labor*. Essa organização perdurou por toda a Primeira República. Em 1920, contabilizava 738 sócios,<sup>264</sup> possuía sede própria e uma considerável renda, e Augusto Berardo Nunan era seu presidente desde o ano de 1905.<sup>265</sup> É interessante mencionarmos que Nunan também foi vice-presidente da Associação Beneficente Tipográfica no ano de 1911, o que sugere os laços entre as associações, bem como a existência de sujeitos mais ativos nesse movimento operário.

---

<sup>258</sup> Foi em 1904 que se comemorou pela primeira vez o Dia do Trabalho em Belo Horizonte, e não em 1907, segundo mencionado por Souza e Grossi em *A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920*, Le Ven e Neves em *Belo Horizonte: Trabalho, Sindicato e Cidadania*, entre outros textos.

<sup>259</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 01 maio 1904. p. 02.

<sup>260</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 03 jan. 1904. p. 01.

<sup>261</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 30 jun. 1904. p. 04.

<sup>262</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 08 maio 1904. p. 02.

<sup>263</sup> CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911.

<sup>264</sup> A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, em 1925, contabilizava 900 sócios inscritos.

<sup>265</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 13 mar. 1920.

De acordo com Faria e Grossi, a Confederação Auxiliadora, no início, não era propriamente uma confederação, pois reunia outras associações e qualquer trabalhador individual que quisesse participar; apenas mais tarde passou a congregar sindicatos.

A Confederação se posicionava “pela tutela do operariado por parte do Poder Público, que cuidaria de conseguir a harmonia do corpo social”.<sup>266</sup> Segundo Eliana Dutra:

*A Confederação participou do Congresso Operário Mineiro [...] onde foram vitoriosas as proposições reformistas; atendeu também a convocações da Liga Operária para comemorações do 1º de maio de 1912 e apoiou todas as iniciativas do movimento sindical católico durante a década de 20.*<sup>267</sup>

Já em 1905 iniciou a luta pela jornada de oito horas de trabalho, e solicitava que o Presidente do Estado e os patrões aderissem esse regime pois, “os operários assim considerados, trabalhariam com mais assiduidade e melhor boa vontade, de maneira a compensar com o trabalho, as horas que lhes foram concedidas para descanso”.<sup>268</sup>

Um ano após o Primeiro Congresso Operário da COB, realizava-se em Sabará o Primeiro Congresso Operário Mineiro, em 1907. Para Souza e Grossi a convocação para esse congresso apresentava conteúdo de tendência socialista,<sup>269</sup> e vários representantes de organizações operárias de Belo Horizonte foram convidados.

O Congresso pretendia “tratar da organização do operariado em Minas, unificar os esforços e centralizar numa só aspiração a aspiração [sic] de todos os bons operários mineiros”.<sup>270</sup> A convocação era assinada por José Mamede da Silva, João Hamacek e Alcides Batista Ferreira; esse último era sócio da Associação Beneficente Tipográfica, conforme já mencionado.

Assim, o Congresso Operário Mineiro se reuniu, em abril de 1907, na cidade de Sabará. Das suas resoluções destacamos a criação de uma organização, o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas, cujo órgão de propaganda era *O Confederal*, que visava “lutar franca, aberta e intransigentemente pelos direitos do

<sup>266</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 189.

<sup>267</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 118.

<sup>268</sup> O LABOR, Belo Horizonte, 18 jun. 1905. p. 02.

<sup>269</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 189.

<sup>270</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 02 mar. 1907. p. 02.

operário”,<sup>271</sup> e a eleição de representantes para “influir directamente na administração do Estado, para poder alcançar as reformas necessarias e reclamadas para a affirmação pratica e effectividade de seus direitos”.<sup>272</sup>

De acordo com Eliana Dutra, o Centro Confederativo “acabou-se chamando Confederação Operária Mineira, a partir de 1912”,<sup>273</sup> e menciona que “quanto à Confederação Operária Mineira, encontramos apenas vestígios de sua ação na década de 20 e que, em 1921, congregava 500 membros. Sabemos que em 1912 a Confederação participou do IV Congresso Operário”.<sup>274</sup>

Não era por acaso que Alcides Batista Ferreira, bastante participativo do movimento operário da cidade, foi em 1907 apresentado e eleito para um lugar no Conselho Deliberativo da Prefeitura. O *Diário de Notícias* solicitava aos operários que votassem e garantissem sua representação no Conselho:

*Diversos amigos, colegas e admiradores do sr. dr. Alcides Baptista Ferreira, resolveram apresental-o para um logar no Conselho Deliberativo, em virtude dos muitos e reaes serviços prestados à classe operaria. É tão justa essa resolução, tanto mais por não ter ainda a classe operaria desta Capital um só representante no Conselho o que a ella é de grande necessidade. Assim, pois, esperam os apresentantes que o operariado do municipio de Bello Horizonte não falte com o seu valioso voto em favor do apresentado.*<sup>275</sup>

Essa eleição indicava os meios que o operariado de Belo Horizonte utilizava para a conquista de suas reivindicações. Assim, era preferível vias mais pacíficas, diálogos com patrões e políticos, eleições de representantes, do que greves e outras manifestações mais incisivas.

Em 1907, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais organizou uma sessão solene em comemoração ao Dia do Trabalho, no salão da Câmara dos Deputados, o que já apontava estreitas relações entre operários e suas associações e poderes públicos.<sup>276</sup> O *Diário de Notícias* evidenciava que estava “repleto o vasto salão de representantes de todas as camadas e classes sociaes”, compareceram, entre outros, sócios da Associação Beneficente Tipográfica: o “typographo-academico” Alcides

<sup>271</sup> O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 02 maio 1907. p. 01.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 02.

<sup>273</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 120.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 13 out. 1907. p. 3.

<sup>276</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 02 maio 1907. p. 02.

Batista Ferreira, e os tipógrafos Pedro Alonso de Verçosa e José Alves Pereira. A Associação foi oficialmente representada por Eugênio Velasco.<sup>277</sup>

Mais uma vez se comemorava o Dia do Trabalho em Belo Horizonte. Em 1912, a Liga Operária<sup>278</sup> convocou uma reunião:

*[...] à que compareceram representantes da Associação Beneficente Typographica, Confederação Auxiliadora dos Operarios, Associação dos Alfaiates, Gremio Hespanhol, Associação dos Empregados no Commercio, Mutua Municipal, bandas musicaes Carlos Gomes, João Pinheiro e Euterpe Horizontina.*

*Muitas foram as deliberações tomadas, dentre as quaes a de se realizar uma sessão cívica e um marche-aux-flambeaux, publicando-se uma polyanthéa comemorativa.*<sup>279</sup>

O programa da comemoração foi divulgado e compreendia alvorada com bandas musicais e salva de tiros, passeatas, e uma sessão cívica no Teatro Municipal. Uma comissão de operários, entre eles, Berardo Nunan, Francisco de Paula Gil Júnior e Antônio Medeiros, se encarregou de convidar o Presidente do Estado e outras autoridades para a sessão cívica.<sup>280</sup>

A sessão no Teatro “encheu-se uma multidão vibrante de entusiasmo, vendo-se, além do operariado, representantes de todas as associações da capital”, bem como o Prefeito Olinto Meireles e representantes do Estado.<sup>281</sup>

Alguns dias após as comemorações, em 06 de maio de 1912, foi deflagrada uma greve em Belo Horizonte. Foram os operários que trabalhavam nas obras das linhas de bondes da Rua da Bahia que iniciaram a movimentação; abandonaram seus serviços e saíram pelas imediações convidando os operários a aderirem à greve por diminuição da jornada de trabalho de nove para oito horas. Os grevistas, segundo o *Diário de Minas*, eram aproximadamente 2.000 operários.<sup>282</sup>

<sup>277</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 03 maio 1907. p. 01-02.

<sup>278</sup> A ausência de evidências contínuas não nos permite afirmar se essa Liga Operária corresponderia à Liga Operária criada em 1900, ou à Liga Operária Mineira fundada em 1906, que teve como primeiro presidente Alcides Batista Ferreira.

<sup>279</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 19 abr. 1912. p. 01.

<sup>280</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 30 abr. 1912. p. 01.

<sup>281</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 03 maio 1912. p. 01.

<sup>282</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 07 maio 1912. p. 01.

*Começaram então os primeiros gritos de protesto, dos grevistas, gritos que fizeram convergir curiosos e operarios que trabalhavam nas immediações. As adesões começaram d'ahi. Um grupo de uns 40 trabalhadores subiu rua da Bahia, dando vivas entusiastico aos operarios e convidando os camaradas, que encontravam no percurso, a tomarem parte no movimento.*

*Assim percorreram varias ruas [...].*

*[...] o operariado manteve-se sempre na ordem, não fazendo depredações, nem ameaças decisivas.*

*Dirigiram-se, em seguida, os operarios para a Fabrica de Tecidos, onde as operarias se debandaram. Depois de irem a outros estabelecimentos industriaes os grevistas foram ao Palacio da Liberdade.*

*A grande massa popular foi recebida pelo exmo. sr. presidente do Estado, que aconselhou calma, promettendo trabalhar fortemente no sentido de conseguirem os operarios do Estado e da Prefeitura o que desejavam.*

*O nome de sua exc. foi acclamadissimo pela massa de operarios que seguiram em visita às redacções dos jornaes.<sup>283</sup>*

No dia seguinte, novamente cerca de 300 trabalhadores caminharam pelas ruas da cidade “dando vivas ao governo do Estado, operarios etc.”,<sup>284</sup> e se dirigiram ao Palácio da Liberdade para conversarem com o Presidente do Estado. Mas os ânimos já estavam exaltados e um grevista foi preso por agressão.

Os industriais se reuniram no dia 07 de maio, e resolveram negar o pedido de diminuição da jornada de trabalho para oito horas, e também “ficou resolvido que os industriaes, que negaram a concessão, fechem as suas fabricas, até que os operarios queiram voltar ao trabalho”.<sup>285</sup>

A parede persistiu por mais alguns dias, porém mais calma, no “espírito moderado e ordeiro dos nossos homens de trabalho”.<sup>286</sup> A Associação Beneficente Tipográfica (representada por Gil Júnior) juntamente com a Confederação Auxiliadora dos Operários (representada por Berardo Nunan), e outras associações operárias de Belo Horizonte, publicaram uma circular nos meio de comunicação pedindo que os operários “se abstenham e que evitem reuniões e manifestações pelas ruas; e caso desejem se reunir para deliberações, só o façam nas sédes das respectivas associações, em attitude pacífica”.<sup>287</sup> A circular mencionava, ainda, que as diretorias das associações “vão agir desde já, empregando os meios que puderem, para ver si conseguem alguma cousa a favor das aspirações justas do operariado”, e recomendava o retorno ao trabalho para,

<sup>283</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 07 maio 1912. p. 01.

<sup>284</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 08 maio 1912. p. 01.

<sup>285</sup> *Ibidem.*

<sup>286</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 10 maio 1912. p. 01.

<sup>287</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 09 maio 1912. p. 01.

assim, facilitar a “acção das directorias, que só desejam promover o bem e defender os interesses da classe que representam”.<sup>288</sup>

Mas qual foi então o meio preferido para a solução dessa questão? Assim como em outras ocasiões, optaram por dialogar com os patrões para acordarem em relação às reivindicações. Decidiram que a reivindicação sobre a jornada de trabalho seria resolvida através de uma corte arbitral, composta por três representantes dos operários – Joaquim Francisco de Paula, Mário Lima e José Mamede da Silva, três representantes dos industriais – Edmundo Lins, Henrique Sales e José Dantas, e presidida pelo Presidente do Estado.<sup>289</sup>

No dia 14 já se encontrava firmada a questão operária. A greve chegou ao fim com a vitória dos operários: “o trabalho será reduzido de 9 a 8 horas, a começar de 16 de agosto”.<sup>290</sup> A fixação da jornada de trabalho em oito horas era uma bandeira levantada desde 1905, e embora conquistada em 1912, foi comum o seu descumprimento pelos patrões. Até a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na década de 1940, a legislação foi bastante “volátil”, e essa desobediência era frequente.

Essa foi a greve de maior expressão entre o operariado belorizontino. Outras greves existiram, mas foram de menor importância, e promovidas por categorias isoladas. Le Ven e Neves mencionam:

*Entre 1917 e 1930, registram-se três greves em Belo Horizonte: dos ferroviários, em 1919 [...]; dos barbeiros, em 1926, que protestavam contra o preço dos alimentos e aluguéis e contra os baixos salários; dos chauffeurs [...] em solidariedade a um companheiro preso injustamente.*<sup>291</sup>

Em 1917, a greve geral que ocorreu em São Paulo se propagou em Belo Horizonte. A ideia inicial que era deflagrar uma greve de solidariedade, acabou por se limitar a uma pequena mobilização, que foi rapidamente dispersada pela força policial.

<sup>288</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 09 maio 1912. p. 01.

<sup>289</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 10 maio 1912. p. 01.

<sup>290</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 15 maio 1912. p. 01.

<sup>291</sup> LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho, Sindicato e Cidadania. In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida. *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 82.

*Parece intensificado em nossa capital o movimento grevista, que se alastra actualmente por todos os recantos do paiz. Hontem, às ultimas horas do dia, foram profusamente distribuidos boletins concitando o operariado a uma reunião que se realisaria à noite, na praça Rio Branco. Effectivamente, entre 6 e 7 horas, um numeroso grupo de operarios ali permaneceu estacionario, dando vivas à gréve e a classe. A policia tomou as necessarias providencias tendentes a abafar qualquer movimento subversivo [...]. Não se registrou, porem, nenhuma alteração de ordem, portando-se os reclamantes em attitude ordeira.*<sup>292</sup>

Nas revistas comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica, os tipógrafos conferiam ao socialismo a tarefa de “erigir em dignidade humana a dignidade dos operarios”, que “até agora tidos e havidos em conta de méros instrumentos mecanicos, massa anonyma e escravizada sob o guante de ferro do capitalismo, seja elle o Estado ou os simples particulares”.<sup>293</sup> Do mesmo modo, corroboravam a necessidade de conquistar o direito operário, e por conseguinte, as leis que normatizavam acerca dos acidentes de trabalho (e indenizações em decorrência desses) e dos trabalhos nas oficinas, que fixavam em oito horas o limite da jornada de trabalho, que extinguiram a categoria dos jornaleiros, que acediam a aposentadoria etc.<sup>294</sup>

*Fórma-se, d’ess’arte, o que com justeza, já se definiu o Direito Operario, isto é, o complexo de normas especiaes que, quebrantando a dura severidade das leis actuaes, em que o operariado não tem tido ainda fóros de homem livre e de cidadão, exalça a condição social e juridica dos humildes obreiros do trabalho, - até agora, infinitamente pequenos, mas, como os polypos das ilhas oceanicas, infinitamente grandes em suas construcções portentosas.*<sup>295</sup>

Essas reivindicações só adquiriram maior consistência com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada com o Decreto-Lei Número 5.452, no ano de 1943, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, a qual visava unificar a legislação trabalhista brasileira.<sup>296</sup>

A jornada de oito horas de trabalho em Belo Horizonte foi conquistada em 1912, como já observamos, mas as questões referentes aos acidentes de trabalho só foram regulamentadas, em âmbito nacional, no ano de 1919 com a publicação do Decreto

<sup>292</sup> DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 27 jul. 1917. p. 01.

<sup>293</sup> LOBO, Estevam. O Operariado Moderno. *Revista Comemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 13.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>295</sup> *Ibidem*.

<sup>296</sup> BRASIL. Decreto-Lei Número 5.452, de 01 maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 dez. 1990.

Número 3.724 (presidência do mineiro Delfim Moreira da Costa Ribeiro). O Decreto normatizava os deveres em decorrência de acidentes de trabalho, e que “quando ocorrido pelo facto do trabalho ou durante este, obriga[va] o patrão a pagar uma indemnização ao operario ou à sua familia”, e foi dividido em cinco partes: “Dos Acidentes no Trabalho”, “Da Indenização”, “Da Declaração do Acidente”, “Da Ação Judicial”, e “Disposições Gerais”.<sup>297</sup>

Compreendido pelos tipógrafos a partir das revistas comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica, o socialismo era “daquelle que se inspira nas doces palavras de amor [...] do sonhador de Nazareth”;<sup>298</sup> era oposto a um socialismo comum na Europa, principalmente, que aceitava as greves e revoluções como meios possíveis de ação.

*Aos operarios, que são a força das nações, o plinthe do seu progresso, cabe espalhar a semente prolifica dos bons principios em logar do joio damninho que esteriliza o terreno fecundo.*

*As nossas inclinações, sempre voltadas para o bem, devem ser educadas nos sãos principios do verdadeiro socialismo, daquelle que se inspira nas doces palavras de amor que cahiram outr’ora dos labios do sonhador de Nazareth.*

*Repillamos a urze bravia que nos vem das nações do Velho Mundo e plantemos o trigo feraz dos principios da ordem e da fraternidade.*

*O verdadeiro socialismo é fecundo. Aquelle que se manifesta em grèves e revoluções é dissolvente e anarchico.*

*O coração brasileiro não póde ser ninho de um principio nocivo à fraternidade universal.*<sup>299</sup>

O “socialismo” mencionado nesse texto se alicerçava nos princípios do catolicismo social, estipulado pela Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891 pelo Papa Leão XIII, e que se obstava ao anarquismo e ao comunismo. De acordo com Deivison Gonçalves Amaral:

<sup>297</sup> BRASIL. Decreto Número 3.724, de 15 jan. 1919. Regula as obrigações resultantes dos accidentes no trabalho. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1919.

<sup>298</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 08.

<sup>299</sup> *Ibidem*.

*A questão social surgiu no momento em que as mazelas do capitalismo, exacerbadas com a Revolução Industrial, passaram a representar um problema relevante, inclusive para a continuidade do próprio sistema. [...].*

*Em linhas gerais, a encíclica reforçava o direito à propriedade privada e a necessidade de harmonia entre as classes sociais, ao apontar a ação católica como uma prática regeneradora dos malefícios do liberalismo moderno. A Rerum Novarum condenava as ideias socialistas e anarquistas. Na medida em que defendia a propriedade e a harmonia entre as classes, a encíclica julgava serem essas ideologias desordeiras e agressoras ao direito de propriedade do indivíduo.<sup>300</sup>*

Assim sendo, fundamentado na doutrina social da Igreja Católica e na *Rerum Novarum*, esse “socialismo”, era contrário à luta de classes e pretendia harmonizar os interesses da classe operária com os dos patrões e do Estado, e visava à realização de propostas a esses com a finalidade de melhorar as condições de vida do trabalhador. Não era adverso ao capitalismo, mas procurava amenizar as suas consequências (desemprego, carestia da vida etc.), as quais acertavam diretamente o operariado, no entanto, sem propor a destruição desse modo-de-produção (como presumia o anarquismo e o comunismo).

Era a partir do desenvolvimento desse pensamento, uma vertente católica que adquiriu bastante solidez na capital mineira, a qual preconizava a solidariedade, as conquistas dos direitos operários por meios legais, entre outras, que os tipógrafos da Associação Beneficente Tipográfica pareciam se respaldar, principalmente após 1919, com a criação da Confederação Católica do Trabalho.

---

<sup>300</sup> AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte. p. 26-27.

*Tratando da condição dos operarios, em sua carta evangélica Rerum Novarum, de 15 de maio de 1891, estabeleceu o papa Leão XIII as bases de uma sociologia christã, que merecem, sem duvida, ser estudadas e desenvolvidas pelos economistas e jurisconsultos, em beneficio da Sociedade Humana. [...].*

*É necessario vir, com medidas urgentes e efficazes, em auxilio dos homens das classes inferiores, attendendo a que elles, na sua maioria, se encontram n'uma situação de miseria immerecida e de grande infortunio.*

*O poder civil não deve invadir arbitrariamente o santuario da familia: mas si uma familia se acha em situação desesperada, da qual procura em vão sahir, é justo que em tal [...] o poder publico venha em socorro da mesma, porque cada familia é um membro da sociedade.*

*Os ricos e os patrões não devem tratar o operario como escravo, mas respeitar nelle a dignidade do homem, realçada ainda pela de christão.*

*O trabalho physico, pelo testemunho comum da razão e da philosophia christã, longe de ser um objecto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar sua vida.*

*É [...] deshumano usar dos homens como de vis instrumentos de lucro [...].*

*O christianismo prescreve que se tenha consideração os interesses espirituaes do operario e o bem de sua alma, e prohibe aos patrões impor a seus subordinados trabalho superior às suas forças, ou em desharmonia com sua idade e seu sexo. [...].<sup>301</sup>*

O comunismo, por sua vez, era considerado um mal ao povo brasileiro, que deveria ser duramente combatido apregoando-se, em oposição ao comunismo, o “nome de Christo Rei”, campanha “civilizadora para o expurgo das hostes vermelhas do communismo, que de vez em vez procuram implantar no Brasil os seus principios soviéticos”,<sup>302</sup> que adquiriu mais força a partir da década de 1930.

*[...] Combatamos o Cancro Vermelho com todas as forças dos nossos musculos, para que não possa corroer as virtudes immaculadas da sociedade brasileira. Despendendo todas as energias do nosso cerebro para combatel-o, não fazemos mais do que cumprir um sagrado dever para com Deus, a patria e a familia. [...].<sup>303</sup>*

Nem ao extremo do comunismo e nem plenamente concordantes com o capitalismo eram os tipógrafos, enxergavam os operários brasileiros como “os mais ordeiros e pacifistas dos operarios. Nossas classes operarias batem-se pelos seus direitos

<sup>301</sup> T. S. B.. Apotegmas. *Revista Commemorativa do 8º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 04-05.

<sup>302</sup> GUALBERTO, Nilo. Saneando um Grande Mal. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930. p. 17.

<sup>303</sup> ALMEIDA, Arthur Nogueira de. Combatamos o Communismo Sob Todos os Aspectos. *O Graphico Mineiro: Edição Commemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936)*, Belo Horizonte, abr. 1936. p. 07.

com paz”,<sup>304</sup> patrocinavam um “socialismo cristão”, e condenavam o lucro e a exploração promovida pelo empresário capitalista.

O “socialismo” embasado nos princípios cristãos era por várias vezes mencionado. Aliás, ser cristão não se separava de questões inerentes à política, por exemplo. Em comentário publicado na revista comemorativa de 1930, a respeito do programa de governo apresentado pelo candidato Olegário Maciel à Presidência do Estado de Minas Gerais (nas eleições do ano de 1930), os sócios demonstravam-se favoráveis e satisfeitos com o seu planejamento político, notadamente na parte que propunha a implementação da disciplina Ensino Religioso nas escolas estaduais,<sup>305</sup> que foi proibida pelo Presidente do Estado, João Pinheiro, em 1906.

É justamente nesse ínterim que entendemos o papel da Confederação Católica do Trabalho, que apresentava como finalidade a colaboração na solução da questão operária, e os princípios para execução de seu programa eram:

- a) *Fidelidade do homem para com Deus, como individuo, como familia, como sociedade;*
- b) *Toda a acção operaria não deve excluir Christo e sua Ereja;*
- c) *Toda a acção operaria deve obedecer aos principios traçados na Encyclica RERUM NOVARUM e em outros documentos pontificios;*
- d) *Toda acção operaria tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociaes; que a solução da questão operaria não é incompativel com os direitos e legitimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas;*
- e) *Toda a acção operaria tem de desenvolver-se dentro do respeito ao principio de autoridade, sem violencia, sem attentar contra a ordem social e politica.*<sup>306</sup>

De acordo com Amaral, a Confederação “foi importante por concentrar os esforços feitos [de mobilização e organização sindical] e deu ao movimento uma linha de ação mais coesa”.<sup>307</sup> Além de criar sindicatos de algumas categorias, a Confederação Católica do Trabalho previa a promoção de “associações de beneficencia e mutuo socorro e de assistencia material para os operarios ou fortalecerá as existentes,

<sup>304</sup> GUALBERTO, Nilo. Saneando um Grande Mal. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930, p. 17.

<sup>305</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Programma de Governo Apresentado pelo Candidato Dr. Olegario Dias Maciel. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930, p. 01.

<sup>306</sup> CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1919.

<sup>307</sup> AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, p. 50.

mediante previo entendimento”.<sup>308</sup> Se a vertente cristã já era forte no movimento operário de Belo Horizonte, a partir da constituição dessa organização passou a ser hegemônica, e “difundiu-se entre os diversos sindicatos e associações da cidade, filiados ou não”.<sup>309</sup>

A Confederação conservava a função de mediadora pacífica entre a classe operária e os poderes públicos. Se por um lado, os poderes públicos a apoiavam e a viam como um modo de conter a classe, principalmente frente às “ameaças” ideológicas que rondavam o mundo, por outro, “a entidade tinha poder de barganha junto ao poder público e visava ao atendimento das demandas encaminhadas”.<sup>310</sup> Faria e Grossi percebem a ação católica desempenhando “duplo papel, cujas faces se interpenetravam”:

*[...] de um lado, procurava conseguir a união e solidariedade dos operários católicos e, de outro, exercia uma função desmobilizadora, de natureza ideológica. Reforçava os valores sociais dominantes, procurando minimizar ou mesmo mascarar os conflitos provenientes de um sistema baseado nos princípios da propriedade e do individualismo. Seu âmbito de ação universal, institucionalizada em quase todos os países do Ocidente, facilitava-lhe os meios de comunicação internacional para difundir as idéias doutrinárias.*<sup>311</sup>

A partir de 1920, iniciou a publicação de *O Operário*, terceiro jornal com mesma nomenclatura, mas agora era da Confederação Católica do Trabalho, o qual pretendia ser “o espelho nitido das necessidades trabalhistas, procurando arrastar o operariado para uma solução justa e pacífica de suas questões sem desordens e violências, sem prejuízo e ódio para as outras classes”.<sup>312</sup>

Várias questões de interesse do operariado ocupavam as páginas desse periódico. Uma delas foi a denúncia de desobediência da legislação sobre a jornada de trabalho de oito horas, conquistada após a greve de 1912, já que eram várias as estratégias utilizadas por patrões para burlar essa lei e fazer com que o operário trabalhasse sempre mais. Uma dessas estratégias foi narrada no jornal:

<sup>308</sup> CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1919.

<sup>309</sup> AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte. p. 53.

<sup>310</sup> *Ibidem*.

<sup>311</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 197-198.

<sup>312</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. p. 01.

*Os patrões para obrigar os operarios a trabalhar mais de 8 horas, pagam-lhes remuneração mesquinha. [...].*

*Assim, os trabalhadores se vêm na dura necessidade de pedir e trabalhar até 9, 10 e 11 horas da noite.*

*Os patrões se desculpam hypocritamente dizendo que os operarios trabalham assim por sua LIVRE vontade!..<sup>313</sup>*

O primeiro dia da semana, o domingo, de acordo com os preceitos católicos, deveria ser um dia de oração e de descanso para os cristãos. Sabemos que não existiam leis que liberassem os operários nesse dia (ou em qualquer outro dia da semana) para repouso até meados do século XX. Todavia, era uma das reclamações dos tipógrafos – e de outros operários da capital mineira, e foi uma campanha encabeçada, principalmente, pela Confederação Católica do Trabalho, a qual deferida durante a administração municipal de Flávio dos Santos (1922-1926).<sup>314</sup>

A campanha foi intensa e perdurou por alguns anos. As conquistas, por sua vez, se deram aos poucos e se aplicaram de categoria a categoria. A principal justificativa para o descanso era de caráter religioso, mas outro argumento utilizado era a necessidade de um dia de descanso para que o trabalhador recuperasse suas forças e tivesse momentos de lazer com sua família e, assim, regressasse mais disposto ao trabalho.

No entanto, em um dos textos das publicações comemorativas da Associação era denunciado o não cumprimento, também, dessa lei por parte de empresas particulares e, inclusive, determinados setores da Prefeitura de Belo Horizonte.<sup>315</sup>

Dessa maneira, a partir da década de 1920, os embates operários passaram a ser liderados pela Confederação Católica do Trabalho, junto com as associações, como a Associação Beneficente Tipográfica, e os sindicatos de Belo Horizonte.

<sup>313</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. p. 04.

<sup>314</sup> BELO HORIZONTE. Lei 227, de 04 out. 1922. Estabelece o descanso semanal obrigatório no município de Belo Horizonte. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

<sup>315</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Descanço Dominical. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930. p. 02.

*De forma geral, a Confederação Católica do Trabalho encaminhava as reivindicações dos trabalhadores da cidade aos poderes públicos e buscava, por sua força e representatividade, seu atendimento. As principais campanhas da entidade foram pela garantia da jornada de 8 horas, pela conquista de habitações populares e pelo respeito ao descanso dominical. [...]. Em linhas gerais, o papel exercido pela entidade era de conquistar garantias legais para os trabalhadores junto aos poderes públicos, fiscalizar o cumprimento delas nos locais de trabalho, denunciar o não cumprimento por parte dos patrões e mediar soluções para os conflitos. A proximidade com o poder público expressou-se em muitas ocasiões em artigos publicados no O Operário, nos quais figuras políticas eram elogiadas pela preocupação com a causa operária.<sup>316</sup>*

Assim como a Associação Beneficente Tipográfica, a Confederação Católica do Trabalho empregava o artifício de elogiar políticos por atenderem reivindicações operárias o que, ao mesmo tempo, possibilitava que futuras solicitações fossem acatadas por políticos. Afinal, nenhum político desejaria ser malvisto ou difamado pela classe operária, ao contrário, “tomam medidas concretas em relação a ela, numa tentativa de estabelecer uma ponte com um setor que num futuro próximo se tornará uma força social”,<sup>317</sup> e as suas concessões aos operários, estampadas nos periódicos, eram também estratégias para a conquista de votos, entre outras.

Sabemos, além disso, que a Associação Beneficente Tipográfica apoiou o “lançamento da pedra fundamental destinada ao edifício para a sede da Confederação Católica do Trabalho”, representada pelo sócio Arthur Cyrino; e que Américo Gomes de Sousa, vice-presidente da Associação em 1903 e 1909, e presidente em 1910, 1911 e 1916, foi vice-presidente da Confederação no ano de 1925. Aliás, na edição comemorativa do Dia do Trabalho do ano de 1925, em *O Operário* era estampada uma fotografia da sede e outra do presidente da Associação daquele ano, Francisco de Paula Gil Júnior; e apresentava, ainda, um artigo sobre a organização dos tipógrafos, descrevendo fundação, finalidades, reformulação de estatutos etc.<sup>318</sup> Assim sendo, as relações entre ambas organizações operárias foram bastante estreitas.

<sup>316</sup> AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte. p. 59.

<sup>317</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 179.

<sup>318</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, maio 1925. p. 09-10.

*Além de contar com o apoio da própria Igreja, a Confederação recebeu sobretudo a adesão de outras associações operárias existentes na capital mineira, entre elas a Associação Beneficente Tipográfica, a União dos Empregados do Comércio, a União dos Operários em Calçados, o Centro dos Chauffeurs, a Liga Operária Mineira [...] e a Confederação Auxiliadora dos Operários. Essas associações passaram a funcionar de acordo com a Confederação desde a sua fundação, assinando petições junto com ela, acompanhando-a em todas as suas atividades.*<sup>319</sup>

Como vimos, vários sócios da Associação Beneficente Tipográfica também participaram de outras associações. Em 1927, em campanha empreendida pela União dos Empregados do Comércio para que o Presidente do Estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada “tomasse em consideração os apelos da classe no sentido de contrariar a excessiva majoração de impostos que se pretende fazer”, observamos que Francisco de Paula Gil Júnior representava a Associação na União.<sup>320</sup>

A campanha visava que esses impostos não fossem aumentados, porque se a situação financeira dos operários já não era satisfatória, “cujos parcos vencimentos não bastam para cobrir as despesas estritamente necessárias”, com esse aumento se encareceria o aluguel de casas e os gêneros alimentícios, e “os empregados, que apenas recebem o necessário para uma vida de privações, chegarão fatalmente ao extremo da penúria”.<sup>321</sup>

Não pretendemos aqui a descrição de todas as associações constituídas em Belo Horizonte, e nem a totalidade de reivindicações e manifestações da classe operária. Muitas associações que existiram tiveram duração tão curta que nem foram mencionadas em periódicos. Algumas que conhecemos não sabemos sequer os desfechos. Mas, intentamos, nesse sentido, entender esse movimento operário da capital mineira, tão peculiar quanto ignorado em inúmeras obras sobre o tema.

Para Dutra, a Associação Beneficente Tipográfica junto com a “Sociedade Italiana de Mútuo Socorro (1897), [...] Auxiliadora dos Funcionários Públicos (1902), [...] Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais (1905) [...] como suas congêneres mutualistas” visavam apenas o “mútuo socorro, à instrução e educação moral de seus sócios e à recreação”, as quais não apresentavam “colorido político,

<sup>319</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 170.

<sup>320</sup> CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 08 dez. 1927. p. 02.

<sup>321</sup> DIÁRIO DO COMMERCIO, Belo Horizonte, 13 dez. 1927. p. 02.

religioso e filosófico de nenhuma espécie”.<sup>322</sup> Questionamos essa acepção, pois enxergamos essas e outras associações – qualificadas como “sem colorido político”, “amarelas” ou “reformistas” – participando ativamente, em conjunto ou não, do movimento operário, o qual apresentava como ação operária a conciliação entre as classes sociais; a greve era apreendida como o último recurso, o que não quer dizer que não existiram; as “assembléias, petições governamentais, noticiário de imprensa e/ou apelos paternalistas”<sup>323</sup> eram formas de ação desse movimento, que possibilitaram a conquista da jornada de trabalho de oito horas, descanso dominical etc. Aliás, Dutra afirma que “as tentativas de contato entre políticos e operários na década de 20 mostram que a idéia de se tirar proveito da aproximação entre esses dois setores” não foi uma invenção aleatória do pós-1930.<sup>324</sup>

## 2.2 As Revistas Comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica: Memória e Comemoração

As revistas comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica, que se encontram preservadas no Arquivo Público Mineiro e na própria coleção da Associação, foram evidências significativas à pesquisa.<sup>325</sup>

Não obstante, devem ser compreendidas além de sua materialidade, é preciso que as tomemos enquanto imprensa, e por isso, como “uma prática social que constitui memórias e viveres urbanos”.<sup>326</sup> A partir da produção dessa imprensa por operários foi

<sup>322</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 115.

<sup>323</sup> FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 191.

<sup>324</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 22.

<sup>325</sup> No Arquivo Público Mineiro encontram-se disponíveis as edições comemorativas dos anos de 1906, 1908 e 1920; ao passo que na Associação se encontram as revistas de 1911, 1925, 1930 e 1936. É relevante mencionar que até o ano de 1925 a revista era denominada simplesmente de “Revista Comemorativa da Associação Beneficente Tipográfica”, e a partir de 1930, passou a ser intitulada de “O Gráfico Mineiro: Edição Comemorativa do Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica”.

<sup>326</sup> MACIEL, Laura Antunes. O Popular na Imprensa: Linguagens e Memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19, 2008, São Paulo. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010. p. 01.

possível que se inserissem e propagassem as suas propostas e pensamentos em um meio outrora dominado pelas elites.

Além disso, essa imprensa feita por operários compõe “evidências em contrário à tese do iletramento generalizado dos trabalhadores e de um suposto desinteresse dos mesmos pelo acesso à educação e à comunicação”.<sup>327</sup>

A partir dessas reflexões, questionamos: Por quais razões e como as revistas comemorativas da Associação Beneficente Tipográfica foram preservadas? Quais eram os propósitos dessas revistas? Quem eram os escritores e os leitores? Quais assuntos eram debatidos? O que e como se comemorava? Quais eram os significados dessa “comemoração”? Essas revistas comemorativas desejavam e/ou alcançavam extensão na classe operária em geral?

Foram sete as revistas comemorativas publicadas de 1900, ano de criação da Associação, até 1936, ano de edição da última revista que tivemos acesso; as quais correspondem aos anos de 1906 (a primeira edição), 1908, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936.

As revistas comemorativas tratavam de assuntos diversificados, desde artigos sobre tipografia, questões relacionadas aos operários, poesias e homenagens, até temáticas concernentes à Associação: criação, desenvolvimento, quadro de sócios e administração, e movimentações financeiras.

Curiosa é a distância temporal entre uma e outra edição dessa publicação. Da revista comemorativa produzida no ano de 1911 até a divulgada em 1920, o espaço é de quase dez anos. Na ausência de evidências consistentes que comprovem os motivos desses intervalos, podemos aventar duas possibilidades. A primeira seria a ausência de preservação das demais edições; mesmo que as revistas houvessem existido, a sua materialidade não se preservou até a contemporaneidade, se dissiparam no dia-a-dia da Associação, nas mudanças de diretorias etc. A outra possibilidade seria a de que essas revistas “intermediárias” não foram sequer publicadas.

No entanto, sabemos que em 1907 foi editada a revista comemorativa do sétimo aniversário da Associação, a qual não se conservou em nenhum arquivo da cidade, e nem na Associação. De acordo com *O Confederal*:

---

<sup>327</sup> MACIEL, Laura Antunes. O Popular na Imprensa: Linguagens e Memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19, 2008, São Paulo. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010. p. 02.

*É um magnífico folheto de 48 paginas, artisticamente trabalhado, superiormente collaborado e nitidamente impresso na Imprensa Official, com cuja publicação commemora a Associação Typographica o seu 7º anniversario de existencia, todos de luctas proficuas e ardorosas em prol dos seus socios. É este o 2º anno que sahe à luz a Revista [...].*<sup>328</sup>

Assim sendo, é bem provável que revistas que vieram à tona durante esses intervalos foram publicadas, mas em razão da não preservação e da ausência de informações a esse respeito em periódicos de Belo Horizonte, conforme constava em *O Confederal*, não podemos certificar que de fato existiram.

Nos estatutos da Associação Beneficente Tipográfica não constavam quaisquer normas referentes à criação e manutenção de uma revista, a não ser a última parte do terceiro artigo (dos estatutos do ano de 1904), que mencionava o propósito de “trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também por seus interesses”.<sup>329</sup> A publicação de um periódico fortaleceria esse objetivo.

Foi na primeira edição, em 1906, que discutiram e expuseram as aspirações com a revista: de apresentar à sociedade o desenvolvimento da Associação, e buscar o nivelamento social da categoria, a solidariedade operária e a “dignificação social do operário”.<sup>330</sup> Afinal, “manter uma revista não era apenas uma distração ou veleidade intelectual de trabalhadores”,<sup>331</sup> como afirma Laura Antunes Maciel ao analisar, no Rio de Janeiro, a Revista da Associação dos Guarda-Livros, datada de 1897, uma vez que era também função dessas revistas informar sobre o movimento interno das associações ou, como era mencionado na *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, apresentar o desenvolvimento da Associação à sociedade; Maciel acrescenta:

<sup>328</sup> O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 02 maio 1907. p. 01.

<sup>329</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 03.

<sup>330</sup> FERREIRA, Alcides Batista. Aos Operários. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 09.

<sup>331</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de Trabalhadores, Feita por Trabalhadores, Para Trabalhadores?”. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13, 2008, Rio de Janeiro. *Anais Complementares*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. Disponível em: <<http://encontro2008.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 02 nov. 2010. p. 03.

*É preciso refletir também sobre o conjunto de evidências presentes em vários jornais mantidos por trabalhadores de que eles não se dirigiam apenas ao público restrito dos membros de suas associações ou companheiros de trabalho e suas famílias, mas procuravam dirigir-se ao conjunto de trabalhadores da cidade ou, até mesmo em alguns casos, a grupos sociais intermediários da sociedade carioca como jornalistas, profissionais liberais, políticos, etc.. É possível apreender essa proximidade por meio da análise do perfil editorial de revistas e jornais (incorporando seções com textos leves, de humor, literatura, etc.) e também das mudanças nas formas de distribuição, nas campanhas para ampliar assinaturas e nas temáticas abordadas em suas páginas.<sup>332</sup>*

No que se refere ao modo como era feita a distribuição dessas revistas, quase nada sabemos, porém provavelmente era oferecido um exemplar a cada sócio que estivesse em dia com a Associação. Contudo, isso não significava que as matérias contidas nelas ficassem restritas a categoria e não alcançassem a classe operária em geral, pois apesar de alguns temas particulares à Associação e aos tipógrafos, assuntos como as tensões e os embates pela conquista de direitos operários e outras reivindicações, por exemplo, atingiam o operariado.

Vários sócios da Associação apareciam como autores de textos nas revistas: Francisco de Paula Gil Júnior, Abílio Barreto, Arthur Nogueira de Almeida, Alcides Batista Ferreira, entre outros.

Outros colaboradores eram figuras distintas em Belo Horizonte: políticos, jornalistas e intelectuais, que eram convidados a enviar seus textos, conforme descrito na *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*:

*Aos srs. Drs. Sylvio Romero, Pedro Lessa, Diogo Vasconcellos, Mendes Pimentel e João Luiz Alves, somos gratos pela prova de sympathia que nos deram e pelo cavalheirismo com que receberam o nosso pedido de collaboração; muito embora, por motivos poderosos, não nos pudessem honrar no presente numero com suas collaborações.<sup>333</sup>*

A existência dessas relações indicam que essas revistas, possivelmente, atingiam também outros grupos sociais, afora os operários. Azevedo Júnior, Aurélio Pires, Álvaro da Silveira, Nelson de Senna, Abílio Machado, entre outros, foram alguns desses colaboradores que enviaram seus textos – e elogios – à Associação.

<sup>332</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de Trabalhadores, Feita por Trabalhadores, Para Trabalhadores?”. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13, 2008, Rio de Janeiro. *Anais Complementares*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. Disponível em: <<http://encontro2008.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 02 nov. 2010. p. 07.

<sup>333</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1906.

Álvaro da Silveira, diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, que depois, em 1920, compôs a diretoria da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, parabenizava a Associação pelo sexto aniversário, e enaltecia a iniciativa de sua criação por “operários do progresso”, para amparo dos colegas quando fosse necessário.<sup>334</sup>

*Bello exemplo de associação é, por certo, aquella que nos offerecem os que dedicam nesta Capital às artes typographicas.*

*Com o fim nobre e humanitario de levar o conforto aos seus irmãos de arte, um grupo de operarios do progresso, pois outro titulo não merecem aquellos que são a força muscular do organismo sob cuja acção tudo se impulsiona – do organismo da imprensa; que, auxiliares da intelligencia, integram, no livro e no jornal, os factos adquiridos nesse surpreendente laboratorio que se chama – o cerebro humano; que perpetuam no papel, tornado então vehiculo de idéas, os conhecimentos que [...] vai a humanidade accumulando; um grupo desses artistas resolveu fundar nesta cidade a “Associação Beneficente Typographica de Bello Horizonte”, com o intuito, diziamos, de proporcionar auxilios mutuos nas occasiões em que a adversidade os persiga. [...].*

*Possa a util “Associação Beneficente Typographica” commemorar, como o faz nesta Revista, um desfiar intérmimo de anniversarios, sempre bafejada pela prosperidade – são os votos de quem escreve estas linhas.*<sup>335</sup>

Nessa mesma linha de pensamento, o político Abílio Machado, que igualmente foi diretor da Imprensa Oficial em 1930, felicitava e nobilitava os sócios e as deliberações da Associação Beneficente Tipográfica:

*Por isso, devem os mineiros desvanecer-se da existencia em nossa terra de associações como a Beneficente Typographica, brilhante e esforçado nucleo de homens [...].*

*[...] a victoriosa sociedade celebra agora a sua terceira decada de labor benemerito em prol dos interesses materiaes e moraes dos graphicos mineiros.[...].*

*Amigo dos graphicos mineiros, com os quaes temos convivido, desde a juventude, participamos sempre da ufanía motivada pelas boas conquistas de seus commettimentos meritorios.*

*É de alma em festa que assitimos, portanto, à commemoração do 30º anniversario da fundação da Beneficente Typographica, formulando, com o coração, votos a Deus por que os seus socios, cada vez mais unidos pela intelligencia e pela bondade, possam realizar integralmente o bello e altanado ideal que os congrega.*<sup>336</sup>

<sup>334</sup> SILVEIRA, Álvaro da. Feliz Anniversario. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 11.

<sup>335</sup> *Ibidem*. p. 11-12.

<sup>336</sup> MACHADO, Abílio. Uma Associação Victoriosa. *O Graphico Mineiro*: Edição Commemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 07.

Aliás, esses colaboradores e outros sujeitos relevantes na sociedade de Belo Horizonte eram sócios honorários e beneméritos, por várias vezes homenageados nas revistas, o que deve ser compreendido como um modo de afirmar a importância da Associação no contexto do movimento operário, e uma estratégia utilizada para angariar direitos e benefícios para a categoria em decorrência dessas relações. Nesse sentido, Wenceslau Brás, por exemplo, recebeu homenagens por ter concedido verba para a construção da sede da Associação.

Nas entrelinhas desses discursos e conexões entre tipógrafos e outros grupos sociais, uma importante questão se impõe: as relações entre a memória da Associação e as comemorações dos aniversários, implícitas nas revistas comemorativas.

As revistas comemorativas, muito mais que simplesmente comemorar o aniversário da Associação, resgatavam seu passado, as origens, as conquistas, e a projetavam, ao mesmo tempo, em direção ao futuro desejado. Esse processo passado-presente-futuro nelas contido visava impor uma memória, a que desejavam comemorar. Alistair Thomson afirma que “as histórias que relembramos”, e que formam as memórias, não são representações idênticas e fiéis do passado, “mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”.<sup>337</sup> De acordo com Laura Antunes Maciel afirma, em análise referente à imprensa popular no Rio de Janeiro:

*O modo de escrever e a narrativa dos jornais e revistas aqui analisados guardam muito de um registro autobiográfico, muitas vezes escrito na primeira pessoa por quem participou dos acontecimentos, assumindo explicitamente os seus pontos de vistas e uma pretensão de intervenção social.*<sup>338</sup>

Essas “histórias que lembramos” ou “pontos de vistas” podem ser compreendidos enquanto memórias, são opções e escolhas feitas, e no caso da Associação, nas revistas comemorativas, essas histórias se consolidaram e originaram uma memória que se pretendia única, a qual constantemente corroborada nesses periódicos. As tensões, embates e escolhas sobre o que lembrar e o que esquecer se encontravam nas próprias revistas. A ideia era afirmar a criação de uma associação

<sup>337</sup> THOMSON, Alistair. Reconstruindo a Memória: Questões sobre a Relação entre História Oral e as Memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997. p. 57.

<sup>338</sup> MACIEL, Laura Antunes. O Popular na Imprensa: Linguagens e Memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19, 2008, São Paulo. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010. p. 07.

grandiosa, cuja as tensões e disputas existiram, mas esses “obstáculos” foram superados pela determinação de alguns sócios. Por isso, quando as revistas se referiam à essas disputas, apenas as citavam, e não explicitavam quais eram. Assim sendo, quando dava alusão a algum acontecimento que originou crise na Associação, preferiam não descrevê-lo, para “[...] não avivar chagas, nem reviver odios, deixamos de transportar para aqui as questões que se agitaram por este tempo [...]”.<sup>339</sup>

Nesse “processo de recordar”, as bases sociais, assinadas em 29 de abril de 1900 no momento de criação da Associação, que assestavam auxílios aos sócios em caso de doença e morte e regulava o funcionamento da organização, eram por várias vezes editadas e referidas nas publicações comemorativas. Às vezes o documento era utilizado para relatar o percurso da Associação, outras para destacar os embaraços e apresentar as superações de barreiras que transpuseram década após década, ao almejar a consolidação da Associação, pouco a pouco. Abílio Barreto destacava que, além de possibilitar auxílios aos seus sócios, a Associação assumiu o papel de revigorar a categoria.

*Ninguém extranho à Associação póde imaginar com que ufanía fazemos ressaltar estas verdades!*

*Ninguém o póde, porque ignoram todos de que maneira foi aqui fundada, ha 11 annos, a invejavel Associação, que serve hoje de paradigma a todas as outras que se vão fundando no Estado e em alguns pontos do Brasil. [...].*

*Não se diga que a Associação Beneficente Typographica veio somente erguer a classe do meio dos infortunios physicos que a torturavam! Affirmal-o, seria negar a importancia inquestionavel que ella exerceu no organismo depauperado da classe, vitalizando-o physica e moralmente.*

*Para prova disso, ahi está, a consideração de que gosa em todas as camadas sociaes a prospera e respeitavel aggremação, que outra cousa não é sinão a legitima representante da classe typographica da capital do Estado.*<sup>340</sup>

As subscrições que eram realizadas às pressas para socorro e enterro de tipógrafos, anteriormente à fundação da Associação, eram lembradas para que os tipógrafos vislumbrassem os benefícios e a importância dessa organização para a categoria:

<sup>339</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Memoria Historica. Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 24.

<sup>340</sup> BARRETO, Abílio. Revista da Associação Beneficente Typographica, Belo Horizonte, maio 1911. p. 03-04.

*Logo, se fez sentir a acção benéfica da Associação, pois mal adoecia um socio era immediatamente rodeado de carinhos e desvelos pelos companheiros que porfiavam em levar-lhe, juntamente com o conforto material que lhe proporcionava a Associação, o pão espiritual da amizade e a certeza de que os seus socios, eram outros tantos irmãos, quando a mão impiedosa do destino tentava ferir qualquer delles.*<sup>341</sup>

À Associação Beneficente Tipográfica era atribuída a responsabilidade de evitar os acontecimentos de outrora e certificar àqueles trabalhadores um cotidiano mais ameno e calmo, com menos sustos e mais estabilidade. Esses textos buscavam expor o seu ininterrupto desenvolvimento, ao mesmo tempo em que voltavam ao passado e recordavam os momentos de sua constituição.

Mas o que quer dizer “comemorar”? O termo “comemoração” se originou “no próprio processo histórico da Revolução Francesa de 1789, que criou o calendário das festas [...]”.<sup>342</sup> Segundo Helenice Rodrigues da Silva:

*Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal. Assim, por exemplo, o bicentenário da Revolução Francesa procurou celebrar, em 1989, os ideais universalistas inscritos na declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, que consistiu em objeto de um consenso nacional. Desse modo, privilegiou-se dentro do período revolucionário unicamente 1789, o ano da publicação dessa declaração e da instauração da idéia de democracia. O objetivo da escolha dessa data sendo explícito, era preciso apagar as lembranças de 1793, ou seja, esquecer deliberadamente a fase do Terror que marcou a Revolução Francesa.*<sup>343</sup>

Comemorar implica a escolha e apropriação de uma memória que se quer reviver, e nesse sentido, procura-se “nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro”.<sup>344</sup> Segundo Monica Pimenta Veloso, as comemorações adquirem sentidos quando são articuladas ao passado a partir do tempo presente:

<sup>341</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Memoria Historica. Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 24.

<sup>342</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Comê, Morá? Descobrimento, Comemoração e Nacionalidade nas Revistas Humorísticas Ilustradas. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000. p. 129.

<sup>343</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as Utilizações Sociais da Memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 44, 2002. p. 432.

<sup>344</sup> *Ibidem*. p. 436.

*Ao trazer à tona as mais distintas percepções do passado, tais festas revelam os conflitos da própria sociedade que comemora. O fato reforça a idéia de que o passado não está lá, mas aqui, só adquirindo sentido quando pensado nessa articulação dinâmica com o tempo presente. É dentro desse quadro que deve ser compreendida a idéia da comemoração.*<sup>345</sup>

O significado de “comemoração” proposto pela revista, nas suas diferentes temporalidades, era justamente o de afirmar uma memória relacionada à importância de fundação da Associação para a categoria, sem dar muita ênfase aos embates ocorridos nela e por ela, e pretendendo destacar e enaltecer o seu desenvolvimento e a sua ação, conforme salientava Abílio Barreto, na revista do vigésimo aniversário:

*[...] Dizer o que foi a acção benemerita da grande aggregração no meio da classe typographica de Bello Horizonte, nesses quatro lustros escoados celeremente na voragem dos tempos, é difficil, sinão impossivel, tal a somma extraordinaria de beneficios que tem distribuido a mãos cheias, generosamente, entre os seus congregados, nas aperturas financeiras, na enfermidade e na morte. [...].*

*Bem ponderado tudo quanto ficou dito, ver-se-á que é motivo de grande orgulho e gloria para quantos pertencem à Beneficente Typographica e principalmente para seus socios fundadores – entre os quaes está o auctor destas linhas – a commemoração do vigesimo anniversario de sua fundação, acontecimento que representa para a classe mais um grande triumpho.*<sup>346</sup>

Para o sócio honorário José Maria de Azevedo Júnior, o ideal de uma revista comemorativa era o de memorar a data de instituição da Associação e, ao resumir e enaltecer o percurso daquela, afirmava a sua memória enquanto associação que se esforçava “na missão do auxilio de irmão a irmão”.

<sup>345</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Comê, Morá? Descobrimento, Comemoração e Nacionalidade nas Revistas Humorísticas Ilustradas. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000. p. 129.

<sup>346</sup> BARRETO, Abílio. Mais um Triunpho. *Revista Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920. p. 06.

*Accedo ao convite que me dirige Alcides Ferreira para trazer a esta Revista o meu contingente, cada vez mais desvalioso, apenas, como prova de que nem o tempo, nem a distância, nem as vicissitudes, pesando sobre os meus dias, concorrem para arrefecer o meu entusiasmo pela associação operaria a cujos inícios assisti, ou para esquecer quantos são, a meus olhos, os companheiros de ha longos annos, vendo eu encontrar quase obrigados ainda à sombra bemfazejo labaro erguido pelo mais nobre espirito de fraternidade. [...]. Certo, os meus amigos dispensam de minha parte elogiosas phrases ao acontecimento que a Revista memora, tanto sabem elles admiro a pertinacia, que sempre lhes louvo o seu “querer bem” à “Typographica”, e que jamais perco ensejo de alludir ao seu esforço na missão do auxilio de irmão a irmão, fortalecendo, assim, os vinculos que os devem prender uns aos outros. [...].*<sup>347</sup>

As revistas enfatizavam, assim, as funções e a grandeza da Associação, que amparava seus sócios em determinadas ocasiões. Contudo, pretendiam impor, do mesmo modo, a presença da organização e da categoria dos tipógrafos no movimento operário da capital mineira.

Não devemos ignorar que publicar uma revista não era tarefa fácil, tanto que as revistas comemorativas não foram editadas anualmente. As diretorias que conseguiram esse feito foram por isso elogiadas, por exemplo, “a setima e actual directoria, merece fortes elogios; [...] publicou a ‘Revista Commemorativa’ do 6º anniversario da Associação, e tomou outras medidas, que seriam muitas se si mencionassem”.<sup>348</sup>

A despeito da não preservação de algumas revistas comemorativas, penso que as que se conservaram só foram possíveis em razão da permanência da Associação, que se preocupou em guardar essas revistas em seus arquivos. Talvez se não mais existisse a Associação, poucas seriam as revistas e demais documentos disponíveis, caso frequente à quase totalidade de associações que se estabeleceram em Belo Horizonte, durante a Primeira República.

Aqui visamos questionar esse sentido de comemoração das revistas, vinculado à uma memória da Associação que ressaltava certos valores e acontecimentos, em detrimento da ocultação de outros. Isso não diminui a importância das revistas enquanto evidências à pesquisas sobre a Associação e o movimento operário de Belo Horizonte. Como menciona Heloísa de Faria Cruz, “não se trata de produzir um outro lado da temática numa visão dual da questão, mas sim de trabalhar propondo a desconstrução

<sup>347</sup> AZEVEDO JÚNIOR, José Maria de. Aos Companheiros. *Revista Commemorativa do 8º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 03.

<sup>348</sup> MEDEIROS, Vicente. Traços Historicos. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 18.

do único e da memória que se quer homogênea”.<sup>349</sup> Dessa maneira, indagamos essa memória apropriada e contemplada nas revistas comemorativas, as tensões existiram, e apesar das raras evidências a respeito de seus conteúdos, devemos dizer que não era uma memória, e sim memórias, tanto aquela institucionalizada como as dos diversos sujeitos que participavam da Associação Beneficente Tipográfica.

---

<sup>349</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. Imprensa Popular, Memória e Comemoração. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19, 2008, São Paulo. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010. p. 11.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas análises foi possível enxergar as experiências e ações dos tipógrafos e de sua organização, a Associação Beneficente Tipográfica, em Belo Horizonte, durante a Primeira República. Mais que observar quem eram esses trabalhadores, no que consistia o ofício tipográfico, e “contar” a história da Associação, busquei as suas experiências, as condições de vida e trabalho, as tensões na Associação e na cidade de Belo Horizonte, a nova capital do Estado de Minas Gerais, fundada em 1897, a qual era tão incipiente quanto sua classe operária.

Percebi que a cidade não era única; apesar do anseio das elites e dos poderes públicos de impor seus modos de vida como modelos a serem seguidos por todos na cidade, as multiplicidades eram patentes, as tensões existiam e se manifestavam nas ruas, nos bairros em construção, nos espaços que eram apropriados etc. Mesmo que não fossem desejados à área urbana de Belo Horizonte, os operários se impuseram e conquistaram um lugar na cidade.

Importante foi compreender as experiências, vivências e cotidiano dos tipógrafos, e de outros operários, na nova capital, as questões concernentes à moradia, salários, imprensa, estabelecimentos gráficos e condições de trabalho, profissão e a arte tipográfica, as quais possibilitaram a constituição de uma associação para a categoria tipográfica: a Associação Beneficente Tipográfica

Procurei, assim, dar voz aos tipógrafos, e questionei a concepção desses trabalhadores como “elite” operária, entendendo ao mesmo tempo as funções e importância da produção de uma imprensa operária, modo de sujeitos, por várias vezes ignorados, se inserirem em uma cultura letrada excludente.

Paralelamente à essas concepções evidenciei como os tipógrafos se enxergavam, pois eram esses trabalhadores os responsáveis, através de seus ofícios, pela produção de livros, jornais, revistas etc.

Analisei, em outro momento, a Associação Beneficente Tipográfica, sua formação, desenvolvimento, tensões e embates, e a partir dessas considerações a relacionei ao movimento operário de Belo Horizonte; destaquei algumas associações e ações conjuntas em favor de certas reivindicações: aumento salarial, descanso dominical, jornada de oito horas de trabalho, legislação sobre acidentes de trabalho, entre outras.

Nesse sentido, observei que as disputas desse movimento operário não visavam o rompimento com os poderes públicos – ao contrário, conquistava direitos através de meios legais, vislumbrando as particularidades desse movimento, sem encaixá-lo em estereótipos ou modelos de ação operária, o que parece ser uma necessidade de vários estudos que têm a classe operária como objeto de análise.

A ação da Igreja Católica, nesse contexto, diferenciava e destacava esse movimento, principalmente após a criação da Confederação Católica do Trabalho, em 1919, mediadora entre os interesses operários e os de patrões e governo. As pacíficas relações entre esses três sujeitos – operariado, patrões/governo e Igreja Católica – é que caracterizava esse movimento operário; afinal, ser operário e se esforçar por seus direitos não implicava necessariamente no emprego de greves e outras manifestações.

Porém, isso não significava que os operários foram cooptados. Os meios que utilizaram para o atendimento de suas reivindicações foram eficientes; prova disso eram as publicações de diversas leis que os beneficiavam. Além disso, muito mais que os auxílios e beneficências praticados pela Associação Beneficente Tipográfica, e por outras, aos seus sócios, essas associações foram ativas no movimento operário, não apenas em questões específicas às categorias, mas também em questões relevantes para toda a classe operária.

Várias dessas disputas encontravam-se explicitadas nas páginas das revistas comemorativas. Nessas revistas, por sua vez, questionei o que se comemorava e como se comemorava. O significado da “comemoração” estava vinculado a escolha de uma memória da Associação que se pretendia preservar, a de uma associação frutífera, sempre em desenvolvimento. Nas diferentes temporalidades de cada revista comemorativa estava presente esse processo de retomar essa memória, o “processo de recordar”, ao mesmo tempo em que se avaliava no presente e definia as possibilidades para o porvir.

Considero que ainda são escassos os trabalhos concernentes à classe operária em Belo Horizonte. Acredito que novas evidências devem ser encontradas, ou novos questionamentos devem ser feitos às mesmas fontes. Assim, com exceção de um ou dois estudos, raras são as informações sobre a ação católica no movimento operário da cidade, principalmente após 1930, por exemplo.

No que diz respeito à categoria dos tipógrafos, são inúmeras as possibilidades de pesquisa a serem empreendidas, desde a decadência da profissão até abordagens sobre a atuação da Associação e sócios na atualidade, visto que os tipógrafos que lá se

encontram são “fontes vivas”, e as suas memórias, as reminiscências e as experiências estão ali e não podem ser descartadas; aliás, é esse tempo presente que nos impulsiona, tanto para o passado e as temáticas que queremos investigar, como para o futuro, “já que a nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia”.<sup>350</sup>

---

<sup>350</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; FENELON, Déa Ribeiro; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas Memórias, Outras Histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 12.

## FONTES

ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, jan. 1948.

ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, abr. 1948.

ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, ago. 1948.

ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, out. 1948.

ARTES GRÁFICAS, Belo Horizonte, dez. 1948.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, 1924.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Graphico Mineiro*, Belo Horizonte, n. 05, abr. 1930.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Graphico Mineiro*: Edição Comemorativa do Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Graphico Mineiro*: Edição Comemorativa do Trigesimo Anniversario da Associação Beneficente Typographica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Commemorativa do 6º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1906.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Commemorativa do 8º Anniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1908.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Commemorativa do 20º Aniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1920.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Commemorativa do 25º Aniversario da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, abr. 1925.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista da Associação Beneficente Typographica*, Belo Horizonte, maio 1911.

BELLO HORIZONTE, Belo Horizonte, 01 dez. 1895.

BELLO HORIZONTE, Belo Horizonte, 15 mar. 1896.

BELLO HORIZONTE, Belo Horizonte, 08 jan. 1899.

BELLO HORIZONTE, Belo Horizonte, 28 jan. 1906.

BELO HORIZONTE. Lei 53, de 30 set. 1911. Isenta a Faculdade de Direito e as Sociedades União Espirita e Beneficente Typographica do pagamento de imposto predial, e das taxas de luz, esgotos, etc. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

BELO HORIZONTE. Lei 63, de 10 fev. 1913. Concede ao cidadão Arthur Joviano isenção do imposto predial e taxas. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 fev. 1913.

BELO HORIZONTE. Lei 69, de 10 out. 1913. Eleva a duzentos e cinquenta o número de casas a que se obrigou o concessionário Arthur Joviano, de acordo com a Lei nº 63, de 10 de fevereiro deste ano e contém outras modificações à referida lei. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 out. 1913.

BELO HORIZONTE. Lei 178, de 06 out. 1919. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 06 out. 1919.

BELO HORIZONTE. Lei 222, de 18 abr. 1922. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

BELO HORIZONTE. Lei 227, de 04 out. 1922. Estabelece o descanso semanal obrigatório no município de Belo Horizonte. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

BELO HORIZONTE. Lei 6.370, de 12 ago. 1993. Revoga leis, resoluções, decretos e decretos-leis que menciona e dá outras providências. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

BELO HORIZONTE. *Recenseamento*: iniciado em 12 de Novembro de 1911 e terminado em Junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 16 jul. 1934.

BRASIL. Decreto-Lei Número 5.452, de 01 maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 dez. 1990.

BRASIL. Decreto Número 3.724, de 15 jan. 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1919.

BRASIL. Decreto Número 24.637, de 10 jul. 1934. Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho, e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1934.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*: Realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 06 maio 1897.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 10 mar. 1898.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 02 maio 1907.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 16 abr. 1921.

CENTRO TYPOGRAPHICO, Ouro Preto, 15 jun. 1893.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1919.

O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 02 maio 1907.

O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 01 jun. 1907.

O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 01 jul. 1907.

O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 15 jul. 1907.

O CONFEDERAL, Belo Horizonte, 07 ago. 1907.

CORREIO DA TARDE, Belo Horizonte, 19 dez. 1917.

CORREIO DAS LOCAES, Belo Horizonte, 19 jan. 1911.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 29 abr. 1927.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 08 dez. 1927.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 29 mar. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 02 abr. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 29 abr. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 30 abr. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 02 maio 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 03 maio 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 05 dez. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 15 dez. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 16 dez. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 17 dez. 1933.

CORREIO MINEIRO, Belo Horizonte, 07 jan. 1934.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 19 abr. 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 30 abr. 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 03 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 07 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 08 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 09 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 10 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 15 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 14 ago. 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 02 maio 1915.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 27 jul. 1917.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 28 jul. 1917.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 13 mar. 1920.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 22 mar. 1907.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 03 maio 1907.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 13 out. 1907.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, 03 nov. 1907.

DIÁRIO DO COMMERCIO, Belo Horizonte, 13 dez. 1927.

A EPOCHA, Belo Horizonte, 08 jan. 1905.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 25 mar. 1908.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 24 jan. 1912.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 09 maio 1912.

FOLHA DO DIA, Belo Horizonte, 29 nov. 1911.

O HORIZONTE, Belo Horizonte, 28 abr. 1923.

JORNAL DO POVO, Belo Horizonte, 05 abr. 1900.

O LABOR, Belo Horizonte, 18 jun. 1905.

MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 15 e 16 jul. 1900.

MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 30 jul. 1909.

MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 23 ago. 1914.

MINAS GERAIS. *Anais do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária*. Barbacena, 1893.

MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Planta Geral da Cidade de Minas*. 1895.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico: Anno I (1921)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico: Anno II (1922-1925)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MINAS GERAIS; SENNA, Nelson de. *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes*. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Lei 08, de 06 nov. 1891. Cria a Imprensa do Estado. *Collecção das Leis Confeccionadas pelo Congresso em sua Primeira Reunião*, Ouro Preto, 27 nov. 1891.

MINAS GERAIS. Lei 302, de 01 jul. 1901. Muda para "Belo Horizonte" a denominação da Capital do Estado de Minas Gerais. *Livro da Lei Mineira*, Cidade de Minas, 01 jul. 1891.

MINAS GERAIS. Lei 2424, de 20 jul. 1961. Declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Tipográfica”, com sede em Belo Horizonte. *Legislação Mineira*. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

MINAS GERAIS. *Minas Segundo o Recenseamento de 1920: Principaes Resultados Censitários Sobre População, a Agricultura, a Pecuária e a Indústria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 29 jul. 1900.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 02 set. 1900.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 30 nov. 1903.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 07 dez. 1903.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 14 dez. 1903.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 24 dez. 1903.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 03 jan. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 10 jan. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 17 jan. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 24 jan. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 31 jan. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 07 fev. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 14 fev. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 28 fev. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 06 mar. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 13 mar. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 20 mar. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 27 mar. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 10 abr. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 17 abr. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 24 abr. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 01 maio 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 08 maio 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 29 maio 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 05 jun. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 12 jun. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 30 jun. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 10 jul. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 24 jul. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 03 ago. 1904.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 19 jun. 1920.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 16 jun. 1921.

O OPERÁRIO, Belo Horizonte, maio 1925.

A SANTA SÉ. *Carta Encíclica “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII Sobre a Condição dos Operários*. 1891. Disponível em: <<http://www.vatican.va/index.htm>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SOCIEDADE OPERÁRIA ITALIANA DE BENEFICÊNCIA E MÚTUO SOCORRO. *Estatutos da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro*. Belo Horizonte, 1950.

VIDA DE MINAS, Belo Horizonte, n. 07, abr. 1915.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Teresa Vitória Fernandes. O Rio de Janeiro do “GRAPHICO”: Visão de uma Cidade e de uma Época. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo-RS. *Anais Complementares*. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: Práticas Discursivas e Orientação Católica Para o Trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897-1930)*. 1987. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Emanuel. *A Construção do Livro: Princípios da Técnica de Editoração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSAS OFICIAIS. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://pt.io.gov.mo/Links/record/341.aspx>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma Outra Consciência de Classe?: o Sindicalismo Reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 117-127, 1990.

BUÉRE, Júlio César. Belo Horizonte: A Apropriação do Espaço Urbano. In: PAIVA, Eduardo França et al. *Belo Horizonte: Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 65-82.

CALVO, Célia Rocha et al. Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Helena Tomáz. *História: Narrativas Plurais, Múltiplas Linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONCEIÇÃO, Noraldino. *História Alegre e Séria da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

CRAIG, James. *Produção Gráfica*. São Paulo: Nobel, 1987.

CRUZ, Heloísa de Faria. A Cidade do Reclame: Propaganda e Periodismo em São Paulo – 1890-1915. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 81-92, 1996.

CRUZ, Heloísa de Faria. Imprensa Popular, Memória e Comemoração. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19, 2008, São Paulo. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

CRUZ, Heloísa de Faria; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 09-21.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: a Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida. *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um Estudo das Práticas Operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1982. p. 165-213.

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 05-08.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. *Cidades*, São Paulo, n. 01, p. 05-13, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Curitiba: OPEG Sistemas Reprográficos e de Ensino Editora, 2004.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1910*. Petrópolis: Vozes, 1978.

GAZZINELLI, Gustavo. *Vida, Atividade Crítica e Percalços de José Maria Teixeira de Azevedo Júnior* (Rio, 11/12/1865 – Rio, 30/04/1909). 2008. Disponível em: <[www.cultura.mg.gov.br/.../sub\\_artigo-para-aula-na-biblioteca-julho.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/.../sub_artigo-para-aula-na-biblioteca-julho.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2010.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo: uma Analogia e as suas Implicações. In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 203-214.

GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: Troca Desigual e Mercado Historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GOUGH, Philip Fox-Drummond. *O Contrapeso da Ordem: O Desenvolvimento Espacial de Belo Horizonte (1897-1964)*. 1994. 88f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, Cidade Planejada*. 1991. 323f. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

JESUS, Ronaldo Pereira de; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A Experiência Mutualista e a Formação da Classe Trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão et al. *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et al. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-105.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Scrita, 1991.

LE VEN, Michel Marie. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte: 1893-1914*. 1977. 165f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho, Sindicato e Cidadania. In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida. *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 75-106.

LINDEN, Marcel Van Der. *Social Security Mutualism: The Comparative History of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição a História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. De “o povo não sabe ler” a uma História dos Trabalhadores da Palavra. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 273-298.

MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de Trabalhadores, Feita por Trabalhadores, Para Trabalhadores”?. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13, 2008, Rio de Janeiro. *Anais Complementares*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. Disponível em: <<http://encontro2008.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, História e Memória: da Unicidade do Passado às Outras Histórias. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, n. 02, p. 66-89, dez. 2009.

MACIEL, Laura Antunes. O Popular na Imprensa: Linguagens e Memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19, 2008, São Paulo. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A Noiva do Trabalho: Uma Capital Para a República. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et al. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 11-47.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: A Cidade Planejada e a Metrópole em Construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo et al. *Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte; CEDEPLAR, 1994. p. 11-27.

MOURA, Heloísa Soares de. Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo et al. *Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte; CEDEPLAR, 1994. p. 51-77.

PENNA, Octávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte, 1711-1930*. Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil: dos Anos Vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PLAMBEL. *O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PASSOS, Mauro. *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica: A Ponta de uma Memória (1900-1930)*. São Paulo: Loyola, 1991.

PASSOS, Mauro. *A Presença e o Discurso da Igreja na Formação da Classe Trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)*. 1986. 235f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: L. G. E, 2003.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: Os Congressos Operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

SADER, Eder. Do Anarquismo ao Comunismo. In: SADER, Eder. *Movimento Operário Brasileiro: 1900-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980. p. 11-23.

SANTOS, José Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as Utilizações Sociais da Memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Lúcia. *Luzes e Sombras na Cidade: no Rastro do Castelo e da Praça Onze – 1920-1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. 1991. 161f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte.

SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade: Domínios de Construção do Espaço Público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantropia em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: Questões sobre a Relação entre História Oral e as Memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TIPOGRAFIA: Origens, Formas e Uso das Letras. *Linotype* (Ottmar Mergenthaler, 1884). Disponível em: <<http://tipografos.net/tecnologias/linotype.html>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

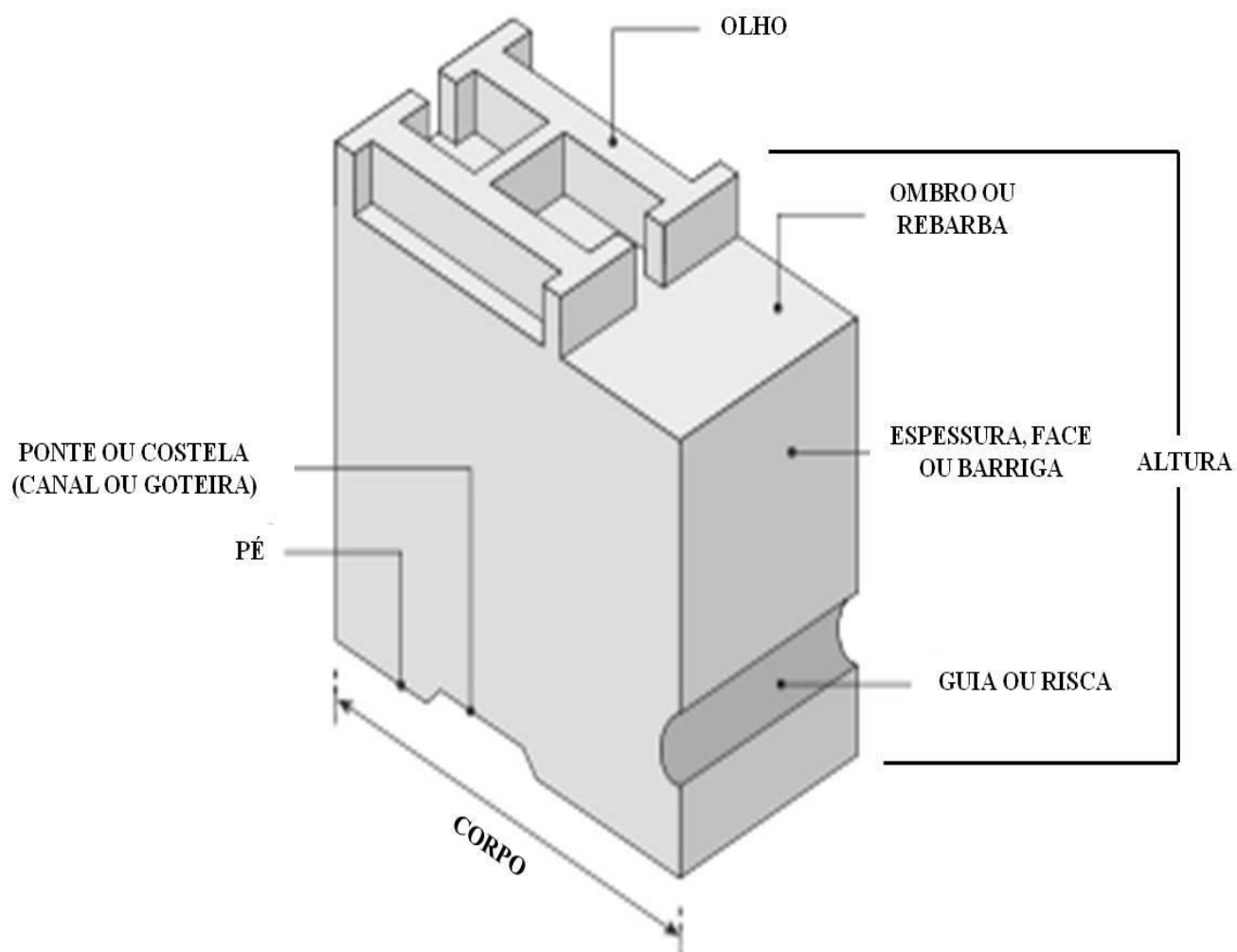
VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: A Construção de Belo Horizonte em Fins do Século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VELLOSO, Monica Pimenta. Comê, Morá? Descobrimento, Comemoração e Nacionalidade nas Revistas Humorísticas Ilustradas. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 129-151, abr. 2000.

VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: Cidade e Política: 1897-1920*. 2001. 237f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

VITORINO, Artur José Renda. *Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o Caso dos Trabalhadores Gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. 1995. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

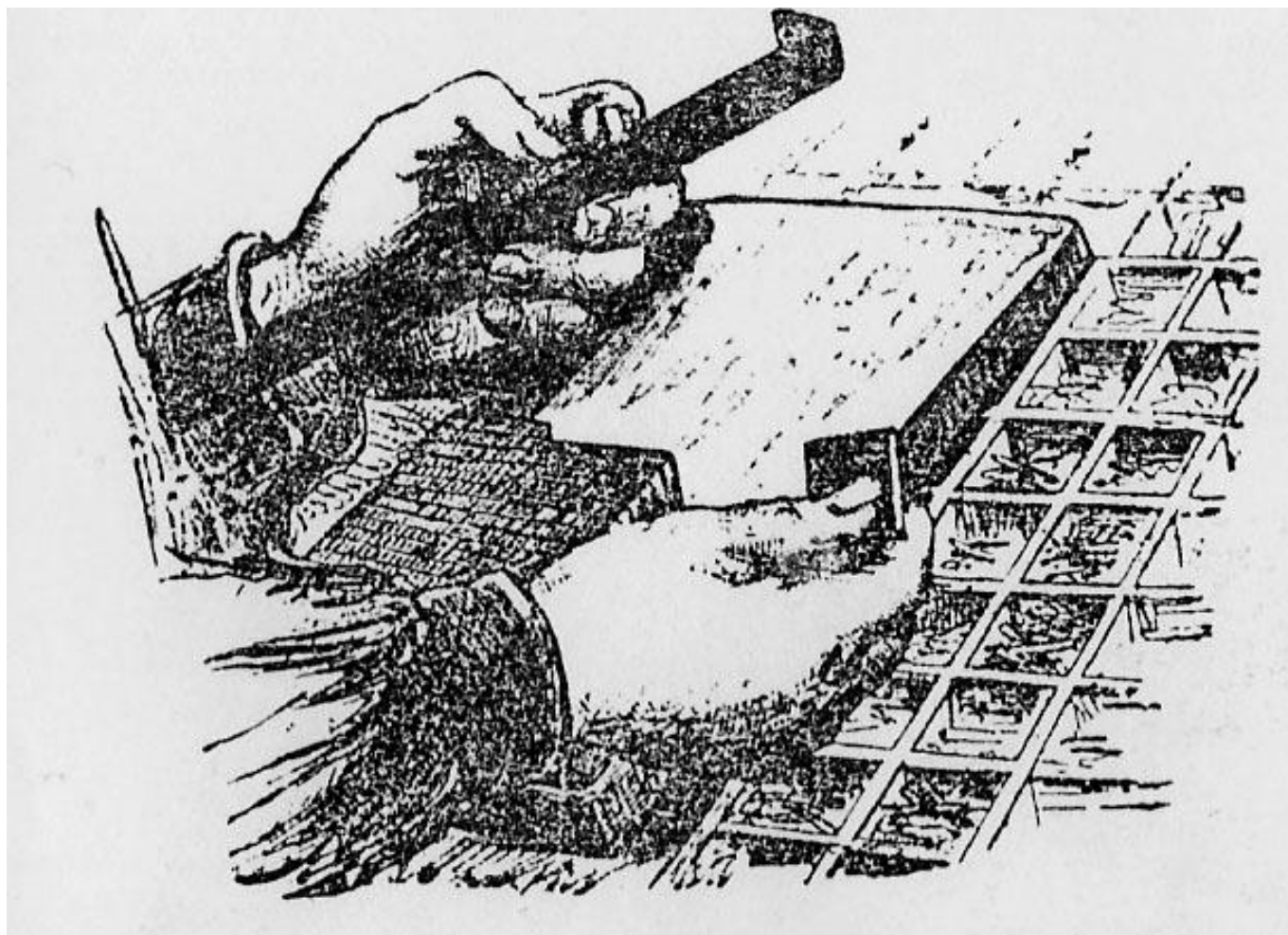
WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**ANEXO A – PARTES DO TIPO MÓVEL DE METAL**

## ANEXO B – CAIXA COM TIPOS MÓVEIS



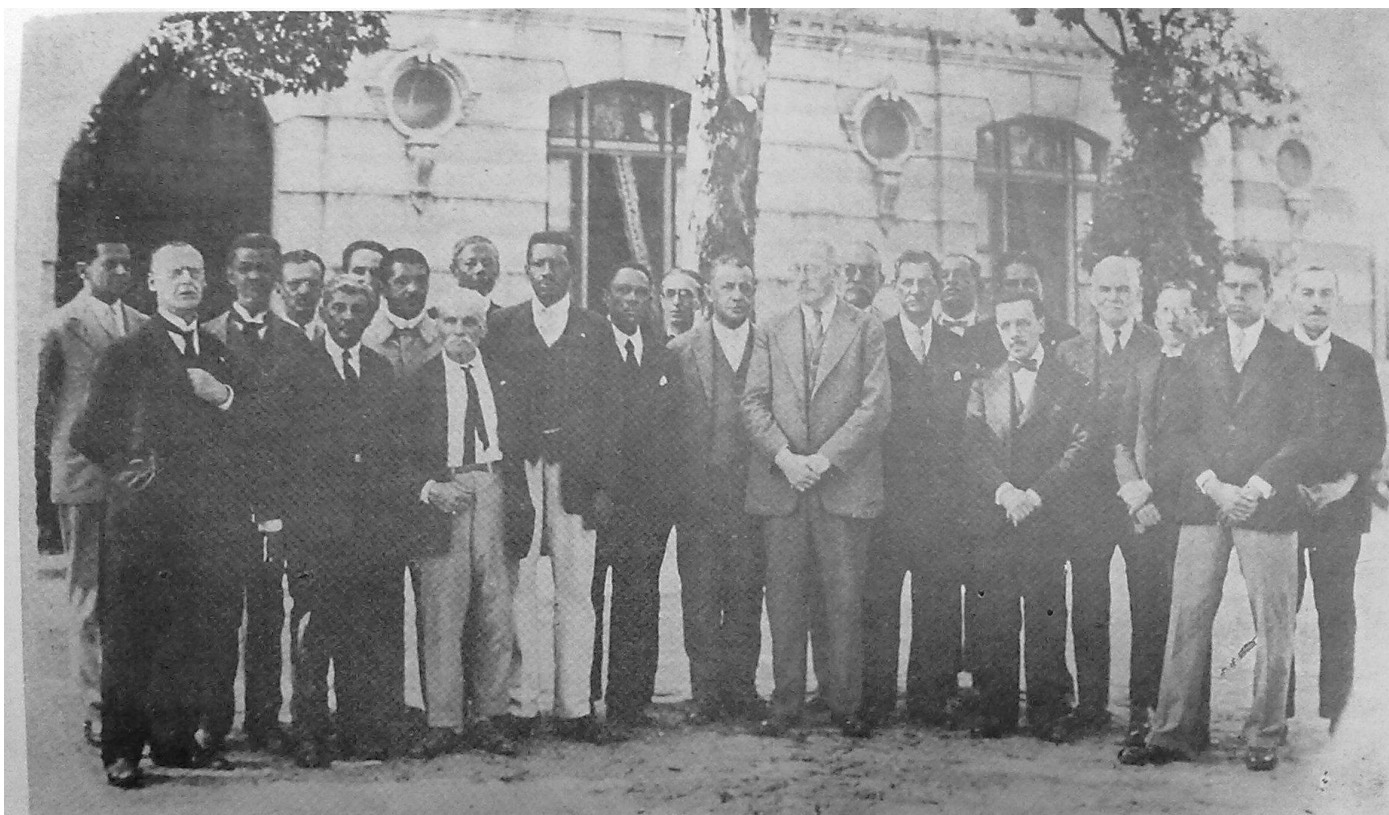
## ANEXO C – UTILIZAÇÃO DO COMPONEDOR NA COMPOSIÇÃO



**ANEXO D – MÁQUINA LINOTIPO (OTTMAR MERGENTHALER, 1886)**

**ANEXO E: PRENSA ROTATIVA MARINONI (HIPPOLYTE MARINONI, 1866)**

## ANEXO F – GRUPO DE FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA (APROXIMADAMENTE 1930)



GRUPO DE FUNDADORES DA A. B. TYPOGRAPHICA

1, Petrino Pereira — 2, Francisco Tertuliano — 3, Izidoro Barbosa — 4, Olivio Ferreira — 5, Arthur Cyrino — 6, Francisco Netto — 7, Zevictor F. Lopes — 8, Olímpio A. Pereira — 9, Jacobis Augusto — 10, Pedro Celso — 11, Paulino Veiga — 12, Abílio Barreto — 13, Lauro Jacques — 14, Augusto P. Serpa — 15, Synesio Lima — 16, Manoel da Silva Jorge — 17, Francisco A. Pereira — 18, José Alves Pereira — 19, Turiano Pereira — 20, João Andrade — 21, Hermenegildo Cruz — 22, Francisco Mattos — 23, José Arantes.

**ANEXO G – PRIMEIRA SEDE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE  
TIPOGRÁFICA (RUA ESPÍRITO SANTO, 1546, BELO HORIZONTE)**



**ANEXO H – ATUAL SEDE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA  
(RUA ESPÍRITO SANTO, 1546, BELO HORIZONTE)**

